

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Jordana Cassel Steindorff

**FIGURAÇÕES DO GAÚCHO NA FICÇÃO RIO-GRANDENSE DO  
SÉCULO XIX**

Santa Maria, RS  
2017

**Jordana Cassel Steindorff**

**FIGURAÇÕES DO GAÚCHO NA FICÇÃO RIO-GRANDENSE DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Brum Santos

Santa Maria, RS  
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Steindorff, Jordana Cassel  
FIGURAÇÕES DO GAÚCHO NA FICÇÃO RIO-GRANDENSE DO SÉCULO  
XIX / Jordana Cassel Steindorff.- 2017.  
96 p.; 30 cm

Orientador: Pedro Brum Santos  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação  
em Letras, RS, 2017

1. Literatura Comparada 2. Figurações do gaúcho 3.  
Século XIX I. Santos, Pedro Brum II. Título.

Jordana Cassel Steindorff

**FIGURAÇÕES DO GAÚCHO NA FICÇÃO RIO-GRANDENSE DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em estudos literários, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Letras**.

**Aprovado em 07 de dezembro de 2017:**



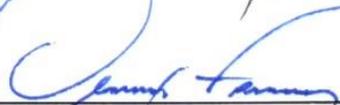
---

**Pedro Brum Santos, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)



---

**Carlos Alexandre Baumgarten, Dr. (PUCRS)**



---

**Orlando Fonseca, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2017

## DEDICATÓRIA

*A minha família, que sempre me encorajou a alçar voos mais altos, mostrando que a realização de qualquer sonho depende apenas do esforço e da dedicação.*

## **AGRADECIMENTOS**

*A concretização deste trabalho ocorreu, principalmente, pela companhia, auxílio e compreensão de várias pessoas. Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste estudo e, de uma maneira especial, agradeço:*

- Ao Prof. Pedro Brum Santos pela confiança em meu trabalho, disponibilizando seu tempo e saber no meu crescimento profissional;*
- À CAPES pela bolsa concedida, sem a qual a realização desse trabalho teria sido mais árdua;*
- Aos colegas que sempre me motivaram e auxiliaram nessa trajetória;*
- À Coordenação de Pós-Graduação em Letras (UFSM) pela solicitude;*
- Aos professores da banca pelas contribuições, sugestões e atenção dadas a esse texto.*

## RESUMO

### FIGURAÇÕES DO GAÚCHO NA FICÇÃO RIO-GRANDENSE DO SÉCULO XIX

AUTORA: Jordana Cassel Steindorff

ORIENTADOR: Pedro Brum Santos

Muito já foi dito e ainda há muito que dizer sobre os habitantes do Rio Grande do Sul. O regionalismo, enquanto corrente artística inspirada nos elos regionais, sempre preconizou pela preservação do patrimônio cultural e artístico das regiões remotas da imensidão brasileira. No extremo Sul, apontou nas letras engarupado em um tipo representativo em afirmação, para eternizar uma história retemperada por um horizonte étnico perfeitamente identificado com a geografia. Do caldeamento de diferentes povos, dos que chegaram à Província de São Pedro com os que daqui eram nativos, brotou, enfeitada pela exuberância dos pampas, a figura do gaúcho. Esse tipo peregrinou de uma conotação pejorativa, haja vista sua clandestinidade e pobreza, para o posto de tropeiro, guerreiro e, até mesmo, herói. Nosso intuito, nesta pesquisa, é desenvolver uma análise a partir de duas obras literárias, a fim de refletir e demonstrar as intervenções que essas produções exerceram sobre a figuração do gaúcho. Cremos na autenticidade deste trabalho, justamente, por investir em uma época em que o mito do gaúcho estava sendo formado. Definimos como *corpus* as obras *A divina pastora* (1992), de José Antônio do Vale Caldre e Fião, e *O vaqueano* (1973), de Apolinário José Gomes Porto Alegre, uma vez que ambos os autores atuaram significativamente na elaboração e desenvolvimento de um sistema literário no Rio Grande do Sul. Nossa questão de pesquisa consiste em problematizar como os escritores do século XIX, em especial os integrantes da sociedade Partenon Literário, empreenderam o movimento de emancipação da literatura regional, construindo a figuração do gaúcho na ficção rio-grandense. Esse recorte temporal justifica-se pela transformação existente no Brasil e, por consequência, no Rio Grande do Sul nesse período. Assim, supomos que tecido nesse processo, o tipo social gaúcho é tomado pela literatura como um herói, que comporta valores como honestidade, lealdade e bravura. Logo, a análise das transposições ficcionalizadas da realidade torna viável a recomposição das particularidades do imaginário coletivo de um tempo de outrora, características que tomam por verdade uma identidade alterada, que passou a compor um mundo simbólico.

**Palavras-chave:** Ficção Rio-Grandense; Século XIX; Figuração.

## ABSTRACT

### GAUCHO'S FIGURATIONS IN FICTION RIO-GRANDENSE OF CENTURY XIX

AUTHOR: Jordana Cassel Steindorff

ADVISOR: Pedro Brum Santos

Much has already been said and much remains to say about the inhabitants of Rio Grande do Sul. Regionalism, as an artistic current inspired by regional links, has always advocated for the preservation of the cultural and artistic heritage of the remote regions of Brazilian immensity. In the extreme south, it pointed in the letters, riding a representative type in affirmation, to perpetuate a retempered history by an ethnic horizon perfectly identified with geography. From the mix of different peoples, of those who arrived in the Província de São Pedro with those who were native here, sprouted, adorned by the pampas exuberance, the gaucho's figure. This type wandered from a pejorative connotation, from clandestinity and poverty, to the rank of trooper, warrior and even hero. Our objective, in this research, is to develop an analysis from two literary pieces, in order to reflect and demonstrate the interventions that these productions have exerted to the gaucho's figuration. We believe in the authenticity of this work precisely for investing in a period which gaucho's myth was being formed. We define as the *corpus* this work *A divina pastora* (1992), by José Antônio do Vale Caldre e Fião, and *O vaqueano* (1973), by Apolinário José Gomes Porto Alegre, since both authors significantly worked to the elaboration and development of a literary system in Rio Grande do Sul. Our research question consists in problematizing how nineteenth-century writers, especially the members of the Partenon Literário society, undertook the emancipation movement of regional literature, constructing the gaucho figuration in Rio Grande do Sul's fiction. This temporal cut is justified by the political transformation existing in Brazil and, consequently, in Rio Grande do Sul in this period. Therefore, we suppose that fabric in this process, the gaucho's social type is taken by literature as a hero, which includes values such as honesty, loyalty and bravery. Consequently, the analysis of the reality's fictional transpositions makes possible the recomposition of the collective imaginary's particularities from a time in the past, characteristics that take for granted an altered identity, that began to compose a symbolic world.

**Keywords:** Fiction Rio-grandense; Century XIX; Figuration.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Extensão territorial da Província de São Pedro do Rio Grande .....	39
---	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2</b>	<b>DAS ORIGENS À FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE DO PARTENON LITERÁRIO</b> .....	12
2.1	AS ORIGENS.....	12
2.2	A AGREMIAÇÃO DO PARTENON LITERÁRIO.....	22
2.2.1	<b>O patriarca – José Antônio do Vale Caldre e Fião</b> .....	28
2.2.2	<b>O mantenedor – Apolinário José Gomes Porto Alegre</b> .....	31
<b>3</b>	<b>A LITERATURA REGIONALISTA NA CONSTRUÇÃO DE UMA FIGURA REPRESENTATIVA</b> .....	34
<b>4</b>	<b>A PROBLEMÁTICA DA FIGURAÇÃO DO GAÚCHO NAS OBRAS <i>A DIVINA PASTORA E O VAQUEANO</i></b> .....	53
4.1	REGIONALISMO NO RIO GRANDE DO SUL: DA IDEALIZAÇÃO À FIXAÇÃO DE CARACTERES CULTURAIS.....	53
4.2	A DIVINA PASTORA.....	59
4.3	O VAQUEANO.....	74
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91

## 1 INTRODUÇÃO

Muito já foi dito e ainda há muito que dizer sobre os habitantes do Rio Grande do Sul. O regionalismo, enquanto corrente artística inspirada nos elos regionais, sempre preconizou pela preservação do patrimônio cultural e artístico das regiões remotas da imensidão brasileira. No extremo Sul, apontou nas letras engarupado em um tipo representativo em afirmação, para perenizar uma história retemperada por um horizonte étnico perfeitamente identificado com a geografia. Do caldeamento de diferentes povos, dos que chegaram à Província de São Pedro com os que daqui eram nativos, brotou, enfeitada pela exuberância dos pampas, a figura do gaúcho.

Esse tipo peregrinou de uma conotação pejorativa, haja vista sua clandestinidade e pobreza, para o posto de tropeiro, guerreiro e, até mesmo, herói. Nosso intuito, nesta pesquisa, é desenvolver uma análise a partir de duas obras literárias, a fim de refletir e demonstrar as intervenções que essas produções exerceram sobre a figuração do gaúcho. Tomando como base o fato de a ficção ser considerada um instrumento valioso para a análise das emoções e do pensamento de um período histórico e que os movimentos literários compilam a preferência de uma forma de criação estética, a construção dessa figura afirmou, no século XIX, o principal veículo de transmissão desse imaginário.

Embora existam vários estudos de qualidade, desenvolvidos tanto pela crítica literária quanto pela historiografia, em relação à construção desse tipo social, a grande maioria aglutina-se na análise do gaúcho no século XX, isto é, quando a construção dessa figura já se encontrava mitificada. Cremos na autenticidade deste trabalho, justamente, por investir em uma época em que o mito do gaúcho estava sendo formado. Logo, a relevância do que apresentamos erige-se na contribuição desta pesquisa para a área dos estudos literários. Definimos como *corpus* as obras *A divina pastora* (1847), de José Antônio do Vale Caldre e Fião, e *O vaqueano* (1872), de Apolinário José Gomes Porto Alegre, uma vez que ambos os autores atuaram significativamente na elaboração e desenvolvimento de um sistema literário no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, objetivamos ilustrar a gênese desta criação. Além disso, esse estudo ampliará a compreensão dos leitores em relação à identidade do povo sulino, considerada a figura do gaúcho e a elaboração ficcional criada a partir dessa figura unívoca, pois um dos princípios da literatura regional é a competência de configurar

a região, fixando-se na cultura como uma totalidade coletivamente reconhecível e merecedora de pertencimento. Assim, a reflexão sobre a problemática da figuração do gaúcho na prosa regional revelará as transformações e as manutenções sociais que se processaram no século XIX, período em que o termo adquiriu sentido laudatório.

O objetivo norteador desse estudo é a análise destas duas obras tão representativas da literatura brasileira do século XIX, buscando identificar como os escritores, integrantes da *Sociedade Partenon Literário*, constroem ficcionalmente a figura do gaúcho, termo que é comumente usado como gentílico para referir os habitantes do Rio Grande do Sul. Assim, examinamos nas obras selecionadas a articulação interna das narrativas e, a partir disso, estabelecemos a sua relação com a região. Aprofundamos os conceitos sobre personagem de ficção, a fim de compreender o dinamismo evolutivo da identidade ficcional e buscamos mensurar a dimensão social atingida em cada obra, visando a que se torne possível verificar a sua importância enquanto símbolo de uma tradição. Ainda nesse processo, apuramos as questões sociais pertinentes incorporadas à ficção, com o propósito de compreender melhor o período e a região. Também pesquisamos como se processou a circulação das obras literárias elencadas, procurando aprimorar o conhecimento quanto aos conceitos da crítica literária e da história.

Nossa questão de pesquisa consiste em problematizar como os escritores do século XIX, em especial os integrantes da sociedade *Partenon Literário*, empreenderam o movimento de emancipação da literatura regional, construindo a figuração do gaúcho na ficção rio-grandense. Esse recorte temporal justifica-se pela transformação existente no Brasil e, por consequência, no Rio Grande do Sul nesse período. Assim sendo, supomos que tecido nesse processo, o tipo social gaúcho é tomado pela literatura como um herói, que comporta valores como honestidade, lealdade e bravura. Logo, a análise das transposições ficcionalizadas da realidade torna viável a recomposição das características do imaginário coletivo de um tempo de outrora, características que tomam por verdade uma identidade alterada, que passou a compor um mundo simbólico.

Com o fito de desenvolver tais questões, essa dissertação está organizada, salvo a introdução e as conclusões finais, em três partes. Inicialmente apresentamos a delimitação do tema, juntamente com a justificativa dessa escolha, o objetivo norteador e os objetivos secundários, para, então, expor a nossa questão de

pesquisa. O segundo capítulo se dedica a uma contextualização desde a origem das primeiras manifestações literárias do estado até o estabelecimento da agremiação do *Partenon Literário*. Nesse capítulo, também, dedicou-se uma subdivisão para cada autor do *corpus* de análise. Para isso, foram utilizados como base de consulta os pesquisadores César (1971), Varela (1936), Chaves (1994), Porto Alegre (1962), Martins (1978) e Dreyes (1961).

O terceiro capítulo desenvolve reflexões acerca da literatura regionalista na construção de uma figura representativa. Para isso, utilizamos os estudiosos César (1994), Bourdieu (1989), Compagnon (2012), Eagleton (2006), Iser (1996), Coutinho (1966), Saint-Hilaire (2002), Franco (1969), Lopes (2000), Reverbel (1986), Guazelli (2002), Baumgarten (1982), Chaui (1981), Albeche (1996), Arendt (1995), Zilberman (1985), Chartier (1990), Pesavento (2003), Reis (2014), Moscovici (2003), Ingarden (1973,) e Genette (2004).

O último capítulo versa sobre a problemática da figuração do gaúcho nas obras *A divina pastora* e *O vaqueano*. Selecionamos para embasar nosso texto os estudos de Miguel-Pereira (1973), Zilberman (1992), Lajolo (2005), Arendt (2010), Barcia (2004), Schmidt-Welle (2012), Berumen (2005), Pozenato (2003), Chiappini (2003), Galvão (2008), Viana (1952), Meyer (1960), Murari (2015), Cesar (2006), Moreira (1989), Gomes (2006), Denipoti (2009), Lukács (2000), Reis (2006), Coutinho (1980), Oliven (1989), Pozenato (2003), Ginzburg (2001), Gomes (2006) e Moretti (2003).

## 2 DAS ORIGENS À FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE DO PARTENON LITERÁRIO

### 2.1 AS ORIGENS

O início de nossa história literária remonta ao tempo anterior à integração definitiva ao Império de Portugal, período este de fortes conflitos entre portugueses e espanhóis pela posse das extensões territoriais do Prata. A acomodação do governo independente, no velho presídio de Rio Grande, que originou a cidade e o estado de mesmo nome, é datada do ano de 1760. Um ano antes, alguns letrados de influência árcade, que haviam fundado a *Academia Brasílica dos Renascidos*, em Salvador, apostaram na necessidade de um representante da Colônia do Sacramento e do Rio Grande do Sul para compor seu quadro social figurativo. O escolhido foi José Correia da Costa, visando consolidar no campo das letras o que a política e as armas já altercavam em solidificar no domínio da coroa. Esse literato formou-se em Cânones, em 1740, e exerceu a função de desembargador da Bahia; em relação aos seus méritos intelectuais pouco se pode afirmar, visto que perduraram, segundo o levantamento de Guilhermino César (1971), apenas quatro poesias, uma em português e três em Latim, recolhidas por Alberto Lamago.

Assim como seus pares, Correia da Costa foi uma das vítimas da opressão de que se tem notícia à breve e conturbada existência da instituição fundada. Sob os comandos de Pombal, que se inquietava com os poetastros da Bahia, a já citada instituição acadêmica foi fechada e seu diretor-perpétuo, José Mascarenhas, aprisionado e conduzido para a fortaleza de Santa Cruz, em Santa Catarina, e posteriormente para a Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, durando dezessete anos sua reclusão.

Trouxemos o nome desse intelectual, apesar de sua insignificante produção, a fim de demonstrar a instabilidade que gravitava em torno do Rio Grande do Sul durante seu primeiro século de existência ou mesmo durante todo o período colonial. Portugal temia perdê-lo; primeiro para os jesuítas e depois para os castelhanos, que avançaram pelo oeste e pelo sul com o intuito de consolidar a posse de terras para o seu rei. Nessa fase, a Colônia do Sacramento constituiu uma barreira ao avanço dos espanhóis. Posteriormente, em 1737, com o mesmo objetivo, Silva Paes inaugurava

o presídio de Rio Grande, onde se instalava o primeiro governo próprio da futura capitania.

Nesse ambiente de tensões é que se processou a colonização dos pagos de São Pedro, inicialmente com intenções políticas e, posteriormente, com o aparecimento dos bandeirantes, com interesses econômicos movidos pela carência de abastecimento de carnes e de animais de tração. As constantes lutas cruentas foram fator decisivo para a valorização dos indivíduos de ação, aqueles que por sua força e coragem representassem uma segurança de resistência eficiente às intenções espanholas. Por sua vez, a sociedade proveniente dessa fusão de bravos habituou-se a desejar e valorizar a audácia e a belicosidade, o que também ocorre na literatura da região, voltada para esses sentimentos coletivos peculiares, tomados como motivação essencial.

Estudar literatura rio-grandense é como se deparar com as páginas de um livro de sociologia, pois choques de cultura encontrados remontam para, no mínimo, duas essências: a étnica e a histórica. Inicialmente, com o povo guarani, que desde os primórdios ocupava essa vasta extensão, em seguida, com o povo espanhol, representado pelos jesuítas, guerreiros e colonizadores, na sequência com os bandeirantes, mamelucos e tropeiros do interior de Minas Gerais. Após essas ocorrências, desembarcaram na costa os primeiros imigrantes açorianos, alemães e italianos. Com isso fica perceptível até o período atual o mapeamento demográfico, cultural e arquitetônico das mudanças provenientes dessas levas povoadoras.

Por outro lado, como afirma César (1971), a fusão de tais culturas não ocorreu em um fluxo ameno. A mobilidade constante das linhas territoriais, definidas através dos sucessivos tratados luso-castelhanos, só foi solucionada mais tarde com a obra de Rio Branco. Contudo, outra fronteira mantinha o clima de apreensão – a linguística – tomada aqui no seu sentido geral, aquela que carrega o destino da língua e, por conseguinte, o da cultura de que é portadora. A partir dessa tomada de consciência, os olhares voltam-se para os imigrantes europeus, até então abandonados à própria sorte na região colonial, abrindo caminhos pelas picadas, sem escolas ou qualquer assistência do poder público. Assim sendo, a inserção do idioma literário é praticamente nula, pois os núcleos estrangeiros, formados por tais meios, eram naturalmente muito fechados. Trazemos isso para confirmar o fato de que todas as criações significativas do período a que nos ocupamos foram concebidas em uma atmosfera de forte drama social.

Durante toda a fase colonial não ocorreram atividades literárias em língua portuguesa no Rio Grande do Sul. Entretanto, nas minuciosas páginas de *História da literatura do Rio Grande do Sul* é mencionado que na Colônia do Sacramento do século XVIII, que pertencia à área geográfica que atualmente é território da República do Uruguai, nascem dois intelectuais, que causaram ebulição, cada um a sua maneira, nos âmbitos sociais e políticos do século posterior. Fazemos referência a Hipólito José da Costa, patrono da imprensa e dos estudiosos da realidade brasileira, e ao padre Manuel de Macedo, polêmico religioso da Arcádia Lusitana. Apesar disso, não é com esses dois nomes que a literatura rio-grandense tem seu início. Aliás, existe uma falta de registro literário anterior ao período de implantação da imprensa, ocorrida em 1827, com o jornal *Diário de Porto Alegre*, impresso na tipografia Rio-Grandense, instalada no salão térreo do Palácio do governo.

O que se pode afirmar é que da fundação tanto do presídio (1737) quanto da cidade de Rio Grande (1760), até a Independência (1822), inexistiu por esses pagos lazeres ou apreço pelas artes. O que se justifica pela situação do meio social: constantes lutas armadas entre portugueses e espanhóis, poucos índios remanescentes das missões, ainda semicivilizados, aventureiros em busca de prêmios e grupos de imigrantes transplantados para meios adversos, buscando sustento na sua agricultura de origem. Nesse território de proporções gigantescas, os centros mais populosos não passavam de aldeias inexpressivas, cuja renda era proveniente do pastoreio, em que o gado se proliferava nos campos abertos, ou da agricultura, em que se primava pela subsistência, em que a única mercadoria de exportação era o trigo. Alfredo Varela (1936) afirma que essa população espargida, solta e abalada pelas guerras não poderia constituir uma sociedade polida, também por ter conhecido muito tarde os benefícios da instrução escolar:

A Paulo Gama devemos as primeiras reclamações em favor da instrução do povo. Indicou que se criassem aulas para o ensino da leitura, da escrita e do cálculo elementar, em Porto Alegre, Rio Pardo e Rio Grande, apresentando que, em vez de uma escola de latim, tão em voga no tempo, coubesse também à Capital uma de gramática portuguesa e francesa, por ser mais conveniente que se conhecessem as regras da língua vernácula e a da gente policiada do mundo, em lugar de uma língua morta; assim como aconselhou a criação de uma aula de aritmética, geometria e trigonometria, com o fundamento de que habituava o espírito a proceder com lógica. Infelizmente, esses louváveis esforços nada lograram; ainda em 1820 não existia uma só aula de primeiras letras em todo o território, porque não houve professores para reger as aulas decretadas para as freguesias, visto ser insuficiente o estipendio (VARELA apud LIMA, 1936, p. 47).

A Igreja, em outras províncias do Brasil, começou a exercer seu domínio e instrução pela construção de escolas para a população. Já no Sul, a única tentativa remete para as Missões dos Sete Povos, empreitadas pelos jesuítas espanhóis, que se dedicaram à catequização do círculo fechado da população guarani, não obtendo sucesso. Aqui, ao invés de instituições de ensino, inicialmente foram criados presídios e estabelecimentos agrícolas. As primeiras capelas surgiram após tempo considerável, com o aumento das povoações, sendo erigidas por abastados proprietários de terras, estando também sob o domínio destes. Isso reflete na visível ausência de cultura clássica nos primeiros escritores de prosa e poesia que, nascidos e criados na remota capitania del-Rei, dela não se distanciaram. Carentes de base humanística, as grandes literaturas do período clássico eram por eles desconhecidas, fazendo-os recorrer ao gosto abusivo da mitologia, da qual tinham conhecimento via contemporâneos árcades. Todavia, essa lacuna cultural contribuiu para que o gaúcho aderisse ao seu pensamento e ambições certa vitalidade, de quem enxerga as coisas de modo mais direto, sem se deter em minúcias.

Posteriormente, essa atmosfera bélica, que sempre envolveu o povo destas terras, colaborou como matéria prima para as obras do período romântico. Os apoiadores dessa corrente são aqueles que trouxeram à tona as necessidades da vida civil, colocando-se na linha mais extremada do nacionalismo brasileiro. Dessa forma, a teatralidade se faz presente e é justificável pela intenção inicial de repelir o seu coirmão platino, que, por sua vez, instaurava no espírito do gaúcho a sensação de sobressalto. A teatralidade do gaúcho, segundo Guilhermino César (1971), vem desse hábito de pelear; entretanto, cabe-nos ainda ponderar que os escritores rio-grandenses majoritariamente descendem das regiões onde predomina a pecuária. Mesmo na cidade, conservam traços de inadaptação, pois a rusticidade sempre foi uma qualidade, uma marca de civilização naturalmente fraterna. Por isso, retratam guerras externas e embates fratricidas, mas, também, substanciam-se do cotidiano, das lides simples da campanha.

Vários aspectos até aqui discutidos contribuíram para diversificar a produção do estado do Rio Grande do Sul, tais como: vida política ativa, carência de escolas, rasa influência da Igreja e dos Clássicos e, além disso, a segregação do resto da nação. Todos esses fatores culminaram para que os letrados da província valorizassem um espírito profundamente *regionalista*, e menosprezar o colorido dessa literatura seria não entender os múltiplos caminhos de uma cultura muito rica

e complexa. O estilo de vida do gaúcho estampa-se na sua arte, sem a cópia deliberada de modelos portugueses e espanhóis, nem mesmo de franceses, que foram assimilados de maneira indireta, através da escrita de outros brasileiros. Assim, pode-se afirmar que mesmo nascendo de maneira disforme, com o intuito maior de comunicação artística, a literatura rio-grandense não careceu do que tanto se procurava – a cor local.

Ainda que focalizemos neste trabalho obras em prosa, julgamos necessário explorar, mesmo que sumariamente, a produção literária presente nos Cancioneiros, pois os textos deles constantes constituem-se em fonte importante para a literatura escrita posterior, particularmente a de feição regionalista. Essa poesia oral, geralmente representada por quadras, mas também por outras formas de composição, é o gênero que se mostra definitivo do cancioneiro rio-grandense. Dentre todas elas, as que recebem maior destaque são: *Cancioneiro Guasca* (1910), de Simões Lopes Neto, *Cancioneiro da Revolução de 1835* (1935), de Apolinário Porto Alegre, e *Cancioneiro Gaúcho* (1952), de Augusto Meyer. Nessas produções o elemento distintivo e caracterizador é o fato de ser marcada pelo que virá a ser o regionalismo, valorosa tendência sul-rio-grandense, representada pelo recorte rural e pela utilização de uma linguagem regional.

No *Cancioneiro Guasca*, encontramos logo no prefácio, denominado “Pró-memória”, o índice avaliativo do autor, que considera de alto valor documental do texto, ou seja, uma forma de reconhecimento do universo regional. Nesse exemplar encontramos letras de músicas destinadas para os “fandangos”, poemas, “trovas” e desafios. O *Cancioneiro da Revolução de 1835*, editado pela Globo no centenário da revolução de 1835, é a composição de maior porte da poesia marcial do Rio Grande do Sul, segundo Guilhermino César (1971). Em seu prefácio, Apolinário Porto Alegre expõe que está se disponibilizando a documentar o que foi a poesia guerreira, que de acordo com ele foi “uma *Ilíada* singela”. A primeira edição foi organizada por Álvaro Porto Alegre, que recolheu os originais escritos em papel almaço, classificando-os em: quadras, hinos, persignações, adivinhações, sátiras, sonetos, líras e epigramas. Já o *Cancioneiro Gaúcho* é agrupamento mais cuidadoso e um estudo mais aprofundado e crítico sobre a poesia oral. O próprio organizador, Augusto Meyer, julga as compilações anteriores e oferece seu trabalho a Mario de Andrade, eminente folclorista.

Em literatura é sempre uma tarefa árdua e suscetível à crítica a fixação de períodos ou marcos históricos. Entretanto, contrariando a obra em que nos apoiamos até o momento, colocamos como início da literatura escrita propriamente rio-grandense as obras de Maria Clemência da Silveira Sampaio, Delfina Benigna da Cunha e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, ao invés da publicação do livro do Padre Antônio Marques de Sam Payo, uma vez que esta produção não se configura como literatura, em sentido *strictu sensu*.

A primeira poetisa riograndina foi Maria Clemência da Silveira Sampaio, com *Versos Heroicos* (1823). Esta obra é um opúsculo de oito páginas, que a própria autora recitou em um baile público que o comércio do Rio Grande promoveu na noite do dia da Aclamação do primeiro Imperador Constitucional do Brasil. O silenciamento na historiografia sobre Maria Clemência pode ser atribuído ao fato de pairar dúvidas sobre sua naturalidade. Posteriormente ficou esclarecido que ela nasceu em 17 de dezembro de 1789, em um lugar denominado Estreito (RS). Onze anos mais tarde, surge *Poesias* (1834), de Delfina Benigna da Cunha, uma poetisa cega de São José do Norte, que com um olhar unilateral, restringe-se quase que excepcionalmente ao aspecto sentimentalista sofredor, conseqüente, talvez, de uma vida assinalada por privações em função de sua condição de deficiente visual. Fechando essa tríade, temos a porto-alegrense Ana Eurídice Eufrosina de Barandas – poetisa, cronista e romancista – de nome peculiar e sonoro, que, em 1845, divulga uma coletânea de escritos intitulada *O Ramallete ou Flores escolhidas no jardim da imaginação*, que vinham sendo produzidos desde a década anterior.

Um gaúcho de forte expressão nacional foi Antônio Manuel Corrêa da Câmara, que, em 1820, apenas com dezesseis anos, parte para a capital do Império, a fim de concluir seus estudos. Esteve ligado por laços de afinidade a José Bonifácio e, assim como esse, foi um fervoroso platino da Independência. Sua vida é marcada desde cedo por encargos de relevo, tanto na carreira militar, em que exerceu seus ofícios em prol de Portugal em Goa, Damão entre outros territórios, quanto na carreira diplomática, viajando por diversos países e aperfeiçoando-se em diferentes línguas. Escreveu poesias de tom clássico e *Correspondência Turca*, uma sequência de opúsculos anônimos, que mascaravam, além de seu autor, várias intrigas políticas das cortes europeias e dos reflexos dessas ações nas ex-colônias americanas. Nesses textos o sagaz senso de observação fica evidente, sendo o

resultado do seu contato com homens importantes e instituições dominadoras de três continentes.

Em 1822, mesmo ano do aparecimento das *Correspondências Turcas*, Antônio José Gonçalves Chaves, um português estabelecido em Pelotas, inicia as publicações de *Memórias Econômico-Políticas*, uma síntese de mais de uma década de observação e estudo das singularidades locais do Rio Grande de São Pedro. Para entendermos a relevância dessa análise meticulosa, Chaves (1994) ressalta que foi um estudo anterior às viagens de Saint-Hilaire, e que elucidou de maneira exemplar os aspectos concernentes aos níveis de instrução da província:

Não nos consta que haja mais de três homens formados, naturais desta província, e quatro meninos em Coimbra. Esta falta de gosto pelas ciências, não se pode ter contudo como inaptidão para elas nos naturais; mas antes são dotados de grande engenho. Muitas causas podemos descobrir a esta falta de homens de letras, e as principais nos parecem ser: 1ª a falta de escolas até de primeiras letras. Quem diria que em toda esta província até 1820 havia uma única aula de Latim, a de Porto Alegre, que não havia uma escola de primeiras letras paga pelo estado em toda a província! Em 1821 abriu-se uma aula de Filosofia Racional em Porto Alegre, e duas em Latim: no Rio Grande e em Rio Pardo. E as aulas de primeiras letras que se mandavam criar nas freguesias, ninguém as tens querido? Porque o honorário é só de 100,000, e com menos de 400,000 não se pode achar um mestre. 2ª causa nos parece ser a pouca idade da província. (CHAVES apud HAFKEMEYER, ano II, p. 179).

Como se observa, a sociedade rio-grandense percebeu logo cedo que não poderia contar com o auxílio de seus pares do norte, assim, isolada no extremo sul e envolvida em constantes lutas com os espanhóis, enrijece-se e fermenta ocultamente a intelectualidade de seu povo. A resignação, que por um lado garantia a fixação e a posse das terras, por outro incentivou a inteligência semeada aqui por ventos de outras veredas. Toda essa preparação eclode com a Revolução Farroupilha, fase em que os mentores intelectuais ganham prestígio e que as propagandas multiplicam-se nos jornais. A imprensa local, no período que vai da instalação do prelo (1827) até a Constituição de Piratini (1843), passa a registrar as efervescências políticas concomitantemente às inquietações de ordem literária de pelo menos seis centros. De acordo com Guilhermino César (1971), são eles: Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Rio Pardo, Alegrete e Caçapava.

A partir desse ponto de vista, pode-se considerar que a Revolução Farroupilha foi um período de transição muito significativo para o Estado, fortalecendo o intercâmbio de ideias com as demais regiões do país e também do

exterior, graças a livros e a homens de guerra que carregaram consigo alta carga intelectual. Enfim, foi esse o período que cultivou uma geração de intelectuais, que mais tarde, em 1868, iria formar a *Sociedade Partenon*. Revelando do que eram capazes, montaram guarda para defender suas posições políticas, não esquecendo, porém, de estimular o espírito. Nas letras pouco criaram se tomarmos uma perspectiva quantitativa, mas se adotarmos uma visão panorâmica, que leve em consideração as circunstâncias, percebemos que esses indivíduos muito fizeram pela nossa cultura. Não foram literatos puros, pois atuaram em diferentes âmbitos, contudo foram eles que elaboraram uma caracterização social que ultrapassou o limite de um acampamento de guerra.

Neste texto não nos deteremos em textos líricos, mas para que possamos prosseguir em nossas considerações sobre a formação literária do Estado, constataremos brevemente características da produção em versos. Nesses dez anos de agitações políticas o verdor literário fica evidente. Os versos, escritos majoritariamente em decassílabos camonianos ou em redondilha maior, brotavam sem muito cuidado das mãos de inúmeros versejadores. A fonte de inspiração era sempre o ardor guerreiro, com raras exceções, o que nos dá a impressão de terem sido fascinados ao manejo dos poemas tão só pelo ideal em nome do qual desembainhavam as facas.

Da tradição oral pouco se tem conhecimento. Intuindo o valor documental dessa forma artística, Apolinário Porto Alegre, autor que posteriormente discutiremos com mais afinco, buscou reunir as produções que circulavam anônimas. Todavia, envolvido com outros compromissos, não estendeu sua pesquisa, elaborando apenas a coletânea *Cancioneiro da Revolução de 1835*, que foi publicada postumamente. Já nas primeiras décadas do século XIX, a glosa passou a ser o ápice da arte e do bom gosto.

Regressemos o olhar novamente para os textos em prosa. Essa modalidade também pouco evoluiu na década revolucionária, não sendo encontrado nenhum ficcionista, como é compreensível, visto as condições agrestes da sociedade de então. No entanto, algumas figuras astutas e bem informadas começaram a registrar aspectos relativos à geografia, à economia e à própria história que ainda se escrevia, para as gerações posteriores. Foi assim que a Revolução revelou seus intérpretes mais apressados, dentre eles Rodrigo de Souza da Silva Pontes, natural da Bahia, que nesse período ocupava o cargo de juiz em Rio Pardo. Dentre os filhos

da terra que merecem destaque, César (1971) elenca Antônio Vicente da Fontoura, que apesar da instrução precária deixou o registro de suas vivências em *Memórias sobre a revolução de 1835* e em um importante *Diário* de narrativas singelas que revelam as preocupações de um marido atencioso. Outro registro notável do cotidiano é feito pelo Major Francisco Lopes Leiria, em que ficaram detalhadas as operações militares do período.

Em relação aos memorialistas, ganha destaque Alfredo Ferreira Rodrigues, fundador do *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, publicação que almejava a divulgação literária e cultural, assim como o entretenimento do público, com periodicidade anual. Além disso, foi membro fundador da Academia Rio-Grandense de Letras e sócio do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. No último quartel do século XIX, surge a obra de Tristão de Alencar Araripe, *Guerra Civil do Rio Grande do Sul*, e a de Francisco de Sá Brito, *Memória sobre a Revolução de 1835*.

Como podemos perceber ao longo dessas linhas, todos os nomes citados se interligam a um acontecimento comum, isto é, a Revolução Farroupilha, sendo que a maioria não se destaca pela produção literária, mas, sim, pelo valor documental dos textos que produziram em um estado de inquietação que fundia as artes com as tensões de ordem política. As produções desse período impõem respeito pela atitude de despertar a consciência da população provincial, de estimulá-la com o espírito nacionalista em formação. Nesse contexto, a imprensa, criada em 1827, também merece destaque por ter colaborado na excitação dos ânimos, levando resistência e inquietações onde havia condescendência e quietude. Assim, é possível considerar a instalação da imprensa como um divisor de águas em relação à liberdade de expressão e à troca de ideias em uma província de proporções gigantescas, mas ainda pouco povoada.

Da relevância da imprensa passamos agora para apontamentos sobre as primeiras crônicas e estudos historiográficos feitos sobre o Estado, para isso, mantemos como fonte de referência a pesquisa historiográfica feita por Guilhermino César (1971), no livro *História da Literatura no Rio Grande do Sul*. Segundo os dados obtidos a descrição mais antiga de que se tem conhecimento remete para o ano de 1627, esboçada pelo Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz, em um relatório

de viagem. Em 1709, a narrativa do Major J. C. Semple Lisle<sup>1</sup> registra dados sobre a população de origem europeia, do século XVIII, instalada nas longínquas porções de terras sulinas e sobre a sociedade que se formava no espaço litorâneo. No princípio do século XIX, a obra do espanhol Félix Azara<sup>2</sup> descreve, sobretudo, o tratado de 1777 e a retomada dos Sete Povos. John Loccock<sup>3</sup>, de acordo com a fonte pesquisada, foi outro viajante que escreveu sobre estas terras, porém com um objetivo bem específico, o de suprir os interesses comerciais ingleses nos territórios brasileiros que visitara. Nesse campo, ainda se encontram as obras de Arsene Isabelle, diplomata francês que viajou pela Argentina, Brasil e Uruguai, entre os anos de 1830 e 1835, com um olhar meticuloso em relação à economia, tanto no que tange à produção quanto à administração de bens; e a *Notícia descritiva* (1961), de Nicolau Dreyes, de tom polêmico, que reúne uma série de diversificados informes.

A historiografia, por sua vez, surge no início do século XIX, após a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil, contudo, só a partir da Independência é que os estudos históricos passam a se desenvolver mais satisfatoriamente. Considerado o pai da historiografia local, José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, foi sócio fundador e presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se concentravam os interesses sobre essa especialidade. Escreveu a importante obra *Anais da Capitania de São Pedro*, que na época fugiu dos padrões instituídos, mas que até hoje se mantém válida pelas sínteses e interpretações realizadas. Foi um estudo pioneiro, de grande esforço pessoal, que desvendou, organizou e interpretou documentos inéditos sobre a origem e evolução do Rio Grande do Sul.

Seguindo no campo da Historiografia, o porto-alegrense Antônio Alvares Pereira Coruja retratou a história por um ângulo mais modesto, mas nem por isso menos relevante. Além disso, no século XX, esse historiador teve seguidores como Augusto e Aquiles Porto Alegre e Sebastião Leão, sob o pseudônimo de “Coruja filho”, que também deram provocativos subsídios para a história pitoresca de Porto Alegre. Outro trabalho singelo, mas de grande valia é o *Dicionário Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, de Domingos de Araujo e Silva. E, para

---

<sup>1</sup> The life of Major J. G. Semple Lisle; containing a faithfull narrative of is alternate vicissitudes of splendor and misfortune. Written by himself. London, Printed for W. Stewart, 1799 – Cf. Alfredo de Carvalho, **Aventuras e aventureiros no Brasil** – Paulo, Pongetti & Cia. Rio, 1930.

<sup>2</sup> *Memórias sobre el estado rural del Rio de la Plata em 1801*. Madri, 1847.

<sup>3</sup> *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução Milton da Silva Rodrigues. Biblioteca Histórica Brasileira, vol. X. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

completar a lista de historiadores apontados por Guilhermino César (1971) que se consolidaram com o passar do tempo, seja pelas reverberações de seus estudos, ou seja, pelo caráter pioneiro de sua escrita, estão João Carlos Moré e o cônego João Pedro Gay, ambos franceses radicados respectivamente em Porto Alegre e em Uruguaiana; e Eleutério de Camargo, que, em 1868, publica seu trabalho precursor sobre geografia e estatística.

Assim, tudo indica que até meados de 1870, os historiadores locais preocuparam-se em detalhar a origem e formação inicial do Rio Grande do Sul, dando destaque a estudos minuciosos em relação à dominação espanhola das Missões. Concluída essa primeira fase dos estudos da história, a segunda só acontece após a Guerra do Paraguai. A partir daí a propensão dos historiadores tornou-se dual: uns dedicaram-se ao assunto da luta externa, ainda no calor do sangue derramado, e outros na propaganda republicana, valorizando a experiência e a grandiosidade dos farrapos. Na próxima seção, discutiremos sobre a principal associação cultural rio-grandense, que, de fato, compôs e consolidou um sistema literário no estado.

## 2.2 A AGREMIAÇÃO DO PARTENON LITERÁRIO

O país, até a metade do século XIX, fora totalmente pacificado pelo Barão de Caxias. Contudo, essa calma só perdurou até o ano de 1851, quando novamente este teve que pegar em armas contra Juan Manuel de Rosas, na guerra que levou seu sobrenome ou que também é conhecida como Guerra do Prata, ocorrida entre 1851 e 1852 na região do rio do Prata, um estuário criado pelos rios Paraná e Uruguai. Toda essa agitação tem início quando Rosas foi eleito governador de Buenos Aires, uma província muito rica e populosa, que contava com um importante porto na época. Seu governo foi ditatorial, marcado pela corrupção e pela imigração em massa de opositores. Seu plano audacioso era tornar a Argentina a principal potência da América do Sul, desejo que não se concretizou, pois as forças armadas brasileiras tiraram Rosas do poder. Treze anos depois, ambos envolvem-se em outra guerra, a do Paraguai, que se estende de 1864 a 1870, caracterizando-se como o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul.

Retomamos esses eventos para esclarecer a situação desgastante em que se encontrava o Rio Grande do Sul, que mal refeito das lutas internas, se vê obrigado a

entrar novamente nos campos de batalha contra um inimigo externo. Porém, se grandes esforços foram despendidos nas lutas, a Província deparou-se com vasto progresso material, resultante das contribuições dos imigrantes alemães, que distantes da zona de risco, não sofreram atrasos, antes se expandiram com a circulação das forças militares, que carentes de alimentos, foram os primeiros consumidores dos produtos agrícolas cultivados pelos colonos.

Na esfera cultural, permeados por excitações e vivências recentes, aguçou-se a percepção das especificidades brasileiras, assim como o apreço pelas tradições pátrias. Envolvido nessa atmosfera, o gaúcho trotou na direção de cultivar as afeições pelo pago, sublimando na arte o sentimento localista, nessa circunstância naturalmente exacerbado pela convicção da preciosa atuação que lhe competira na defesa da pátria comum, como que se absolvendo da rebeldia de 35. E foi essa geração, da metade do século XIX, que revela o Rio Grande do Sul para o campo literário. Para isso adota as influências românticas, que já ocorriam em outras regiões do Brasil, como estímulo e modelo. Assim, nos anos setenta deste século, quando o Romantismo já estava decadente ou em fase de transição em outros centros culturais, é que encontramos aqui as produções mais decisivas. Então, como produto do movimento, temos no pampa o regionalismo, enquanto que nas outras áreas do Império já tinha tido início o romance realista e a poesia parnasiana. Dessa forma, enquanto os aventureiros se posicionavam como “positivistas”, querendo marcar com isso a sua rejeição à fórmula romântica, a literatura rio-grandense entra em efervescência, ativando a sociedade e adquirindo características próprias. O centro de pesquisas e de propagações foi façanha de um grupo de jovens inexperientes, aos quais, como assevera César (1971) nunca faltaram vereditos plausíveis nem sentimento comunitário:

Chegamos assim, aos primeiros dias da “Sociedade Partenon Literário”, de surpreendente atuação no âmbito provincial, quer pelo que se realizou como entidade de fins culturais, quer pelo que fizeram individualmente seus agremiados, cujos nomes passaram a capitanear a vida mental do Rio Grande, no livro, no jornal, na tribuna, bem como na luta aberta pela Abolição e pela República. Seus generosos mentores quiseram-na espalhada a todos os domínios da inteligência, orientando letras e artes, mitigando injustiças sociais, apontando rumos à organização política. O grande número de inteligências que reuniu, estimulou e descobriu, os centros de expansão que, a exemplo dela se criaram nas cidades do interior, o prestígio que tal arregimentação conferiu à vida do pensamento - ainda hoje, percorrendo velhas folhas amarelecidas, nos deixam surpreendidos e emocionados (CÉSAR, 1971, p. 172).

Em *Formação da Literatura Brasileira*, Antônio Candido (s/d) descreve o pré-Romantismo brasileiro ressaltando o seu caráter de “literatura empenhada”, devido ao seu comprometimento com as tarefas de cunho social, e o Rio Grande do Sul, como vimos, não foge dessa regra. Assim, na segunda metade do século XIX, mais especificamente na década de sessenta, cidades como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas começam um processo de intenso desenvolvimento, com ampliação de indústrias, transportes e meios de comunicação. Concomitantemente a isso, a cultura rio-grandense também se desenvolvia através dos esforços de escritores oriundos dos centros mais desenvolvidos economicamente e que utilizavam as páginas de jornais para a divulgação de suas obras.

A eclosão dessa literatura, portanto, está intimamente relacionada com o surgimento da imprensa, em 1827, e com a circulação do primeiro jornal gaúcho, o já referido *Diário de Porto Alegre*. Os primeiros autores dessa geração recorriam aos órgãos de imprensa por causa das grandes barreiras que encontravam para a publicação e propagação de seus escritos, fato que justifica o papel de relevância desempenhado pelos jornais na literatura gaúcha da segunda metade do século XIX. A imprensa rio-grandense, que havia crescido durante a Revolução Farroupilha, não contava ainda com um periódico especificamente literário. É a partir de 1850 que surgiram os jornais literários, impulsionando a vida cultural da então província de São Pedro.

Em 1856, surge na capital Porto Alegre o jornal literário *O Guaíba*, fundado pelos escritores da chamada primeira geração romântica do Estado, dentre eles Félix da Cunha, João Vespúcio de Abreu e Silva, Pedro Antônio de Miranda e Rita Barém de Melo – uma jovem de quinze anos, com o pseudônimo de Juriti. Apesar de ter sido um periódico de vida curta (1856-1858), contribuiu significativamente para a divulgação das obras de seus colaboradores e, além disso, serviu como exemplo para os novos jornais que, na sequência, vieram a sucedê-lo na vida cultural do Estado. Em 1857, funda-se a *Araribá*, em Pelotas, revista igualmente de feição literária. Nove anos depois do encerramento d’*O Guaíba* aparece um novo jornal literário, *A Arcádia*, fundado na cidade de Rio Grande por Antônio Joaquim Dias, que circulou por três anos, publicando um total de quatro séries, com tiragens às segundas-feiras. A partir dela muitos foram os periódicos que circularam: *Revista Mensal* (1869), da Sociedade Partenon Literário; *Murmúrios do Guaíba* (1870); *Mosquito* (1874); *Crisálida* (1874); *Revista da Sociedade Ensaios Literários* (1875);

*Aurora Literária* (1875); *A Ideia* (1876); *A Verdade* (1876); *A Escola* (1876); *O Colibri* (1877); *Álbum de Domingo* (1878); *O Telefone* (1879) e a *Revista Culto às Letras* (1880).

As causas para o surgimento tardio das letras gaúchas já foi detalhadamente exposto em parágrafos acima, como as guerras em que a Província esteve envolvida, a formação de seu povo e a não-existência de prelos. É nesse contexto socioeconômico e cultural que surge, em 18 de junho de 1868, na sede da *Sociedade Firmeza e Esperança*, localizada na antiga Rua de Bragança (atual Marechal Floriano, em Porto Alegre), a *Sociedade Partenon Literário*, que embora não fosse a primeira associação literária do Estado, foi a instituição que promoveu certa hegemonia às letras. Essa agremiação surge em torno de duas figuras, que posteriormente serão tratadas em separado nesse estudo, mas, por enquanto, convém ressaltar-lhes os nomes: Caldre e Fião, que estudou na capital do Império e lá fundou *Filantropo*, colaborou não só com o apoio, mas também com o prestígio que já possuía como escritor, e Apolinário Porto Alegre, que compartilhava com aquele as ideias liberais, assim como também já possuía uma carreira respeitável, sendo fundador do Colégio Porto Alegre, em 1867.

A escolha do nome da Sociedade foi motivada pelo desejo de homenagear e de fazer reviver no Rio Grande do Sul a grandiosidade do templo grego e de toda uma cultura, pertencente ao passado heleno. Em *Partenon Literário* (1962), Álvaro Porto Alegre transcreve as palavras de Apolinário Porto Alegre, que publicadas no jornal *O Industrial*, justificava o nome escolhido:

A forma que se pretende dar ao Partenon é a forma que outrora se ostentou em Atenas. A associação literária que tomou o nome do templo ático, como homenagem às glórias do passado, ao maior povo de todos os tempos antigos, rende-lhe nova homenagem, copiando-lhe os traços arquitetônicos (PORTO ALEGRE, 1962, p. 39).

Com efeito, embora sem o esplendor da fonte de inspiração, a Sociedade passou a ser o centro cultural do período, não apenas porto-alegrense, mas, também, atingindo regiões do interior, com colaboradores e associados de diferentes municípios. Em relação à edificação de uma sede, constatamos que inicialmente buscaram recursos para construir em um terreno que já possuíam, localizado no alto de uma colina, na região onde hoje está a igreja de Santo Antônio, na capital. Mesmo com o respeito e a credulidade depositada pelas autoridades às proposições

dos partenonistas, o projeto não obteve sucesso. Anos mais tarde a ideia ganha novamente forças e, desta vez, o Governo do Estado doa à Sociedade um terreno na Rua Riachuelo. Ali também não se edificou a tão desejada sede, talvez porque a Sociedade já se encontrava nos seus dias derradeiros.

Mesmo sem seu templo de saber, fracassadas as tentativas de construção de uma sede própria, que seria o símbolo material exterior das ideias de seus membros, não se pode negar o fato de que conseguiram, às vezes enfrentando inúmeras dificuldades, realizar com sucesso o conteúdo de seu programa. Quanto aos objetivos da Sociedade, poderíamos sintetizá-los da seguinte maneira, tendo em vista o que proporcionou de prático no âmbito da cultura: associou poetas, prosadores e teatrólogos oferecendo-lhes a chance de aparecerem em conjunto; publicou a *Revista Mensal*; instituiu aulas noturnas gratuitas, que começaram a funcionar em 1872, para ofertar ensino supletivo; lutou fervorosamente pela abolição, elaborando festivais de propaganda e recebendo donativos para a libertação das crianças escravizadas; cedeu espaço para a mulher, buscando libertá-la de preconceitos e atraí-la para a cultura, criou sua biblioteca própria e motivou a criação de tantas outras. Acrescentou a seus fins o levantamento bibliográfico de escritores e rio-grandenses notáveis; construiu o primeiro registro das lendas e tradições locais; deu ênfase a festejos de datas nacionais comemorativas; empregou especial atenção ao teatro, tornando ele muitas vezes uma arma em prol da liberação dos escravos e das ideias republicanas e exercitou intensa atividade social.

Como se percebe, não faltou vontade e idealismo aos integrantes do Partenon. Destes intelectuais, citamos agora alguns nomes, elencados por Guilhermino César (1971), pelo mérito que adquiriram no cenário literário, mas também, pela relevância que tiveram exercendo as mais diferentes funções na vida mental da sociedade rio-grandense do período:

José Antônio do Vale Caldre e Fião, Apolinário Porto Alegre, Carlon von Koseritz, Carlos Ferreira, Múcio Teixeira, Bernardo Taveira Júnior, Lobo da Costa, João Damasceno Vieira, José Bernardino dos Santos, Napoleão Poeta, Aquiles Porto Alegre, Vasco de Araujo e Silva, Lúcio Porto Alegre, Aurélio Veríssimo de Bittencourt, Juvêncio Augusto de Menezes Paredes, Hilário Ribeiro de Andrade e Silva, José Teodoro de Sousa Lobo, Afonso Luís Marques, Francisco Antunes Ferreira da Luz, Nicolau Vicente Pereira, Francisco Isidoro de Sá Brito, Manoel José Soeiro Júnior, Manoel José Gonçalves Júnior, Carlos Barrão, Manoel Veloso Paranhos Pederneiras, Apeles Porto Alegre, Eudoro Brasileiro Berlink, Inácio de Vasconcelos Ferreira, Francisco Cunha, Augusto Rodrigues Totta, Carlos de Lavra e

Pinto, Zeferino Vieira Rodrigues, José de Sá Brito, José da Cunha Lobo Barreto Filho, Teodoro de Miranda, Luis Craemer Walter, Francisco da Natividade Franco, Cristiano Craemer, Alexandre Bernardino de Moura, Horácio Maisonette, Frederico Ernesto Estrela de Villeroy, Augusto Ernesto Estrela de Villeroy, Artur Candal de Carvalho, João José Rodrigues da Silva, Felipe Nery, João Capistrano de Miranda e Castro, Manoel Pereira da Silva Ubatuba, Silvino Vidal (português), Alberto Coelho da Cunha (Vitor Valpírio), Gabriel Fay, Geraldo de Faria Correa, Augusto Guanabara, Gustavo Viana, Bibiano Francisco de Almeida, Antônio Palmeiro, Norberto Vasques, Fermino Antônio de Araujo, Julio Cezar Leal (Baiano), Manuel Miller, Joaquim Alves Torres, Miguel de Werna, Luis Motta, João Carvalho de Barcelos, Azevedo Junior, Francisco de Paula Soares, Leopoldo de Freitas, Terencio de Miranda, Estulano de Melo, Benjamin Villas Boas, Fernando Osório, Sebastião Horta, Fernando Ferreira Gomes, Graciano Alves de Azambuja, Artur Rocha, Alfredo de Freitas Chaves, Carlos Barth, Argemiro Galvão, Érico da Costa, João Moreira da Silva, Ernesto Silva, Joaquim Moreira, Lúcio Brasileiro Cidade, Aurélio Py, Trajano Cezar, Júlio de Castilhos, Tollone Júnior, Homero Batista, Joaquim Gonçalves Chaves, José Tomé Salgado, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Antônio Ferreira Neves, João Batista Pereira Souto, Sousa Motta, Timóteo Faria Correa Filho, Vasco de Azevedo, Antônio Antunes Ribas, Luis de França Almeida e Sá, Alfredo Luis de Melo, Crescentino de Carvalho, Manuel Correa da Silva Neto, Apolinário Teixeira, Manuel Gomes Viana, Eduardo Salomé, Vitorino José dos Santos Azevedo, Artur de Lara Ulrich, Manuel Ribeiro de Andrade e Silva, Pedro Antônio da Silva Horta, M. Alves de Paula, Júlio Cesar Ribeiro de Souza, Jorge Pereira da Costa, Gaspar Guimarães, Carlos Tompson Flores.

O naipe feminino era este: Luciana de Abreu, Amália dos Passos Figueiroa, Luísa de Azambuja, Revocata dos Passos Figueiroa de Melo.

Mas figuravam ainda, no grupo, três sacerdotes: o padre Teixeira e os cônegos José Gonçalves Viana e José de Noronha Nápoles Massa, ilustres na oratória e no magistério (CÉSAR, 1971, p. 176-177).

Na atualidade, a maioria desses indivíduos perdeu importância e não desperta mais ressonâncias em níveis artísticos, no entanto, em sua época foram os principais dirigentes, que constituíram a elite intelectual do Rio Grande do Sul. Entre eles, convém mencionar a falta de unidade de direção, as divergências de gosto e de maturidade mental que lhes proporcionasse a formação de uma escola. No cerne, eram liberais e republicanos, na maioria. Os mais jovens já esboçavam características positivistas, contrapondo-se mais tarde com os velhos liberais do período imperial. Nessa sociedade conviveram pessoas de crenças diversas, em uma solidariedade literária jamais vista na Província. Todavia, o clima nem sempre foi invariavelmente tranquilo, ocorreram dissensões, que produziram a fundação de novas associações.

Em suma, podemos afirmar que o *Partenon Literário* surge em um período em que o Estado e o país eram acometidos por intensas mudanças econômicas e sociais. E, da mesma forma, desaparece quando novas transformações nesses mesmos planos se processavam. A geração que nascia aceitava o republicanismo,

mas não idealizado e romântico e, sim, positivista, voltado para a filosofia de Augusto Comte. Estava-se próximo da abolição da escravatura e do término da monarquia, com a vitória da república positivista. Nesse contexto, o Partenon envelheceu, tanto como centro literário quanto como representante do idealismo romântico. Talvez as mudanças pelas quais passava o país, mais do que os motivos econômicos, que sempre acompanharam a Sociedade, é que determinaram a sua extinção. Contudo, mesmo com a instituição suprimida, ainda perduram os nomes de dois intelectuais que muito fizeram pelo sistema literário do Estado. É sobre eles que trataremos nas próximas páginas.

### **2.2.1 O patriarca – José Antônio do Vale Caldre e Fião**

Nasce, em Porto Alegre, na data de 15 de outubro de 1821, José Antônio do Valle, que acresce aos nomes de família, por volta de 1849, os apelidos Caldre e Fião – palavras inusitadas, porém com raízes na toponímia portuguesa. Assim, ficara marcada a diferença entre o seu nome e o de seus antecessores, seu pai José Antônio do Vale e de seu avô Antônio José do Vale. Da infância desse escritor pouco se sabe, um dado revelado é que ficara órfão de pai antes de completar os dois anos. Mais tarde, na adolescência, vemos os respingos de carências e limitações da fase anterior. Já longe da querência e na fase adulta, ele aludira a um tio materno como seu segundo pai.

Aos dezesseis anos, em 1837, José Antônio do Vale solicitou e foi contratado como auxiliar da botica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Segundo o historiador Leandro Teles, o regime do estabelecimento ponderava que “vencia este empregado unicamente a ração diária, como os demais pensionistas” (1992, p. 237)<sup>4</sup>. Nessa “ração” estava farinha e carne. A sua permanência como auxiliar não chegou a um ano, teve início em abril de 1837 até fevereiro de 1838, pois com a vinda de um novo boticário, foi despedido o praticante. Nota-se que os pensionistas trabalhavam pela alimentação em troca do aprendizado e pouquíssimos ganhavam algum dinheiro, como o cozinheiro da instituição, que recebia uma quantia de oito mil reis ao mês.

---

<sup>4</sup> Conforme pesquisa nos **Livros de Atas da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**, realizada pelo historiador Leandro Teles, apud Reverbel, Carlos. Traços bibliográficos de caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina pastora**. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 237.

Mais tarde muda-se para o Rio de Janeiro, com o intuito de cursar a faculdade de Medicina, e foi a partir dessa fase que ele começa a protagonizar lances biográficos. Em 1846, com vinte e cinco anos de idade, já havia se projetado no cenário intelectual, difundindo e ministrando aulas sobre o sistema terapêutico criado por Hahnemann, o fundador da homeopatia. Nesse ano, publica *Elementos de Farmácia Homeopática do Rio de Janeiro e da curiosa mocidade brasileira e portuguesa que quiser estudar este ramo de ciência médica*<sup>5</sup>, sua tese de formatura, submetida e aprovada pelo Dr. Bento Mure, homeopata francês que residia no Rio de Janeiro. Na fase dessa publicação, Caldre e Fião já possuía os seguintes títulos: membro do Instituto Homeopático do Brasil, fundador do Liceu Médico-Homeopático, lente substituto de farmácia da mesma instituição, redator chefe da *Enciclopédia dos Conhecimentos Úteis*.

Em situação equivalente a um final de carreira, poderia ter se acomodado com as conquistas profissionais que obtivera em pouco mais de duas décadas de existência, dando continuidade a essa ordem de cogitações professorais, mas não desejou fazê-lo. Resolveu publicar uma novela, *A divina pastora*:

A ficha bibliográfica correspondente ao livro foi registrada corretamente por Sacramento Blake. Reza o seguinte: *A divina pastora*: novela rio-grandense. Rio de Janeiro, 1847. 2. Vols., 188 e 200 p. in-8º. Deixou de ser mencionada apenas a tipografia (F. M. Ferreira), detalhe indicado, também de forma correta, no *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio. Por sua vez, o *Correio da Tarde*, do Rio de Janeiro, nº 31, de 10 de fevereiro de 1848, noticiou o aparecimento do 2º volume de *A divina pastora*, acompanhado de expressivo resumo da obra. Após a matéria redatorial, este aviso publicitário: Vende-se a obra completa por 2\$000 na Rua do Sabão, nº 177, Rua Quintana, nº 70 e na Travessa do Desterro, nº 8 (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 241).

Assim ficou documentado bibliograficamente o aparecimento do romance e sua publicação no mercado livreiro, o que não impediu que a obra se transformasse em raridade e, posteriormente, em enigma bibliográfico, desaparecendo por 145 anos. Após grandes empenhos de bibliófilos e pesquisadores, finalmente, em 1992, o livreiro pelotense Adão Fernando Monquelat, localizou, em Montevidéu (Uruguai), o único exemplar até hoje conhecido de *A divina pastora*, que foi reeditado pela RBS no mesmo ano. Com isso, o romance adquiriu valor inestimável entre colecionadores de livros raros e assumiu relevância entre os pesquisadores da história literária do Rio Grande do Sul. Indubitavelmente, o primeiro romance rio-grandense de que se

<sup>5</sup> Martins, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978.

tem notícia, essa obra destaca-se, também, por introduzir o gênero na literatura nacional, juntamente com as obras de Norberto de Souza e Silva, Antônio Gonçalves Teixeira e Souza e Joaquim Manuel de Macedo. Em 1851, escreve no Rio de Janeiro a sua segunda obra de ficção – *O Corsário* – e fica nisso sua produção ficcional, embora tenha escrito muito nos demais gêneros.

Ainda no período compreendido de 1847 a 1851, o fundador do regionalismo rio-grandense casa-se, para o resto da vida, com Maria Isabel Lemos, proprietária do Colégio da Estrela, onde era professor; inicia uma nova atividade – o jornalismo – em que seu maior objetivo era combater a escravidão e, para isso, funda, em seis de abril de 1849, o periódico *Filantropo*, que seria “humanitário, científico e literário”. Em 1850, cria a *Sociedade contra o tráfico de Africanos e promotora da colonização e civilização dos Indígenas*, que teria como órgão oficial o jornal abolicionista que instituíra anteriormente. Contudo, dois anos depois, teve de renunciar à propriedade e à direção, mantendo vínculo somente como redator. E, em 10 de dezembro de 1851, Caldre e Fião defende sua tese perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Ao que parece, o intelectual aguardava esse título para regressar aos pagos de onde nunca se desligara. Retorna, aos trinta anos, com todos os requisitos para candidatar-se a deputado geral. Além disso, teve boa acolhida por parte dos sócios do jornal *O Rio-grandense*, fortificando sua carreira política e destacando-se como abolicionista. Efetivamente eleito, defendeu amplas reformas no tocante à saúde, ensino, trabalho servil e economia, apoiado pelos abolicionistas de sua província, que neutralizavam as ameaças dos escravocratas da corte. No parlamento imperial, na Ala Progressista do Partido Liberal, suas ações ganharam reconhecimento na legislatura de 1855, cujos anais minutam três proposições de sua iniciativa. Na esfera literária, abandona a prosa para dedicar-se à poesia. E assim como fizera no período em que viveu na Corte, vinculou-se como redator principal de um jornal porto-alegrense, *O Conciliador*, fundado por Cândido Augusto de Melo, com duas tiragens semanais de quatro páginas e, mais tarde, juntou-se ao grupo do jornal *A Reforma*, órgão oficial do Partido Liberal e veículo de informação mais influente do período.

Quando surge a agremiação do *Partenon Literário*, o nome de Caldre e Fião, envolto por uma auréola de fama e de autoridade moral, é sugerido para presidir a nova associação. Protegidos por ele, conseguiram levar avante a iniciativa, cuja

materialização tomou um colorido liberal. Contudo, a geração que ele projetou não contribuiu para esclarecer as lacunas de sua biografia e rastrear a influência literária por ele exercida. Pouco entusiasmado com os ardores juvenis do grupo que havia acolhido, em 1867, durante um surto epidêmico de cólera em Porto Alegre, ressurgiu a figura do médico Caldre e Fião, revelando o destino que lhe estava reservado – o de clínico dos pobres.

Enfim, conforme observa Guilhermino César (1971), esse homem enciclopédico é um dos autores mais interessantes da nossa primeira geração de prosadores. De enredo romântico, atinge uma ingenuidade exemplar, já revelando respingos de uma visão realista da natureza e das paixões. Escrevendo com requinte, o precursor do romance rio-grandense utiliza poucos gauchismos, e quando os emprega, recorre sempre ao itálico. Comumente sua prosa se apresenta desnudada de elementos acessórios com o desígnio de obter sonoridade. A adjetivação escassa e o senso de objetividade caracterizam ainda os seus traços. Como afirma César (1971) “ele inicia e encerra uma fase da prosa” (p. 150), marcada pela introdução da literatura gaúcha em uma esfera mais nacional e menos local. Assim, seu rastro não guiou a geração seguinte, que preconizada por Apolinário Porto Alegre, cultivou em excesso as peculiaridades.

### **2.2.2 O mantenedor – Apolinário José Gomes Porto Alegre**

Nasce, na cidade de Rio Grande, em 29 de agosto de 1844, Apolinário José Gomes Porto Alegre. Com quinze anos de idade, muda-se com sua família para a capital, a fim de realizar seus estudos de humanidades na escola de um parente materno. No ano de 1861, desloca-se para São Paulo e inscreve-se na Faculdade de Direito, curso que interrompe, após a morte de seu pai, para voltar ao Rio Grande do Sul. Tomando para si a responsabilidade de sustento da casa, torna-se professor particular, leciona na instituição do Dr. Ciro José Pedrosa e, mais tarde, institui o Colégio Porto Alegre e o Colégio Rio-Grandense, que depois se transformaria no Instituto Brasileiro.

Principal fundador da *Sociedade do Partenon Literário*, Porto Alegre foi poeta, educador, jornalista, teatrólogo, filólogo e romancista. Sua escrita pode ser considerada um marco da evolução literária do Estado, coincidindo com o florescer da atitude crítica de seus conterrâneos. Ao contrário da maioria de sua geração,

iniciou sua carreira com a prosa, publicando em revistas, para mais tarde dedicar-se aos versos. Com o romance histórico *Os Palmares* (1869), inaugura definitivamente a sua carreira literária, inspirado nos rastros estilísticos de José de Alencar. Seu primeiro livro impresso intitula-se *Bromélias* (1874), uma coletânea de poemas, assinada pelo pseudônimo de Iriema, que se divide em três partes – a primeira de inspiração regionalista, a segunda de cunho melancólico e a terceira de denúncia de temas sociais da época.

Após publicar na *Revista Mensal* um conto de raiz popular, que se passava num recanto familiar porto-alegrense, percebe sua vocação literária para escrever sobre a Província. Inicia então uma produção mais ousada, o romance *O vaqueano*, que terá dedicado um capítulo de análise nessa dissertação. Por ora, afirmamos que narrando um episódio da Revolução Farroupilha, o autor desnuda uma figura praticamente desconhecida pelos prosadores, um homem que conhece todos os caminhos do pago, que carrega consigo atributos como força, coragem e lealdade. Dessa forma, teve grande êxito a repercussão da narrativa, tanto pelo caráter inovador do tema, quanto pela fidelidade ao retratar a fisionomia moral rio-grandense, abrindo caminho para a prosa regionalista, prosseguindo o benevolente esforço de Caldre e Fião.

O vocabulário regional, aqui já sem itálicos, foi o elo entre a obra e a realidade da vida dos pampas. Dessa forma, as peculiaridades dialetais e os costumes do gaúcho se encontram bem marcados e, como se espera, colorem a ficção. Seu crivo de filólogo improvisado não é dos mais assertivos, mas nem por isso é motivo para esmorecimento de seu trabalho autodidata, que buscava suprir os atrasos da linguística do período. Em relação à periodização literária, Apolinário Porto Alegre não acompanha com rigidez a escola romântica, com exceção no tratamento exterior. Afirmamos isso porque em suas obras não há a visão do sujeito isolado em luta consigo mesmo e, também, inexistente a vida própria das personagens, pois a todo instante são tomadas por uma consciência grupal, isto é, a cultura gaúcha rege as ações. Do positivismo científico que combateu com rigor, inconscientemente se aproximou ao focalizar o indivíduo como produto da sociedade. Essa veia naturalista do escritor provém de seu apreço pelos estudos sociológicos e pela aglomeração de elementos documentais em suas obras.

Desde jovem, Apolinário perseguia a linha do social. Fervoroso propagandista da República, recusou mais de uma vez a cadeira de deputado no regime

monárquico. Fundou um clube republicano, desassociando-se posteriormente para fundar, com alguns amigos, a União Nacional, que mais tarde se chamaria Partido Federalista. Em 1889, volta ao cenário político da Província por ocasião da Proclamação da República, aliando-se a Silveira Martins na luta contra o governo do marechal Deodoro da Fonseca. Dois anos depois, inconformado com a morte de uma filha e da esposa, muda-se para Casa Branca, localizada entre Porto Alegre e Viamão. Durante a Revolução Federalista, após opor-se abertamente contra o governador da Província, se refugia em Santa Catarina e depois no rio do Prata. Morreu na extrema pobreza, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, em 1904.

### 3 A LITERATURA REGIONALISTA NA CONSTRUÇÃO DE UMA FIGURA REPRESENTATIVA

Recordamos, inicialmente, alguns escritores que contribuíram na constituição da gauchesca e, assim, cooperaram na construção de uma figura representativa para o Estado, mesmo que alguns casos, como veremos, dediquem escassas atenções à temática regionalista, para, posteriormente, adentrar no assunto que nos interessa. Em *Brasilianas* (1863), Araújo Porto Alegre dedica apenas vinte e um versos ao Rio Grande do Sul, mesmo sendo uma obra de exaltação dos elementos naturais do Brasil e do escritor ter feito suas primeiras leituras entre as matas e as águas do Vale do Jacuí. Em relação ao homem sulino, constatamos o mesmo breve interesse, visto que, em 1850, quando então descrevia a Serra dos Botais, na província do Rio de Janeiro, não teve sensibilidade suficiente para descortinar o tropeiro gaúcho, em um período que esse tipo ainda se conservava na sua mais genuína aparência, com indumentária simples, físico aprumado e garbo nas atitudes. Ausentando-se igualmente pela temática de seu pago, Delfina Benigna da Cunha enredou-se para os caminhos do sentimentalismo amoroso, seguindo a tradição dos árcades retardatários. Nesse grupo também podemos acrescentar o autodidata Pedro Canga, que durante a Revolução Farroupilha tornou-se famoso no Estado por suas belas glosas, porém tratando mais uma vez a natureza de maneira convencional. A reviravolta ocorre, segundo Guilhermino César (1994), em 1848, com o soneto do *Quebra Largado*, em *O Corsário*, que lança o gaúcho na poesia.

Dessa forma, cabe-nos aqui ressaltar que focalizaremos, de acordo com a afirmação de Pierre Bourdieu (1989), a expressão regionalista como um “discurso performativo, que busca impor como legítima uma nova definição das fronteiras, de conhecer e de se fazer reconhecer a região contra a definição dominante” (p. 113). À vista disso, a criação de um “tipo” regional era a forma de propagar uma identidade e, além disso, legitimar a memória formada a partir da ideologia de um passado glorioso. Destarte, tomando como base o fato de a literatura ser considerada um instrumento valioso para a análise das emoções e do pensamento de um período, e que os movimentos literários compilam a preferência de uma forma de criação estética, a construção da figura do gaúcho configurava, no século XIX, o principal veículo de transmissão desse imaginário.

Consequentemente, a literatura sem ter a necessidade de registrar fidedignamente a realidade, acabou transmitindo o pensamento dos indivíduos que existiram naquele período. Com vistas nisso, constatamos que um dos princípios da literatura regional é a competência de configurar a região, fixando-se na cultura como uma totalidade coletivamente reconhecível e merecedora de pertencimento. Assim sendo, a reflexão sobre a problemática da figuração na prosa regional revelará as transformações e as manutenções sociais que se processaram no século XIX, período em que o termo gaúcho adquiriu sentido laudatório. Nessa perspectiva, o escritor exerce um elo entre a cultura de sua época e a sua produção, uma vez que sendo um sujeito histórico, revela na escrita posturas da sociedade de seu tempo. E a obra literária, por sua vez, será entendida como fonte para a formação de uma memória cultural, pois discutir identidade é aludir a uma tradição moldada pela sociedade, que utilizou a arte na sua construção.

As obras literárias são formas de expressão estética e artística, que refletem uma sociedade que possui história, isto é, expressam os diversos aspectos, assim como os múltiplos conflitos que constituem o meio social em que se inserem e sobre o qual fazem referência. Elas são instrumentos que possibilitam a leitura, interpretação e representação do espaço, do tempo e das personagens a que se referem, tendo regras específicas de produção e conservando atitudes peculiares de proximidade com o real. Também, são reflexões sobre o que existe e projeções do que há de existir; registros do presente, que podem reconstruir o passado, ou imaginar o futuro através, nesse caso, de narrativas calcadas pelo verossímil.

A palavra literatura, no seu sentido atual, é datada do século XIX, segundo Compagnon (2012) e Eagleton (2006). Para Antoine Compagnon, toda abordagem acerca de literatura, externa ou interna, não abarca uma conceitualização, uma vez que se parte de um acordo sobre o que é ou não literatura. Essa ausência de uma definição ontológica, por sua vez, define seu caráter ideológico. Terry Eagleton, por sua vez, acrescenta que por não ser uma categoria objetiva o conceito de Literatura mantém um vínculo com os juízos de valor provenientes de ideologias sociais. Dessa forma, está intimamente relacionada aos critérios através dos quais determinados grupos desempenham e conservam poder sobre os outros. Essa transmissão cultural é feita por intermédio da leitura, sem a qual a memória se esvai, pois as obras só são concretizadas e legitimadas, como afirmou Wolfgang Iser (1996), no ato de ler. Anteriormente a isso, elas são apenas palavras impressas. A

literatura, nessa perspectiva, é um instrumento indispensável para a percepção de regiões, assim como, para a identificação de suas figuras tradicionais. Dessa forma, adquire o estatuto de um sistema distinto, com características e dinâmicas próprias, porém, não afastada de outros sistemas. René Wellek, citado por Afrânio Coutinho (1966), esclarece a relação entre Literatura e outros sistemas, afirmando que:

[...] embora a literatura esteja em constantes relações com outras atividades humanas, ela tem seus caracteres e funções específicos e desenvolvimento próprio que é irreduzível a qualquer atividade diversa; de outro modo, cessaria de ser literatura e perderia a razão de ser: tornar-se-ia filosofia, religião, ética de segunda classe, ou mesmo propaganda [...] (WELLECK apud COUTINHO, 1966, p. 16).

Segundo essa asserção, a Literatura é constituída de regras e de valores característicos e, também, de uma estrutura interna coerente. Contudo, esses estudiosos não rejeitam a premência da análise do contexto histórico e social, a fim de que seja possível a compreensão dos tipos sociais representados. A literatura rio-grandense sempre foi norteada por temas, que através da repetição, configuraram a identidade de uma produção. O pano de fundo geralmente remete a marcas típicas da população rural da parte sul do Tratado de Tordesilhas. Dessa forma, as figuras retratadas nas obras se dedicam à criação de rebanhos ou à lavoura, entretanto, essas ocupações possuem graus de distinção.

Os pecuaristas são os seres prestigiados, com grandes riquezas, vastas porções de terra e poder. Já os agricultores labutam em pequenos lotes de terra, apenas para a própria sobrevivência, sem auxílio da administração portuguesa, ou, posteriormente, brasileira. Contudo, esses primeiros habitantes agrestes, que ignoram a cultura e a vida urbana, possuem como elemento unificador a prontidão guerreira, tanto para proteger os limites territoriais quanto para expandi-los. Esse componente passa então a encorpar a representação da sociedade sulina, em que os sujeitos são ao mesmo tempo estancieiros e militares. Outro embate ocorre entre a definição de rio-grandense e a de gaúcho, que se distinguiam no período de formação, mas que, posteriormente, tornaram-se sinônimos.

O primeiro era tomado preferencialmente como um homem do campo, com indumentária característica e com predileção por cavalos. Desse se diferenciava o gaúcho, que, segundo Nicolau Dreyes (1961), era um sujeito:

[...] sem chefes, sem leis, sem polícia, os gaúchos não têm da moral social, senão as ideias vulgares, e sobretudo uma sorte de probidade condicional

que os leva a respeitar a propriedade de quem lhes faz benefício ou de quem os emprega, ou neles deposita confiança: entregues ao jogo com furor, esse vício, que parecem praticar como um meio de encher o vácuo de seus dias, é a fonte dos roubos e às vezes das mortes que cometem. Joga o gaúcho tudo o que possui, dinheiro, cavalo, armas, vestidos, e sai às vezes do jogo inteiramente ou quase nu; nessa posição é que o gaúcho se torna temível, pois que, perdendo tudo o que tem, não perde ainda o desejo de desafiar outra vez a fortuna, nem a esperança de achá-la menos cruel; e por mais temível que se torne nesse estado, não de desesperação, mas de profunda mágoa, os movimentos interiores do gaúcho escapam aos olhos do observador; nunca se altera nele aquela superfície de impassibilidade que faz a parte mais saliente de seu caráter; ele diverte-se, sofre, mata e morre com o mesmo sangue-frio [...] (DREYES, 1961, p. 160-161).

Os primeiros registros do sistema social do homem sulino foram realizados por viajantes estrangeiros. Deles se destaca o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (2002), autor de *Viagens ao Rio Grande do Sul*, que, em meados de 1820, percorreu os pampas da Província mapeando certos costumes, como o grande consumo de carnes, a dependência em chimarrão e fumo, as habitações e a estreita relação com o cavalo, seu fiel companheiro. Para o pesquisador esse tipo humano é, na maioria das vezes, hospitaleiro e generoso e tem seu caráter transpassado pelo meio geográfico em que vive, pois os afazeres rudes o acostuma com hábitos cruéis, tornando o rio-grandense um ótimo soldado. Por ser fronteiriço, o gaúcho se desenvolveu bilíngue, mas foi também o meio físico que favoreceu seu instinto guerreiro, motivando-o a buscar ajuda no cavalo, que o auxiliaria nas transposições das vastas planícies no encalço dos inimigos.

Essas extensas proporções de terra serviram para que, desde o século XIX, a literatura tivesse sua matriz regionalista bem estabelecida, diferenciando-se das demais tanto pela região histórica quanto pela localização física – no caso a campanha – um descampado propício para a cultura da pecuária, que faz divisa com o Uruguai. Entretanto, se adotarmos uma perspectiva mais ampla, como a do estudioso Sérgio da Costa Franco (1969), podemos concluir que:

Se, num sentido rigorosamente fisiográfico, calhou constrangê-la ao losango do Sudoeste, num plano histórico e sociológico é acertado assim chamar toda a metade sul do Estado, ou seja, o grande triângulo, do qual uma das faces é a fronteira da República do Uruguai, outra, a linha Ibicuí-Jacuí, e terceira, a borda oeste das lagoas dos Patos e Mirim, excluído, pois, o litoral marítimo, que por outros componentes históricos foi plasmado (FRANCO, 1969, p. 65).

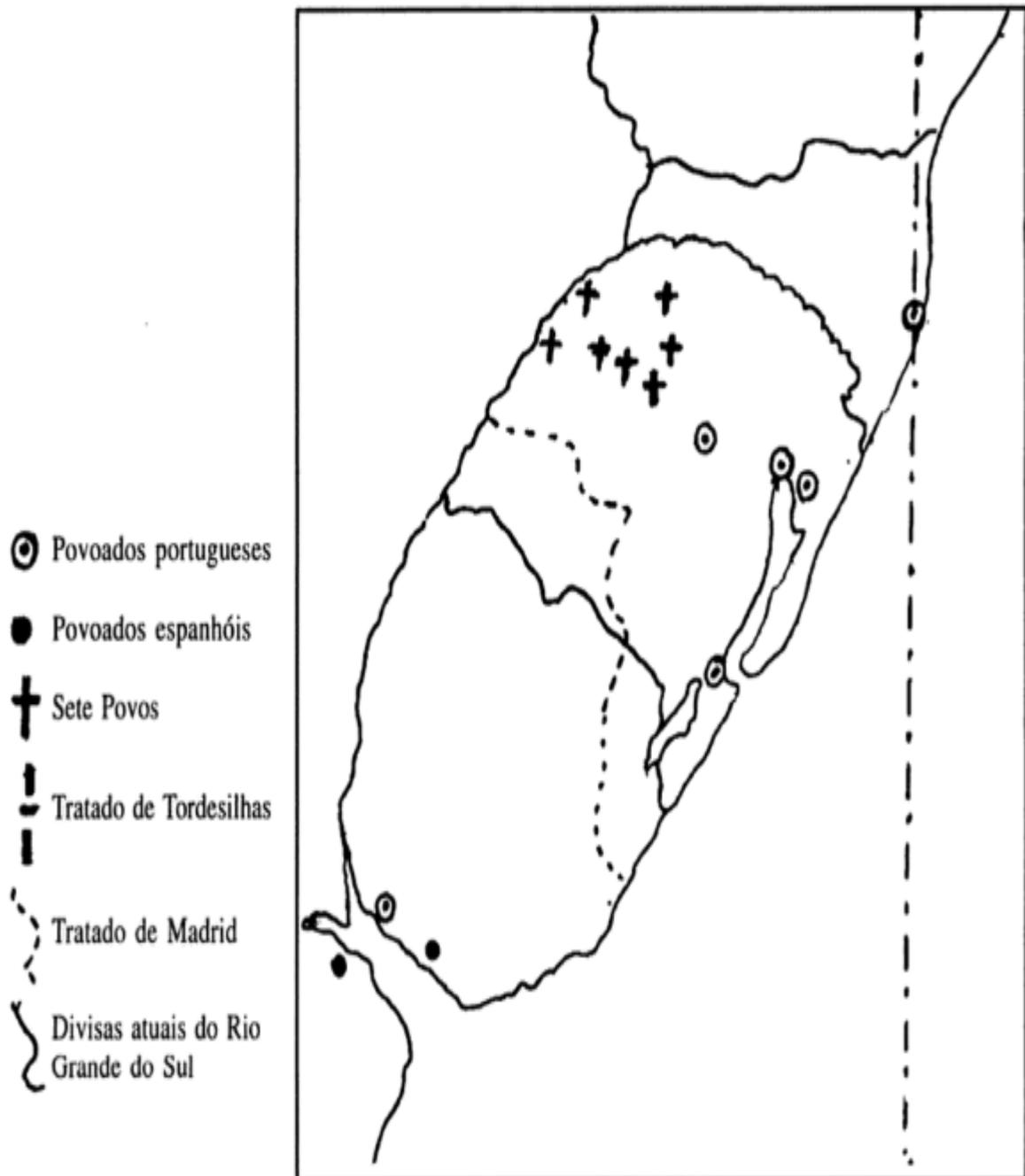
Espaço rigorosamente individualizado pelas peripécias da História, a campanha tornou-se o espaço de rica interação social, onde a economia pastoril, as

guerras e a competitividade de fronteira estamparam desde cedo suas marcas específicas, ainda não suprimidas completamente. Foi nesse espaço que circulou o gaúcho na fase heroica. Com espírito de liberdade, já no princípio do século XVIII, tanto nos arredores de Buenos Aires, como na Banda Oriental, sua formação estabelece um caso particular no complexo da vida latino-americana. Aquém do Prata, o gaúcho exerceu inicialmente seus costumes em torno da Colônia do Sacramento, na Serra do Maldonado e nas pontas do Rio Negro.

Como coureador, tropeiro, contrabandista ou ex-miliciano esses sujeitos viviam a atravessar o Jaguarão, o Quaraí e a Serra do Aceguá, assim como recolheram gado missioneiro nas margens do Rio Uruguai e chegaram às férteis terras do vale médio do Jacuí. Contudo, as duas linhas de força de ocupação das terras – portuguesa e castelhana – absorveram a população nômade e aventureira, fazendo com que optassem por uma das duas soberanias. Essa diferenciação imposta pelas grandes colônias acentuou as distinções que os extremam, mesmo que um tenha influenciado significativamente na cultura do outro.

Se o meio físico, terreno caracterizado pela uniformidade do relevo e das pastagens, favoreceu o entrecruzamento de culturas que por aqui circulavam, a posição geográfica também possibilitou o acesso de povos vizinhos ao grandioso criatório da Campanha. No início da exploração do couro, as populações interessadas pela comercialização desse produto se deslocavam até esse espaço. A distância da Campanha até a Colônia do Sacramento, Santa Fé ou Montevideu era praticamente a mesma. Considerando as grandes distâncias da época, a povoação de Rio Grande de São Pedro, também era uma região que lhe ficava nas vizinhanças e que, a partir de 1737, passou a ser o centro de consumo do gado chimarrão.

Figura 1 – Extensão territorial da Província de São Pedro do Rio Grande



Fonte: BERNARDI (1997, p. 10).

Assim, constatamos que essa região foi crucial no fim do período colonial, pois sua riqueza ganadeira foi sempre considerável, principalmente nas lutas pela independência do Uruguai, em que foi a fonte primordial de abastecimento de quase todos os exércitos postos em confronto politicamente. Nesse palco, o gaúcho, entendido aqui como classe campeira e guerreira, transcendeu do nível da aventura

para se apoderar da feição paradigmática que o tornaria um mito. Tal mobilidade social não cativou de pronto a literatura, uma vez que os precursores do regionalismo eram seduzidos pelo gaúcho solitário, marginalizado, entregue às aventuras de uma fronteira movimentada pelas rivalidades. Assim, tornaram esse tipo social um expoente ficcional de uma “raça”, abdicando a realidade, uma vez que a memória é seletiva e eletiva: uma economia primária niveladora e com horizontes culturais restritos. Entretanto, mesmo que esse modelo tenha se alterado, cabe-nos aqui ressaltar sua importância na “deseuropeização” dos padrões literários.

Em relação à ascendência da palavra que denomina todos os habitantes do Rio Grande do Sul, podemos afirmar que encontramos diferentes origens. O estudioso Cícero Galeno Lopes (2000) organiza seus argumentos em torno de quatro possibilidades etimológicas: a primeira seria de que a palavra *gaúcho* teria surgido na língua espanhola, a partir do lexema *caucho*, que significa pastor, tropeiro; outra possibilidade é a de que essa designação descenderia de *garrocha* ou *garrucha*, também do espanhol, que é uma espécie de lança de imobilização de gado selvagem; a terceira opção é de que a palavra nasceu do termo *cachu*, do dialeto falado pelos índios araucanos; mais uma probabilidade é a partir da palavra *uacha*, de origem quíchua, que significa pobre.

Observa-se, portanto, que o autor elenca expressões com sentidos muito parecidos com as noções encontradas em obras literárias, como a de tropeiro solitário. Em seu feitiço primitivo, o gaúcho surgiu nas redondezas do Rio da Prata, tracejando-se como um tipo social por volta de 1536, ano da fundação de Buenos Aires. No sul do Brasil, apareceu depois de muito tempo, mas devido à influência das mesmas condições do país vizinho: vastas pastagens e grandes rebanhos sem dono. Isso impulsionou o surgimento do caçador de gado. Carlos Reverbel (1986) afirma que alguns traços assemelham o gaúcho brasileiro com seus irmãos platinos, como a estreita relação com cavalos e gados xucros, que só são domesticados a partir dessa figura; a alimentação sustentada pelo mate amargo e pela carne assada; o sebo e o couro como base das atividades econômicas e o contrabando, que geralmente proporciona trocas vantajosas.

No período em que o Brasil era colônia portuguesa, isto é, na idade em que o couro era uma das principais matérias primas comercializada no país, utilizada para os mais diversos fins, aparece o termo *guasca*, que remete a uma fatia de couro cru. A partir do século XVII, surge a denominação *gaudério*, proveniente dos arrojados

homens que povoaram a Província de São Pedro, dedicando-se ao furto de gado ou a courear. No final do século XVIII, esse termo foi substituído pela palavra gaúcho, mas manteve o sentido degradante. Guazelli (2002) explica que o lexema gaúcho, posteriormente utilizado para denominar todo o povo do Rio Grande do Sul, teve uma origem nebulosa, surgindo:

[...] em fins do século XVIII, quando então designava os hombres sueltos das campanhas platinas – eméritos cavaleiros e preadores do gado chimarrão –, tinha caráter pejorativo e uma rica sinonímia: vagamundo, gaudério, vago, malentretenido, cuatrero, matreiro, entre outras; todas elas se referiam a indivíduos que, por não terem relações de trabalho estáveis, viviam dos mais variados expedientes, quase todos associados a algum tipo de delito pelas autoridades. Esses mesmos homens, comporiam as hostes irregulares dos caudilhos que afloraram com as guerras de independência e nas disputas que se seguiram ao processo de formação dos estados nacionais (GUAZELLI, 2002, p. 107-108).

Foi no século XIX que esse lexema adquiriu o significado de guerreiro dos conflitos platinos ou de peão das estâncias. A figuração marginal se desfez e a formulação ideológica de um ser repleto de virtudes ganhou força, tornando-se um motivo de orgulho. Portanto, essa mudança de sentido deve-se ao fato da solidificação das propriedades que se dedicavam à pecuária, pois a partir disso, esses homens passaram a servir como mão-de-obra das estâncias. Essa possível submissão fez com que os literatos se interessassem, valendo-se desse tipo local como uma de suas personagens favoritas. Desse momento em diante, a literatura gauchesca prosperou. O gaúcho tornou-se não só admissível, mas também um ser exemplar, pelas virtudes inatas dos tempos de outrora:

Uma imensa gama de intelectuais – todos urbanos, é bom salientar – trataram de resgatar a cultura dos homens do campo e atribuir-lhes qualidades fundadoras dos novos países, como coragem, altaneria, franqueza, amor à liberdade; dos grandes centros urbanos europeizados e oligárquicos vinham as homenagens à plebe da campanha, submetida à ordem econômica e política, recriando o gaúcho que não existia mais (GUAZELLI, 2002, p. 108).

O teor negativo que envolvia a figura do gaúcho primitivo se dissolveu através das múltiplas conotações que foi adquirindo no decorrer dos séculos, assim como esses próprios habitantes solitários, uma vez que o território começou a ser povoado por imigrantes que chegavam para ficar, “os espaços foram sendo ocupados, chegando-se a um ponto em que não havia mais lugar para o gaúcho na sua feição primitiva, marcada pelo nomadismo e recortada nas lonjuras dos horizontes sem fim”

(REVERBEL, 1986, p. 86). Por outro lado, Baumgarten (1982) aponta que a literatura teve uma importância crucial na afirmação de tal ideologia, consagrando esses sujeitos como fundadores de uma região, encobrindo seus defeitos e enaltecendo suas virtudes:

É com o Partenon Literário que vai ser inaugurado o regionalismo no Rio Grande do Sul. Buscando a inspiração no seu passado recente, os autores vão descobrir o homem livre dos primeiros tempos, o peão de estância, o monarca das coxilhas, responsável pela conquista da terra. Voltando-se para temas regionais e incorporando termos característicos da linguagem da campanha, foi o grupo do Partenon que abriu o caminho para o regionalismo gaúcho propriamente dito, inaugurando aquele que se constituiu no mais abundante veio poético de nossa literatura (BAUMGARTEN, 1982, p. 19).

Percebe-se, portanto, que um dos aspectos importantes da literatura brasileira está no fato de ser composta por romances que reproduzem imagens históricas e que reconstituem localizações geográficas. No Rio Grande do Sul, os conflitos armados, que atemorizavam a soberania brasileira, contribuíram para que o Estado passasse da posição de rebelde para a de defensor; e essa abdicação do sentimento de rejeição cede lugar ao reconhecimento do valor desse povo. Simultaneamente, ocorre uma identificação e um engajamento dos intelectuais locais com os artistas do centro do país, que passam a se adequar, mesmo que tardiamente, na proposta do movimento romântico. Com isso, o regionalismo comprova a autonomia cultural através da ilustração de elementos característicos.

A figuração do gaúcho no século XIX associa cultura com ideologia, a fim de responder à necessidade histórica da construção de um ser regional. Ideologia, neste panorama, pode ser considerada como uma união de ideias e representações que colaboram para a reprodução e conservação de uma sociedade. Chauí (1981) afirma que “[...] ideologia não é um reflexo do real na cabeça dos homens, mas o modo ilusório [...] pelo qual representam o aparecer social como se tal aparecer fosse a realidade social” (CHAUI, 1981, p. 106). Destarte, o estudo da produção literária feita no Rio Grande do Sul torna viável o acesso aos esforços empregados na formulação de uma identidade do Estado e também de seus habitantes. O princípio desta literatura regional está intimamente relacionado com a fundação da Sociedade do Partenon Literário, que se estabeleceu em Porto Alegre, em 1868, e foi um instrumento fundamental na organização da imagem do gaúcho. A literatura desse período é marcada pelo apreço de descrições de figuras tidas como

representativas ou idealizadas, mas, além de ser a precursora de um tipo humano, é uma vertente que contribuiu para a demarcação de um espaço genuíno. Até hoje, como afirma Guazelli (2002):

Predomina a literatura que identifica o gaúcho como portador de valores tradicionais – que são bons porque foram herdados do passado mitificado – que representa ainda hoje o que de melhor tem o Rio Grande, e o que este tem de superior ao restante da nação. A identidade regional é, sem dúvida, muito arraigada no Rio Grande do Sul, e aflora em momentos de crise – real ou imaginária – muito variados (GUAZELLI, 2002, p. 124).

Essa existência arraigada à terra, em um território definido com rigor, é uma das principais características do regionalismo sulino. A imagem do homem aguerrido, que entrega a vida em prol da defesa de suas terras, institui um tipo que assume a representação desse povo: figura valente, justa e de índole moral inabalável – um estereótipo apropriado aos moldes românticos. Segundo Guilhermino César (1994):

A ficção aposta fundo no seu primitivismo; pinta o rude e abarbarado, um ser de psicologia elementar, mas com torneios de frases requintados na boca, um homem corajoso, em permanente disponibilidade sentimental. E tão valente na guerra como na luta com as reses e outros animais, vivendo na solidão do pampa, sem conforto e sem pouso certo. Foi fácil idealizá-lo. De generalização a generalização, a literatura terminou por colocá-lo numa espécie de Arcádia crioula, território de evasão muito procurado pelos imaginativos. O resultado é um sentimento estereotipado, que emigrou da letra de forma para outras modalidades de arte, e segundo o qual o habitante da Campanha encarna sempre a galhardia, a coragem, a lealdade, o desprendimento de uma criatura perfeita (CÉSAR, 1994, p. 30).

Nessa literatura, é comum a referência mítica de um passado em que todos os habitantes dos pagos eram felizes, pregando os ideais de liberdade, que por sua vez asseguravam a igualdade do povo. Para os regionalistas do século XIX, que perduraram no século XX, a figura do gaúcho não era apenas um tema literário, mas, primordialmente, um elemento ideológico, que, criado na imaginação, apresentava-se como um padrão da realidade, ou seja, um tipo ideológico gerado para suprir a necessidade cultural.

A existência desta figura no imaginário da ficção, de acordo com Chaves (1994), é a peça basilar que garante a transposição da descrição regionalista para o território da universalidade. Como assevera Guilhermino Cesar (1971) “é com o Romantismo que verdadeiramente se inicia o processo literário no Rio Grande do Sul” (p. 203). Nesse período também surge a imprensa no Estado, o que permite

que a literatura oral se fixe como literatura escrita. Além disso, o Romantismo no Estado também sofreu interferências de ideias positivistas. Segundo Albeche (1996) o discurso positivista recupera a essência simbólica da sociedade de Comte que nutria esses ideais com o intuito de divulgar os seus “científicos” princípios republicanos. A lenda do gaúcho na publicidade republicana está relacionada aos ideais da epopeia de 1835, em que a adoração pelos farroupilhas é tomada como modelo de unidade de estirpe e de moralidade elevada. Assim, a Revolução Farroupilha passou a simbolizar uma idade de ouro, marcada por atitudes de bravura, de honra e de liberdade.

Na obra *O vaqueano*, por exemplo, Apolinário Porto Alegre almeja resgatar esse passado heroico, a fim de reforçar o sentimento nacionalista. “Imbuído por este ideal em voga na sua época, pretendia que o passado rio-grandense, com a exaltação de seus heróis, contribuísse para a construção de um sentimento de brasilidade, ou seja, de uma identidade brasileira para os gaúchos” (ARENDR, 1995, p. 14). Segundo Cesar (1971), a construção da figura do gaúcho foi atenuada pelas abstrações, que possibilitaram que a literatura o alocasse em uma “Arcádia dos Pampas”, um abrigo para as mentes criativas. Em decorrência disso, surge um sentimento estereotipado que passou dos livros para outras modalidades artísticas, nas quais a figura sulina é a personificação da lealdade, da bravura e do desapego de uma criatura sem igual. O regionalismo, no domínio da literatura, adotou a figura do gaúcho, que se tornou um ícone de valorização da cultura local, expandindo suas representações em diferentes modalidades artísticas, como a dança e a música. Nesse processo, cooperou também para a sedimentação de uma visão do homem do campo, sem abandonar as transformações estéticas e temáticas pelas quais passou a literatura brasileira. A abordagem regionalista tornou-se uma fusão de questões históricas, quando concebida como tendência, mas também de questões ideológicas, no momento em que seu valor é questionado. Regina Zilberman (1985) assevera que:

[...] para a configuração de uma certa imagem do gaúcho como expoente representativo do Rio Grande do Sul contribuíram vários elementos, alguns de procedência popular, como a indumentária descrita e os hábitos e modo de falar apresentados, outros de natureza erudita, como a usual associação com a figura mítica do centauro. Decisiva igualmente foi a canalização de fatores de ordem histórica, sendo integrada à personalidade do gaúcho a índole guerreira e livre supostamente constituída ao tempo da – e por causa do tipo de – formação da sociedade pastoril. A referência à história acompanha o percurso da literatura regionalista, e esta, como privilegia, de

preferência, a época de consolidação dos setores sociais e econômicos ligados à pecuária, vê o passado como idade de ouro (ZILBERMAN, 1985, p. 41).

Logo, a história é o fator de que brotam as criações literárias, trazendo consigo a implementação de uma figura popular como eixo da manifestação artística. Motivo que também corrobora para a tendência de valorização da Revolução Farroupilha, como acontecimento mais importante de um passado glorioso, em que se exibiram os princípios basilares do povo sulino. Isso posto, podemos afirmar que a vertente regionalista surge sob influência dos preceitos românticos, em busca de um elemento que reforçasse a identidade do povo do Rio Grande do Sul em relação ao centro do país. Um argumento que corrobora o engajamento da ficção com a construção identitária do gaúcho é a questão do regionalismo ter tido primazia na produção de obras neste Estado, a partir das décadas finais do XIX, estendendo-se para o século XX. Nessa fase, os escritores detinham-se na temática regional e suas ficções tendiam para a glorificação da Campanha, que além de assegurar a subsistência, sentenciava a criação de um tipo físico primoroso. Assim, concebem uma tradição que legitima um representante para o povo rio-grandense, capaz de materializar a identidade da “raça”.

No período em que farrapos deixavam os campos de batalha, surgiram muitos escritores no domínio da prosa. O romance floresceu um pouco depois, com o grande Caldre e Fião, que por ser o precursor do gênero no Rio Grande do Sul, já recebeu um espaço específico neste estudo. No Estado, a ficção cultivou primeiramente o romance individualista, de feição sentimental; posteriormente, já condicionado pelo meio social, surge o regionalismo. Guilhermino César (1971), na obra *História da Literatura no Rio Grande do Sul*, agrupa por tendências os autores que em meio século dividiram campos tão diversos da seguinte forma:

- A única figura do *pré-romantismo* é Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, autora de *Filósofa por Amor*;
- à corrente do *romantismo individualista* pertencem: Carlos von Koseritz, Carlos Eugenio Fontana, Sátiro Severo, Colimério Leite de Faria Pinto, Apeles Porto Alegre, Hilário Ribeiro, Damasceno Vieira, Argemiro Galvão, Carlos Ferreira;
- ao *romantismo regionalista*: Caldre e Fião, Apolinário Porto Alegre, José Bernardino dos Santos, Alberto Coelho da Cunha (Vitor Valpírio), Luís Alves Leite de Oliveira Bello, Carlos Jansen, João Mendes da Silva (Heráclito);
- ao naturalismo: Paulo Marques, Francisco de Paula Pires, Maria Benedita Câmara de Bormann (Délia), Pardal Mallet, Pedro Osório, e os três autores de *Estricnina* – Sousa Lobo, Mario Totta e Paulino de Azurenha (CÉSAR, 1971, p. 308).

Nessa classificação não há registro do Realismo, porque não existiu nesse meio século nenhum autor que se interessasse pela ficção minuciosa e definidora dessa escola, influenciada por Spencer e pelo cientificismo europeu de fins do século. Além disso, achamos conveniente salientar que os ficcionistas desse período não conseguiram transpor as fronteiras, isto é, apesar de terem criado personagens que adquiriram fama, nenhum deles elaborou uma prosa espontânea e arrebatadora que influenciasse escritores de outros centros do país.

Com muitas peculiaridades, os ficcionistas do Romantismo regionalista adotaram a linguagem da campanha nas suas melhores criações literárias. Entretanto, o que por um lado lhes proporcionava um acento e uma fisionomia particular, por outro impedia que suas obras se propagassem para além da Província. Outro elemento que colaborou para essa restrição foi a imprensa, consolidada desde 1835, que supria a necessidade dos gaúchos, que ali mesmo publicavam, não carecendo se deslocar para outros prelos, apesar de Porto Alegre não centralizar ainda a vida literária. Nessa cidade, assim como em Pelotas, Bagé e Rio Grande, os escritores consagravam-se artisticamente sem contato frequente com os demais intelectuais, situação esta que o *Partenon Literário*, em 1868, buscou reverter.

Em uma determinada fase, as ideias republicanas e abolicionistas conseguiram reunir os grupos, porém, instalada a República e liberto o escravo, o ardor literário, que desde cedo alimentava o Estado, decaiu. Estudos demonstram que, de 1889 em diante, a ficção cedeu espaço para o jornalismo político, para os princípios filosóficos e para a propaganda de ideias, pois nesse espaço repleto de problemas civis, que cobram atitudes militantes, a ficção não conseguiu mais guarida. Em meio a tantas carências já mencionadas nessas linhas sobre esse período, cabe-nos aqui ponderar ainda que os ficcionistas se dedicaram a poucos leitores, com uma receptividade escassa, que pode ser comprovada pela não reedição das obras, muitas delas até hoje esquecidas em jornais e revistas.

Segundo César (1971), o círculo literário romântico rio-grandense inicia com a fase individualista, dentre seus representantes está Carlos von Koseritz, que escreveu *A Donzela de Veneza* (1858), uma novela de breve extensão, com fluência admirável, mas que, segundo o crítico, peca no uso excessivo da fantasia. No mesmo ano, o pelotense Carlos Eugênio Fontana que, ao longo de sua vida foi

jornalista de fronteira, instalando uma tipografia em Artigas, no Uruguai, publica *O homem maldito*, uma história complexa, próxima da verdade e com uma linha romanesca mais aperfeiçoada. O percurso literário de Sátiro Severo, por sua vez, é interrompido pela Guerra do Paraguai, onde serviu, mas não regressou, deixando uma novela inacabada na revista *Arcádia*. Diferente deste último, Colimério Leite de Faria Pinto exerceu grande atividade tanto no jornalismo literário quanto no magistério. Escreveu ficções, poesias e teatro que conquistaram o público de sua época, mas pouco acrescentou às letras rio-grandenses. Apeles Porto Alegre e Hilário Ribeiro, destacam-se nessa lista pela atenção que dedicaram ao ensino, além das obras literárias. Damasceno Vieira foi jornalista, poeta e dramaturgo, não seguiu a carreira do magistério, tendo preferido o funcionalismo público. Formado em Direito, Argemiro Galvão foi um homem que se destacou por sua mentalidade apurada de teor combativo, aos dezessete anos escreveu *A filha do estancieiro* (1876). E, fechando esse grupo, temos Carlos Ferreira, considerado pela crítica um jornalista perspicaz, mas ficcionista descompromissado.

No grupo regionalista, ganham destaque Caldre e Fião e Apolinário Porto Alegre, ambos já discutidos enquanto tratávamos da sociedade do Partenon. Entretanto, outros escritores contribuíram para a formação das letras rio-grandense, dentre eles citamos o porto-alegrense José Bernardino dos Santos, autor do romance *A Douda* (1868), publicado na forma de folhetim no periódico literário *Murmúrios do Guaíba*, narrando assuntos até então inexplorados: a vida do tropeiro, a singularidade da rotina serrana e a paixão que terminava em loucura. César (1971) conclui que esses ingredientes românticos aplicados à vida rude do gaúcho agradou o público, mas, também, rendeu um estudo ferrenho de Apolinário Porto Alegre, que participava da comissão crítica do Partenon:

O que mais interessa, porém, em José Bernardino, é ter aberto caminho, como ficcionista, não só n' *A Douda*, mas principalmente nos *Serões de um Tropeiro*, ao estudo da natureza, do homem e dos costumes da região de Cima da Serra. Apesar de muito nova, quando ele apareceu, a ficção rio-grandense havia desprezado a região do Nordeste por outra mais cheia de vida, mais facilmente captável em seu pitoresco, em seu estilo de trabalho, em sua fisionomia heroica – a campanha (CÉSAR, 1971, p. 316).

Os campos de cima da Serra já haviam sido referidos por Vítor Valpírio, no conto *Esturdio* e por Apolinário, nas primeiras páginas do romance *O vaqueano*. Apesar de ser, nessa época, uma região pouco povoada, sem grandes riquezas e

menos importante do que a zona meridional, ela carregava consigo todos os elementos que seduziam os escritores de fundo romântico: o rude das montanhas e o selvagem dos índios que campeavam nos vales, ainda pouco modificado pelos imigrantes. Dessa forma, o pitoresco era abundante, carecendo um observador atento que extraísse sua fartura de matizes. Apesar das inspirações de Bernardino brotarem desse local incógnito, sua obra está longe de torná-lo um grande romancista. Ele falha ao introduzir fatigantes interpolações sobre botânica e história, desfigurando o texto e terminando com sua fluência, porém, torna-se louvável a evocação de paisagens marcantes de sua infância, assim como regionalismos que revestem sua linguagem. Prosseguindo nesse grupo, deparamo-nos com Vítor Valpírio, ou melhor, com Alberto Coelho da Costa, que publicou na *Revista Partenon* a novela *Mãe do ouro*, ambientada na campanha com fortes marcas alencarianas, e os contos *Pai Felipe* e *A filha do capataz*. Também colaborou na revista *Arcádia*, falecendo afastado das atividades literárias a que tanto dedicou-se na faixa dos seus vinte anos de idade.

Propondo a tese de que a Revolução de 1835 provocou efeitos devastadores na Província, afundando pessoas em luto e estâncias na pobreza, Luiz Alves Leite de Oliveira Belo retratou no seu romance, *Os farrapos*, os costumes do gaúcho, desde os amores impossíveis ao heroísmo dos rebeldes ou do enriquecimento indevido através de furtos e saques à dedicação dos que sacrificaram a vida em nome de uma causa. Nesse romance os tipos são bem caracterizados, pois o autor utiliza a natureza, os costumes e um fato histórico para dar vivacidade às linhas, superando o protagonista de *O vaqueano* por ser mais humano e não tão teatral. Nas falas das personagens não há a preocupação de registrar o dialeto coloquial desse povo, mas o que documenta já é suficiente para adquirir cor local. Além disso, romanceou o plano secundário da guerra e, assim, como afirma César (1971):

Tal visão dos acontecimentos difere da de seus contemporâneos ficcionistas, talvez porque Oliveira Belo tivesse motivos particulares para evocar sobretudo o lado negativo da revolução, que em sua própria família havia provocado enormes devastações. Seu pai, de igual nome, herdara uma casa arruinada pelos efeitos da insurreição farroupilha, quando estudava em São Paulo, sendo este, segundo se diz, o motivo por que, recém formado, aceitou o cargo de promotor-público na comarca de Itaboraí (CESAR, 1971, p. 322).

Apesar de tudo, a eloquência política de Oliveira Belo ainda se sobrepõe sobre seus méritos como ficcionista. Agora, passamos para o nome do culto e

refinado Carlos Jansen, soldado alemão que se naturalizou brasileiro, destacando-se no magistério, tanto na publicação de inúmeros livros didáticos como na atuação como professor, inclusive no Colégio Pedro II. Além disso, adquiriu renome no jornalismo literário, sendo um dos fundadores da revista *O Guaíba* e redigindo também na *Revista Brasileira*, traduzindo grandes clássicos da literatura. Nessa publicou a novela de costumes rio-grandenses, *O Patuá*, de enredo leve e paisagem graciosa, o que carrega sua prosa de um tom nostálgico. O pano de fundo, nesse caso, são as superstições dos sujeitos simples da campanha.

Enfim, fechando os escritores românticos regionalistas trazemos o nome de João Mendes da Silva, que assinava também pelos nomes de João Mendes do Taquari e Heráclito. Buscando totalizar em suas obras a pluralidade do viver do gaúcho, limitando-se, porém à análise dos aspectos constitutivos que mais representavam a sociedade primitiva do século XVIII, como o campeiro, o padre jesuíta, o índio e o sertanejo. Logo, podemos concluir que a figura do gaúcho que esse autor retratou “nada tem de falso ou de convencional, isto é, não lhe deformou a vitalidade inata, mas também não a exagerou, como se estivesse criando deuses” (CESAR, 1971, p. 329). Assim, com recursos limitados, satisfiz-se com o cotidiano.

Dentro deste recorde temático, é particularmente interessante a investigação de propostas ficcionais que, no âmbito da identidade, adquiriram um espaço relevante na literatura rio-grandense, uma vez que a história cultural é constituída por representações discursivas do mundo social. De acordo com Roger Chartier (1990), essas reproduções remetem à forma como em épocas e lugares distintos a realidade social foi estabelecida através de classificações, divisões e delimitações. Apesar de naturalizados, os sentidos são historicamente formados e, portanto, suscetíveis a alterações por influências de poder, motivadas entre grupos sociais de interesses conflitantes. Além disso, de acordo com esse estudioso, a história cultural se detém tanto nas classificações e exclusões que compõem a configuração social, quanto nas práticas que provocam sentidos ao mundo. Assim, cultura para Chartier (1990):

[...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida (CHARTIER, 1990, p. 67).

As representações são expressas nos discursos e, dessa forma, assumem variadas configurações, que por sua vez tornam-se concorrentes, estabelecendo relações hierárquicas. Desse modo, a percepção que predomina acaba adquirindo o caráter de verdade e se naturaliza. Sandra Pesavento (2003) afirma que as representações são realizações mentais e históricas que geram sentidos ao mundo, pois sem elas este não adquire significado. É através do ato de representar que se age e se formam identidades. Logo, a representação ocupa o mesmo espaço da realidade, entretanto, sem a ilustração perfeita do real, pois o representante não é o representado, ele apenas contém relações de semelhança.

Partindo do conceito de representação, esse estudo se detém nas figurações do gaúcho, uma vez que todas as personagens abarcam um espaço “transhistórico”, isto é, fogem do controle do objetivo literário de quem a concebeu: na figuração a imagem se desloca da descrição, possibilitando que a personagem tenha a sua dinâmica própria. Toda caracterização de personagem assume o compromisso de preencher vazios, entretanto, Carlos Reis (2014) acrescenta que:

Figuração designa um processo ou um conjunto de processos constitutivos de entidades ficcionais, de natureza e de feição antropomórfica, conduzindo à individualização de personagens em universos específicos, com os quais essas personagens interagem. [...] Assim, sendo um processo ou um conjunto de processos, a figuração é dinâmica, gradual e complexa. Isso significa três coisas: que normalmente ela não se esgota num lugar específico do texto; que ela se vai elaborando e completando ao longo da narrativa; e que, por aquela sua natureza dinâmica, a figuração não se restringe a uma descrição, no sentido técnico e narratológico do termo, nem mesmo a uma caracterização, embora esta possa ser entendida como seu componente importante (REIS, 2014, p. 52-53).

A ideia de figuração indica o processo de composição de personagens em universos específicos com os quais interagem – nesse estudo o pampa rio-grandense – e dessa interação depreendem-se efeitos propriamente estéticos, como os procedimentos operacionais de construção das personagens, que consideram, por sua vez, elementos cognitivos e ideológicos em sua composição. Para o pesquisador Serge Moscovici (2003), as figurações são ideias, noções ou concepções tomadas como uma forma de representação social. Essas representações são formas de conhecimento prático, que foram socialmente elaborados, e que, depois de compartilhados, contribuem para a elaboração de uma realidade comum, norteando a comunicação e a compreensão do mundo.

Portanto, as figurações se revelam como elementos cognitivos, isto é, teorias, imagens, categorias, que só são entendidas a partir de seu contexto de produção, ou seja, suas funções ideológicas e simbólicas servem como uma forma de comunicação por onde circulam. Essa singularização pode ser observada, sobretudo, em narrativas e em dramaturgias, contudo, também pode ser verificada de maneira difusa em contextos de enunciação poética. Além disso, a figuração pode ser considerada um processo tropológico, pois também verificamos sua presença em discursos não literários ou formais, como, por exemplo, na historiografia ou na imprensa. Isso a torna dinâmica, porque não se restringe a uma descrição ou a uma caracterização em um lugar específico de um texto.

Segundo Carlos Reis (2014), o termo figuração é inseparável do conceito de figura, por três motivos: primeiro, porque desde a Antiguidade a retórica tem interesse pelos procedimentos da construção do discurso e pelo trabalho formal que suas potencialidades argumentativas proporcionam; segundo, pelo escorregamento semântico do sentido primário de figura até a acepção de personagem; e, enfim, pelas relações de parentesco de figura com ficção, fictício, fingimento, sustentadas pela etimologia comum dos vocábulos. Dessa forma, podemos conceber a figuração como uma construção discursiva e metaficcional, que gradualmente ao longo de uma narrativa, provoca a individualização de uma personagem no ambiente ficcional. Logo, o objeto de figuração pode ser uma figura real, cuja vida é materialmente verificável, por isso a figuração geralmente é coroada em narrativas em que se realizam atos de cunho político com grande incidência social. Contudo, é necessário lembrar que, situadas em um plano ontológico, as figuras da ficção estão absolvidas do conceito de mentira e do julgamento que ele implica, ou seja, não podem ser censuradas nem criticadas.

Todos os aspectos mencionados acima culminam na transcendência da figura ficcional de sua condição primeira para uma projeção no mundo real. Reis (2014) chama esse fenômeno de sobrevida das personagens, uma vez que elas ganham, a partir do texto original em que foram figuradas, uma vida própria. Isso ocorre, segundo Ingarden (1973), porque:

1. A obra literária “vive” na medida em que atinge a sua expressão numa multiplicidade de concretizações. 2. A obra literária “vive” na medida em que sofre transformações em consequência de circunstâncias sempre novas, estruturadas convenientemente por sujeitos conscientes (INGARDEN, 1973, p. 380).

Assim, é correto afirmar que algumas personagens conseguem prevalecer sobre as ficções e obter uma existência além delas, isto é, uma sobrevida. Logo, é possível associar essa manifestação com o movimento que Genette (2004) inferiu da figura retórica metalepse, que se caracteriza pela mudança de um nível, seja ele narrativo, semântico, etc., para outro nível, uma vez que poderia ser adicionado nessa dinâmica o traslado de entidades do mundo ficcional para o mundo real.

## 4 A PROBLEMÁTICA DA FIGURAÇÃO DO GAÚCHO NAS OBRAS *A DIVINA PASTORA* E *O VAQUEANO*

### 4.1 REGIONALISMO NO RIO GRANDE DO SUL: DA IDEALIZAÇÃO À FIXAÇÃO DE CARACTERES CULTURAIS.

As manifestações iniciais do Regionalismo na prosa ficcional brasileira remetem ao período romântico. No Brasil, o Romantismo é julgado como a solução, dentro das artes, para o desejo de encontrar uma temática original para a Nação, sem intervenção externa, e, sim, criada com meios estilísticos próprios. A busca pelo primitivo, ou seja, pelo original, trouxe o *Indianismo* como resposta. Entretanto, esse projeto logo se dissipou, cedendo lugar ao *Regionalismo*, que ao contrário do seu antecessor, permaneceu prestigiado na ficção do País. Em relação aos seus traços característicos, Lúcia Miguel-Pereira (1973) assim define o *regionalismo*:

Para estudar, pois, o regionalismo, é mister delimitar-lhe o alcance; só lhe pertencem de pleno direito as obras cujo fim primordial for a fixação de tipos, costumes e linguagens locais, cujo conteúdo perderia a significação sem esses elementos exteriores, e que se passem em ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciem dos que imprime a civilização niveladora (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 179).

Nessa citação a autora faz referência a alguns aspectos particulares do Regionalismo. Inicialmente enfatiza o recurso da “cor local”, uma vez que se pretende especificar um determinado espaço geográfico em relação a uma totalidade nacional. Ainda dentro dessa primeira distinção se inserem outras distinções como um tipo humano específico, uma linguagem típica, assim como costumes próprios, que adquirem relevância por se distinguirem dos modelos tomados como universais. Posteriormente, arraigado a uma ideologia, a segunda diferenciação marca a soberania do meio natural sobre o sujeito, uma vez que este só se constitui através do espaço que o circunda, isto é, o cenário é o que colabora para a individualização. Contudo, Regina Zilberman (1992) afirma que no Rio Grande do Sul um terceiro aspecto é crucial, no caso, o apego a um tempo histórico:

A personagem na narrativa regionalista confunde-se com o homem da Campanha. O privilégio atribuído a um certo tipo associa-se de antemão à valorização de um espaço: o pampa. Com isso, assumem importância capital um conjunto de valores e uma estrutura social. A organização em jogo é a primitiva sociedade rural rio-grandense (ZILBERMAN, 1992, p. 49-50).

Nesse espaço, a luta pelo acesso ao mercado de divisas, que fora marcada principalmente pela Revolução de 1835, motiva a criação de um tipo regional e popular capaz de remeter a um instinto de liberdade. Dessa forma, enquanto vigora a concepção de autonomia também se perpetua o *Regionalismo*. Contudo, alguns pontos prejudicam a idealização construída, como o posicionamento do narrador, geralmente exterior aos fatos e personagens, apenas reproduzindo o que vê. Uma segunda questão, não menos importante, diz respeito à forma de registro erudita e urbana que não condiz com a fala das personagens que o autor almeja elevar.

Muito embora seja uma manifestação literária que remonta para o século XIX, as reflexões sobre o Regionalismo brasileiro continuam em pauta em pleno século XXI. As altercadas interpretações do que vem a ser o Regionalismo estão longe do fim, ao contrário, o estudo crítico nacional se alastra para outras denominações como *regionalista*, a fim de caracterizar ficcionistas que se identificam de alguma maneira com os espaços distantes dos grandes centros urbanos, uma vez que um país com dimensões gigantescas não poderia jamais deixar de apresentar sistemas literários regionalmente localizados. Tudo isso não seria um dilema se o termo *regionalista* não carregasse consigo um poderoso estigma, isto é, se não fosse sinônimo de literatura de baixa qualidade, cujos elementos essenciais à composição narrativa não alcançaram um elevado grau de *universalidade*. Esta, por sua vez, seguindo o mesmo pensamento, consiste em uma vantagem exclusiva das regiões urbanas e dificilmente é encontrada em obras que tratam do meio agreste.

Dessa forma, escritores esgueirarem-se da nódoa de regionalista não chega a causar estranhamento no nosso contexto nacional. Erico Verissimo já declarava aversão ao Regionalismo gaúcho, porém, ao escrever romances sobre a pequena burguesia da Porto Alegre dos anos 1930, foi inserido pela historiografia como mais um dos tantos regionalistas que surgiam naquele período. Em um levantamento minucioso e elucidativo sobre as relações entre a historiografia literária e o Regionalismo, Marisa Lajolo (2005) revela que a oposição universal/regional, tão debatida na história da Literatura Brasileira, já estava presente no projeto histórico literário de Varnhagen, na virada da primeira para a segunda metade do século XIX.

Apesar da ideia de contrastar “o que é bom” ao que é “americano” – maneira de nomear, então, o Regionalismo – tenha surgido em obras antecessoras, ela se sobressai em Varnhagen, ao expor os critérios de triagem dos poemas de *Florilégio*

*da poesia brasileira* (1850). De acordo com Lajolo, “Varnhagen sugere que ambos os predicados – qualidade estética e americanidade – não andam, necessariamente, juntos” (2005, p. 306). Ao analisar essa trajetória crítica, a autora indaga-se sobre os motivos que levam, a partir de certo momento histórico, segmentos relevantes da crítica e da história literária a anular linguagens não urbanas nem eruditas do horizonte de probabilidades de expressão literária. A resposta plausível pode ser descoberta nas entrelinhas das obras desses críticos, em que cada um elenca metáforas próprias para potencializar visões depreciativas da ficção não urbana. Consequentemente, nossa literatura é marcada pela dualidade particular/universal, na qual os escritores que não buscam inspiração nos grandes centros são designados regionalistas, logo, esteticamente inferiores.

Mesmo com tantas barreiras, as manifestações sobre o Regionalismo se mantiveram constantes na literatura brasileira. Da mesma forma que o nacionalismo literário, o Regionalismo se instituiu a partir de definições paradoxais e, não por acaso, teve seus momentos áureos com o Romantismo, no século XIX, e com o Modernismo, no século XX, períodos em que a busca pela identidade nacional encontrou condições favoráveis para florescer, favorecendo os desdobramentos pertinentes a expressões literárias regionais.

Em relação ao Romantismo, o professor e pesquisador João Cláudio Arendt (2010) afirma que o sentimento nacionalista difundido pelos escritores românticos expandiu-se do “centro” para as “províncias”, contudo, os autores provincianos não conquistaram o mesmo retorno, pois não adquiriram espaço na corte. Assim, o Regionalismo se fixou como uma ferramenta contra a centralização do estado, mas também foi uma prova de resistência a uma identidade nacional que não considerasse os diversos aspectos socioculturais da vasta extensão brasileira. Esses aspectos projetam a regionalização da literatura, que passa a revelar escritores e obras de diferentes pontos do País, cujo percurso tem início no período romântico avançando para o século XX. Porém, por constituírem parte da tradição do Regionalismo, passam a ser apresentados pela historiografia literária como inferiores ao seu oposto.

Novos conceitos, que surgem em outros países como México, Alemanha e Argentina, superam o entendimento da crítica canônica brasileira afirmando que o Regionalismo pode ser visto de outra maneira além daquela que o reduz como singela manifestação de uma temática interiorana, seja pela obra, seja pelo autor,

rotulada a apresentar uma condição estética duvidosa. O argentino Pedro Luis Barcia (2004) classifica essas produções como “literatura regionalista”, pois manifestam certo “profissionalismo do regional”. Essa competência desponta quando, por escolha do artista, o Regionalismo origina uma literatura centralizada e restrita à determinada região. Segundo esse autor, a literatura regional é aquela que se sustenta em temas regionais, a fim de encarnar a expressão particular do escritor. Logo, para essa acepção, a região consistiria em uma espécie de mola propulsora para outras dimensões e, dessa forma, não seria restrita, mas sim integrativa. Para Barcia (Ibid.), toda literatura poderia ser considerada regional, visto que toda obra nasce em um lugar e em um tempo.

A crítica literária latino-americana apresenta diferentes noções sobre o que seria a literatura regionalista, mas todas convergem para a definição de forma artística “periférica” ou “interiorana”. Buscando sistematizar essa multiplicidade de manifestações, Friedhelm Schimdt-Welle (2012) sugere que o Regionalismo seja separado em dois grupos, que seriam a “literatura regional tradicional” e o “regionalismo clássico” (p. 121, tradução nossa). O primeiro agrupamento compreenderia as obras próximas da estética romântica, que conservassem a cor local e o pitoresco, acentuassem a nostalgia de um tempo passado e exaltassem a paisagem e as figuras de um espaço em relação a outro. Essa literatura, de acordo com o estudioso, rejeitaria os processos migratórios e as influências de qualquer espécie, de tal modo que desdenha as relações políticas, econômicas e culturais com outras regiões. O segundo grupo, ainda que se assemelhe ao primeiro, difere pelo ponto de vista ideológico relacionado à identidade nacional e também pela representação das problemáticas históricas, culturais e políticas que excedem o local de onde transcorre a trama. Essa perspectiva trataria da elaboração de uma identidade nacional ao invés de uma identidade regional, pois constrói do centro para a região, ou da região a partir de um conceito mais amplo.

Outros pesquisadores buscam uma solução para o nó do Regionalismo apoiando-se na ideia de uma literatura regional que englobasse todas as aparições literárias regionalmente localizadas. Partindo de ponderações mais amplas, o mexicano Humberto Félix Berumen (2005) baseia-se no conceito de “região cultural”, buscando compreender o que seria o fenômeno literário regional. Nesse ponto de vista, só é possível estabelecer o lugar e o papel da literatura em uma região e em um momento histórico específico se compreendermos os componentes das

diferentes regiões culturais do país, tais como formação étnica, produção econômica preponderante, tradições, valores sociais, peculiaridades linguísticas, etc. Dessa forma, ao diferenciar uma região da outra, o conceito de literatura regional não mais estaria ligado exclusivamente à geografia, mas às particularidades socioculturais. Logo, passaria a ser somente mais um componente característico da região analisada e o enfoque de análise deixaria de ser temático para ponderar os processos sociais de produção, que são exteriores à obra.

Tendo em vista a variedade de manifestações literárias que ocorrem afastadas dos grandes centros urbanos, com os respectivos efeitos culturais, Berumen (2005) levanta a bandeira dos que não toleram mais ver a literatura como uma dicotomia entre o poder da capital e a submissão do interior. Esse movimento de reivindicar a presença de expressões culturais regionalmente situadas constituiria na incorporação do regional ao nacional pelas suas diferenças e não apartá-lo pelos mesmos motivos. Nesse sentido, o conceito de literatura regional conquistaria uma conotação diversa daquela que a historiografia literária canônica brasileira chama de regionalista.

Muitos pesquisadores têm propagado amplamente a interpretação que define a literatura regional como aquela conexa a escritores ou obras que são parte integrante de um sistema literário situado em um sistema mais amplo, tanto nacional como supranacional. No Brasil, essa limitação da literatura regionalista às formas engajadas e idealizadas de representação de um espaço sociocultural encontra ressonâncias nas ideias de José Clemente Pozenato (2003) que, na década de 1970, já se dedicava a refletir sobre as relações entre o universal e o regional na literatura gaúcha. Ele estabelece algumas diferenças muito interessantes para região – “rede de relações” – regionalidade – “dimensão espacial de um determinado fenômeno” – e regionalismo – que seria um tipo específico de regionalidade com o objetivo de criar um espaço simbólico “com base no critério da exclusão, ou pelo menos da exclusividade” (POZENATO, 2003, p. 151-152).

A reflexão do fenômeno das literaturas regionais, a partir do conceito de regionalidade, que se organiza através da elaboração de uma realidade e das representações simbólicas regionais, para Ligia Chiappini (2003) “revela-se fecunda como categoria de análise político-estrutural” (p. 25-26). Nessa explicação, nacionalidade e regionalidade seriam manifestações bastante próximas, cada uma ligada a formas de expressão que almejam uma conexão a uma realidade histórica.

Ao aproximá-las fica em jogo a identidade dos sujeitos, como eles se enxergam, como os demais os veem e, ainda, como, no plano simbólico, essas perspectivas de “se ver” e de “ver” são tencionadas pelos discursos oficiais, geralmente repletos de ideologia, assim como no plano das representações artísticas e do mito.

Como temos visto, o Regionalismo continua sendo um forte objeto de estudo em literatura, mesmo que algumas correntes críticas afirmem que não cabe mais debater regionalismo em um “mundo pós-moderno”. Devemos reconhecer que em regiões remotas ainda persistem particularidades que foram e continuam sendo transmitidas para o papel, contudo, nosso olhar deve priorizar novos paradigmas que ultrapassem as antigas fórmulas. Certas obras consideradas regionalistas exigem uma atenção maior, pois o mundo representado, embora reduzido, retrata valores humanos específicos, o que as aproxima da “universalidade”.

O crítico Antônio Candido defende que a forma do romance brasileiro está baseada na preservação da verossimilhança externa, porém, seus melhores momentos são aqueles em que a narrativa mantém-se fiel à intenção de criar conscientemente uma realidade humana, a partir da observação direta de crenças fundamentais, que carregariam a essência de uma determinada comunidade, diferenciando-a de outros territórios. Para que essas singularidades revelem-se, é necessário contrastá-las com o ambiente urbano, que não pertence a uma região específica. Logo, pode-se pensar que a criação e a propagação da arte concentram-se nas grandes cidades, que ao mesmo tempo refletem a globalização e preservam as manifestações das regiões remotas como mero folclore.

Propor limites para manifestações artísticas é sempre um empreendimento arriscado, uma vez que se manifestam com contornos pouco precisos. Acreditando que a atração pelas entranhas do território seria constante e responsável pelo perpetuamento da linhagem regionalista, Walnice Nogueira Galvão (2008) assevera que haveria pelos menos três fases em que o regionalismo sobressaiu-se. O primeiro período ocorre durante o Romantismo, fazendo emergir figuras das diferentes províncias, circundadas de enredos sentimentais e pitorescos; o segundo momento vem em sequência com o influxo do Naturalismo e em reação ao Romantismo; e o terceiro seria o do Romance de 30. Essa periodização poderia ser estendida para além desses cinquenta anos de regionalismo, pois se no início as manifestações reivindicavam a autenticidade do interior, em protesto contra a

supremacia da cidade, atualmente ela já faz parte do universo dos escritores e se destaca não mais como movimento de defesa, e, sim, como expressão local.

A noção de uma arte legítima, que se diferencie das produzidas em outros espaços, é característica da expressão regionalista dos fins do século XIX e início do XX, a qual essa pesquisa de mestrado se dedica. Entretanto, Pedro Luis Barcia (2004) entende por “regionalista” toda literatura que promova o “resgate do que corre risco de se perder para sempre” (p. 40). E, talvez pelo desejo de resguardar uma cultura tão rica, que ainda hoje nos debruçamos sobre esses textos de outrora.

## 4.2 A DIVINA PASTORA

Conduzimos, agora, nosso olhar para a obra *A divina pastora*, um romance que proporcionou ao leitor da Corte uma paisagem estranha e instigante, distinta dos padrões até então apresentados. É com essa aura inovadora que o ficcionista José Antônio do Vale Caldre e Fião, no ano de 1847, publica pela tipografia Brasiliense o segundo romance brasileiro e o primeiro romance gaúcho. Por motivos desconhecidos, a obra desapareceu por 145 anos, reaparecendo em 1992, quando o livreiro pelotense Adão Fernando Monquelat localizou um exemplar, talvez o único, em Montevideú.

Caldre e Fião escreveu *A divina pastora* na fase em que o romance ainda principiava como gênero no País. Talvez por esta razão, encontramos um estilo bastante distinto do que verificamos na evolução desse tipo de escritura, como a inclusão insistente de notas de rodapé esclarecendo vocábulos próprios da linguagem gaúcha, assim como comportamentos e situações peculiares a este povo. A construção d’*A divina pastora* atribui uma estrutura didática ao romance, porém, sem deixar de mergulhar no universo ficcional.

Uma construção assim demonstra o processo de aprendizagem da construção do gênero romance em nosso País. Em 1847, escrever prosa literária era ainda uma experiência muito recente. E a história da Literatura Brasileira nos mostra que o Brasil, Estado-nação jovem, ainda demoraria para descortinar sua forma nos romances. Provavelmente, por causa disso, esse romance revele certa imaturidade no gênero, com limites tênues entre arte e história. Em termos de estrutura e de conteúdo informativo, ressaltamos que, quando ele fora escrito, havia pouquíssimos livros circulando em um País que ansiava por construir seus próprios padrões

culturais. Assim, o romance, que seria um espaço para narrar, também servia de espaço para dissertar, criticar e opinar.

Por achar-se já distante por algum tempo, ao escrever rememora, revive e redescobre, assim como reinventa pessoas, ambientes, detalhes do dia-a-dia. Tudo isso impregnado de lembranças e percepções pessoais, ou seja, que dizem respeito a um só sujeito, o próprio escritor.

Ambientado na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no Período Imperial, esse romance retrata a fisionomia do pampa, o mito, a donzela desprotegida, o herói, o anti-herói, a história, o povo e o gaúcho, com suas tradições e ideais éticos. Nessa narrativa, Caldre e Fião se revela um homem sensível aos anseios de liberdade, advogando humanitariamente em prol dos escravos e dos necessitados.

Os efervescentes anos da fundação da literatura brasileira causaram um forte debate, que evidencia tanto as tentativas de definir a cor local, quanto os esforços iniciais de elaboração de uma história literária no País. A coincidência entre o processo de independência e o anseio de fixação da especificidade da literatura provocou um movimento na cultura voltado para procurar os pressupostos tanto da história propriamente dita, quanto os da história literária.

Diferente da maioria dos romances históricos, o enredo se passa em um contexto recente – o da recém findada Revolução Farroupilha. Logo, a proximidade temporal torna o tema sensível, opondo rio-grandenses republicanos e brasileiros imperiais, uma vez que nesse período se buscava criar a ideia de nação. Dessa forma,

[...] a narrativa produzida por Caldre e Fião, pode alcançar certo destaque em relação aos outros autores e ao contexto literário predominante no Romantismo brasileiro, pelo grau de complexidade de seu tema, visto que extrapola os limites de um simples drama romântico ao envolver questões contemporâneas de natureza ética, política e social (GOMES, 2006, p. 91).

Em literatura, predominantemente, a veracidade se encontra na busca da contextualização. Dessa forma, ainda com a Revolução fortemente presa a sua memória, Caldre e Fião, diferentemente dos seus sucessores, condena não apenas o conflito, como qualquer outro tipo de guerra ou revolta. Essa afirmação é confirmada no texto tanto na voz do narrador quanto na fala de Hendrichs, o estrangeiro alemão:

Se sábios fossemos, as negras cores dos hórridos fatos passados no Pará, na Bahia, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e mais províncias brasileiras não teriam manchado o quadro histórico de nossa pátria. É a ignorância a fonte de todos os males. [...] Alguns caudilhos antolhavam um futuro cheio de esperanças, de ouro e de glória individual, e muito poucos o da verdadeira glória da Pátria; e marchavam para eles pela mesma via. Quando antepomos o individualismo ao bem social temos sempre uma anomalia que cedo ou tarde a consciência nos acusa (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 45).

Tendes observado, disse Hendrichs, quantos embates de paixões diversas tem havido no campo da revolução? Pois bem, é este sempre o resultado infalível das intestinais guerras. Guerra civil! Flagelo imenso de todos os povos! [...] Recaia a maldição do inferno sobre aquele que ousar soprar os brandões da discórdia e que ousar soprar os brandões da discórdia e que ousar manchar com hálito pestífero os laços da fraternidade humana (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 34).

Em nossa pesquisa adotamos a perspectiva de que as obras literárias são fontes importantes na construção da identidade gaúcha. Acreditamos, também, nos estudos que unem e ressignificam história e literatura em suas múltiplas possibilidades. Ou seja,

fundamentalmente, trata-se de pensar a literatura e o gesto que a significa não como uma “fonte a mais”, um documento capaz de ilustrar uma interpretação assentada em fontes mais “científicas” e, por isso, “confiáveis”. Mas de assumir, desde a escolha do objeto, o desafio de empreender uma leitura de experiências passadas tomando como fonte privilegiada o discurso literário e as maneiras pelas quais a literatura foi apreendida em diferentes contextos espaciais e temporais (DeNIPOTI, 2009, p. 17).

Por se tratar de uma literatura regional, torna-se oportuno discutir, mesmo que brevemente, os estudos do italiano Franco Moretti (2003). Sua proposta é construir uma geografia literária a partir do enredo dos romances. Essa geografia, por sua vez, pode se referir a duas coisas muito diferentes, conforme ele esclarece: “Pode indicar o estudo do espaço na literatura; ou ainda, da literatura no espaço. No primeiro caso, a dominante é ficcional. [...] No segundo caso, é um espaço histórico real” (p. 13). Isto é, utilizam-se mapas sistematicamente para interpretar o enredo de uma narrativa. Esses mapas seriam ferramentas

que dissecam o texto de uma maneira incomum, trazendo à luz relações que de outro modo ficariam ocultas. Um bom mapa vale mil palavras, dizem os cartógrafos, e eles estão certos: porque ele produz mil palavras: levanta

dúvidas, ideias. Coloca novas questões e nos força a buscar novas respostas (MORETTI, 2003, p. 14).

Nesse sentido, a união da literatura com a geografia possibilitaria uma melhor configuração dos espaços no interior do universo ficcional. Tal configuração possibilitaria situar o fenômeno literário que se manifesta em romances, além disso, recursos e dados que são corriqueiros a geógrafos passariam a funcionar como instrumentos para a análise de estudiosos de literatura. Entretanto, ressaltamos que, dessa forma, a geografia é ressignificada na sua função, sendo tomada como “uma força ativa, que impregna o campo literário e o conforma em profundidade” (MORETTI, 2003, p. 13). Assim, a literatura elabora outra forma de ver certas relações espaciais significativas que, sem as informações e os conhecimentos dessa outra área, escapariam.

A fim de ilustrar tal teorização, selecionamos a passagem d’*A divina pastora* em que o escritor inclui em seu discurso uma explicação sobre a criação de São Leopoldo, rememorando a história do local onde se fixaram, em 1824, os alemães que deram início ao processo de colonização da província de São Pedro:

Na margem oposta em que ela está assentada começam as habitações dos colonos alemães que, estendendo-se por uma vasta porção de terreno, vai terminar na encosta da serra geral e para as bandas do Fachinal e Pinhal, tomando o nome de Colônia de São Leopoldo. As línguas alemã e portuguesa são faladas simultaneamente até pela baixa classe do povo. Existiam aí, em 1834, duas casas destinadas ao culto particular do Protestantismo, da religião luterana; duas escolas alemãs, uma das quais frequentei pelo curto espaço de dois meses; e uma aula nacional. A indústria alemã, aí levada pelos colonos, prospera sem entraves, no meio de uma liberdade constante que é partilha dos brasileiros e que a ele bafeja agradavelmente. A agricultura, essa primeira mãe da felicidade dos homens, única e verdadeira riqueza dos estados novos, é exercida pelos seus habitantes e de seus contornos com admirável desenvolvimento. Entre alguns dos colonos, expatriados de sua terra por motivos talvez bem justos, encontra-se uma pura e adiantada ciência; conversei com muitos que conheciam de perto as ciências físicas, as matemáticas, a história natural, as ciências morais e muitas aplicações desses conhecimentos abstratos aos usos da vida, como, por exemplo, um que tão bem me desenvolveu a causa da elasticidade dos gases e de sua aplicação às máquinas de navegação e outros princípios da mecânica que me maravilhou a ponto de acreditar ser ele, como apregoavam, filho de um conde alemão, cujo nome é bem conhecido nos gabinetes políticos da Europa (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 153).

Essa descrição minuciosa ainda abarca a localização geográfica da vila, à margem do rio dos Sinos, quinze léguas acima da boca que o deságua no Guaíba. Suas casas de moradia são de estilo gótico, possui uma pequena igreja católica, não

havendo edifícios públicos. Se houve intenção do autor de representar a hostilidade do mundo real que, possivelmente, existia entre o estrangeiro e o nativo, julgou por bem afastá-lo do enredo principal, fazendo com que parecesse um desses casos “que se contam por aí”.

O arquétipo da literatura romanesca era a figura destemida, corajosa, justa e ética, que irá se deparar com vilões perigosos e com os infortúnios do destino. Diligentemente transporá todos esses obstáculos e, se lutou com lealdade e honradez, obterá no fim da narrativa recompensas amorosas e sociais. Antes disso, no século XVIII, houve uma elevação, na sociedade ocidental, no consumo de luxos cotidianos, isto é, relógios, móveis, e dentre esses itens o aumento do consumo de livros. O romance passa a ser, então, o instrumento cognitivo do mundo moderno, pois como afirma Lukács (2000) “é a produtividade do espírito” (p. 30), uma vez que demanda capacidade de memória, antecipação, adaptação dos meios aos fins. Logo, sendo trabalhosa, ela deve repercutir novos sentidos e visões do mundo.

Nascidos quase simultaneamente, romances e jornais se beneficiaram mutuamente, influenciando de maneira extraordinária o cotidiano e o imaginário de seus leitores:

Para os jornais o arranjo era extremamente vantajoso, já que o número de leitores teve um salto vertiginoso que fez, em determinados momentos, a publicação dos romances-folhetim fracionados diariamente ser o sustentáculo de vendas. Para os autores, apesar das dificuldades iniciais com a novidade da forma de publicar, as estruturas folhetinescas foram pouco a pouco sendo assimiladas como estratégia apelativa a ser usada na construção dos romances. A cada final de capítulo tornava-se inevitável a dúvida: “E agora, o que é que vai acontecer?”. Assim, ao aguçar a curiosidade do público leitor garantia-se a vendagem e aumentava-se o número de assinantes. Dessa forma, sempre que se finalizava um capítulo, o enredo alcançava um momento culminante, o texto era interrompido propositalmente, a fim de manter o suspense e a expectativa dos próximos acontecimentos. Caso o leitor quisesse saber o desfecho da história, precisava comprar a edição do dia seguinte, quando saíria publicada a continuação (REIS, 2006, p. 90).

Nesse cenário, a imprensa circula como importante motor para a criação do romance nacional. No auge de funcionamento do romance-folhetim, Caldre e Fião publica sua *A divina pastora*, arranjada em dois tomos, que se subdividiam em quatro partes.

Em uma cruzada para incorporar o Rio Grande do Sul ao cenário imperial, procurou-se ressaltar os malefícios e os danos da revolta de 1835, quando, movidos

pela paixão, os rebeldes deturparam os valores liberais. Nesse sentido, era pelo veículo dos seus romances que Caldre e Fião propunha, pela primeira vez aos leitores da capital do Império, um elogio literário de uma suposta figuração sul-riograndense. Pelo seu empenho de propagar um romance de cunho filosófico, eram retratados eventos, paisagens, costumes e figuras representativas que, apesar do equívoco revolucionário dos farrapos, traçavam um retrato positivo daquele que se deduzia ser o caráter típico dos habitantes da Província de São Pedro.

Inicialmente apresenta-se como um romance ingênuo e moralista, que revela a ambivalência e o ecletismo comuns dos primeiros românticos brasileiros, com a defesa das “ideias liberais” e da virtude na submissão às autoridades, sejam elas políticas ou religiosas. Contudo, *A divina pastora* surge também com um forte cunho didático, a fim de ensinar aos leitores lições sobre moral familiar e história recente. As constantes divagações do narrador geralmente substituem o tom de fábula da narrativa por pregações, recordações, advertências e esclarecimentos, que coerentemente, interpreta e explica ao destinatário a peculiaridade da Província, insinuando, conjuntamente, uma superioridade desta sobre a corte.

Denominando-se “filósofo” ao invés de partidário, Caldre e Fião reflete sobre as guerras civis do período de regência, julgando-as como uma ausência de sabedoria política. Em relação aos motivos da Revolução de 1835, execrada por propagar a desordem e a desconfiança, estariam no lícito descontentamento com o governo, como também na ambição de figuras que ansiavam a glória individual acima do bem social. O desfecho, entretanto, é amistoso, uma vez que afirma que “nenhum venceu, são ambos vencedores”, porque se uniram finalmente a uma Pátria comum.

Esse autor escolheu o habitante do Rio Grande do Sul e o tornou “quase” um bom selvagem, se apoderando do posto reservado ao herói épico ou medieval idealizado pelos escritores do período como exemplo para a nação e que, para muitos românticos brasileiros, foi lugar das representações indígenas. A utilização do indígena se adequava melhor aos moldes míticos e virtuosos, o que resultava em uma aceitação maior e um percentual menor de controvérsias políticas, assim como também não feria as particularidades provinciais. Por outro lado, o herói dos pampas carregava valores construídos, mesmo não explicitamente, em contraste ao estilo de vida pomposa da corte.

O grande inconveniente do herói de Caldre e Fião é que ele era uma figura do presente, um ser armado e habilidoso, com fortes pretensões políticas, que por sua vez, representava para quem olhasse da corte uma ameaça ao “mundo civilizado”. Ele era um modelo de herói completamente reverso ao índio idealizado dos românticos, que não representavam nenhuma ameaça ao poder da civilização. Dessa forma, para reverter o receio da corte em relação aos atos bárbaros das famosas guerras que “a gente da província” havia se envolvido, nosso autor apresentou-o como uma figura moral de conduta correta. Recorrentemente o discurso dos ensinamentos cristãos e da filosofia racional é elencado como bases exclusivas para a construção de um povo.

Nessa sua idealização do caráter moral, Caldre e Fião aponta apenas uma imperfeição. Esta seria a prática da vingança, por ele considerada um vício enraizado e, por isso, muito difícil de ser erradicado. Assinala as raízes do problema em uma sociedade com traços pré-iluministas, em que o código que ajusta justiça e honra ainda possui valores ambivalentes, oscilando entre atitudes bárbaras e gestos de nobreza. A solução apontada na trama é o casamento do herói pampeano com a honrada filha de um imigrante alemão, de cultura iluminista. Ou seja, metáfora da união entre o novo e o velho mundo, entre a força/valentia com a virtude/conhecimento.

Laços de afeto e acordos políticos se entrelaçam constantemente nessa narrativa. A mocinha da estória repudiava um amor verdadeiro, pois este fazia parte da causa farroupilha, entretanto, reverte esse sentimento quando o jovem passa para o lado imperial. Por sua vez, esse guerreiro, que por muito tempo foi tenente do exército farroupilha, se arrepende de suas atitudes ao lembrar-se da dor dos pais, defensores do império:

E contudo, se ainda se lhes apresentasse, vestido com uma farda de tenente, tendo pendente do envernizado *boldrié* a espada ensanguentada, depois de ter ferido o coração de alguns amigos de seus pais, ainda assim eles lhe dariam o beijo do perdão e o chamariam a um caminho de paz. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 29).

Supomos que com esse enfoque o autor quisesse apresentar para a Corte outro viés sobre o assunto, buscando diluir a ideia de selvagens sobre os rio-grandenses, em um período de formação da nação brasileira. Além disso, parece desculpar-se da revolta para, então, inserir novamente o Rio Grande do Sul na

identidade brasileira, uma vez que a Revolução, sendo ela separatista, gerou a ideia de Estado à parte do resto do País.

Esse romance enaltece em diferentes momentos da narrativa os deveres morais, que são apontados no cotidiano das personagens. Assim, como Dante Alighieri, em *A divina comédia*, Caldre e Fião busca apontar o caminho dos bons e dos maus.

A vida do justo é como um ligeiro batel nas mansas águas do prateado Taquari, no calmoso estio, em noite de luar. Soprado meigamente pelas brandas auras perfumadas pelas flores das margens, voga tão brandamente e nem mesmo move a superfície das águas. A vida do mau é, pelo contrário, igual a armado iate na Lagoa dos Patos, lutando com o furor das ondas encapeladas pelos furiosos ventos, que depois de inútil e cansada resistência se quebra sobre os baixios do estreito ou sobre a arenosa Ponta de Cristóvão Pereira (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 26).

Para Afrânio Coutinho (1980), a crítica moral seria uma contraposição, das posteriores intenções naturalistas de apenas vislumbrar os aspectos abomináveis do ser humano. A exacerbação romântica vem priorizar e elevar a individualização, nesse sentido, as obras possuem uma finalidade ética, em que moral e religião se enredam. Logo, a crítica seria o único instrumento das ações religiosas em prol dos valores morais. No decorrer das páginas do romance essa observação de Coutinho (1980) fica esclarecida no discurso de Caldre e Fião, pois este entrelaça os preceitos morais e éticos aos ensinamentos da igreja cristã:

No rosto pálido e desfeito de Francisco assomou um vislumbre de fugitivo rubor que denunciava a vergonha de uma mentira dita e que a franqueza e a inconsideração de uma criança haviam patenteado. A mentira forma a vanguarda de todos os crimes na carreira da vida. Quem mente está apto a praticar todos os pecados contra o próximo e contra Deus. A conversa ainda continuou por alguns minutos, mas o sino repicou dando a hora da entrada da missa e Edélia despediu-se de Francisco e saiu (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 131-132).

Em muitas passagens, o romancista coloca a moral circundante no ambiente familiar, em que a palavra divina é pregada pelo pai, semeador da fé, com o intuito de agradecer pelo trabalho e pela vida:

Paulo e sua família se reúnem em redor da tábua comum, onde o alimento cotidiano ministrado pela providência do Senhor Deus está depositado, todos se assentam; e então, por entre o gozo do manjar simples e delicado, um salmo da sagrada Bíblia e um conto de moral verdadeira são recitados por Paulo; nunca aí tristes recordações vêm perturbar-lhes as fronteiras

serenas. As orações terminam este ato e cada qual busca o consolador trabalho (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 25).

A família que nos apresenta Caldre e Fião é patriarcal e fonte dos ensinamentos morais. Contudo, a honra deriva das virtudes de cada um de seus membros e da avaliação pública/social em relação ao comportamento destes. Independentemente de serem poucos em número ou pertencer a uma numerosa linhagem, eles nunca poderão esconder sua origem familiar, escapando do fardo de suas responsabilidades com os representantes da família. Na figura do “pai” são depositadas as características de confidente, companheiro e propagador de experiências; essa figura prevalece e centraliza todas as ações. A figura da mãe é associada às características de implacável mediadora, dedicada e protetora:

Paulo era o chefe, o carinhoso pai desta reunião social onde se respeitavam estritamente os deveres naturais, onde havia amigos e nunca mandantes, onde havia convenções e nunca ordens, onde uma única ideia dominava, e a mesma fonte de conhecimentos ministrava em taça áurea o saber fecundo que fortifica o coração do homem contra a vil ignorância, que polui e aniquila. Margarida era a esposa de Paulo, a parte reflexiva de suas bondosas disposições, a consoladora, a medianeira, finalmente a mãe por excelência; filhos, parentes e escravos eram o alvo de seus cuidados: em tudo providente, as menores ações dos seus interpretava amigavelmente. Edélia era a filha querida deste par ditoso, a digna de esperança, a estrela que eles viam fulgurar no fim de sua vida como a consoladora guia [...] Aníbal e Acácio, filhos virtuosos que haviam proveitosamente recebido lições de moral tantas vezes repetidas, frequentavam os liceus e escolas e à porfia tratavam de instruir Edélia [...] (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 23).

Dessa maneira, o escritor não deixa de caracterizar também os frutos dessa família exemplar. Na passagem anterior fica clara a divisão de papéis sexuais e espaços de sociabilidade. A protagonista, filha do casal, é caracterizada como uma moça indefesa, assim como ponto de apoio dos pais na velhice. Para ela resta o recato, o mundo interior de sua família. As qualidades da masculinidade de seus irmãos são óbvias e conhecidas: ser vigoroso de corpo e espírito, o que implica a premissa de ser corajoso e ter capacidade para saber lidar com sabedoria na resolução dos perigos que o cercam. Para que alcance tais metas lhe é dado o privilégio da preparação formal para a vida pública e para a esfera profissional.

A qualidade cobrada das mulheres é a vergonha, não apenas o medo de recriminações exteriores, mas instintiva. Toda sexualidade, na maioria dos casos insinuada por um beijo, é carregada de caráter negativo. Nesses momentos, as mulheres carregam parte da culpa, ou porque seu comportamento não estava

adequado ou porque suas vestes não possuíam o pudor necessário para despistar o desejo masculino.

As estratégias para afastar os padrões inapropriados somente poderiam ocorrer pela educação, pelo disciplinamento contínuo dos instintos pela consciência civilizada. Para isso, além das lições do pai, era necessária a execução de trabalhos manuais, o exercício da caridade e o estímulo da espiritualidade através da música – ao som simbólico do piano, instrumento típico da burguesia. Assim, também não falta na descrição “familiar” a presença de escravos, dentre eles Suzana, que, dentro de uma sociedade escravocrata, era a prova máxima de estabilidade financeira. Com isso, pode-se até questionar o estatuto da escravidão, inseri-lo entre os íntimos da família, ser abolicionista, talvez, como era Caldre e Fião, mas não se conseguia fugir do *status quo* social de ser um honrado proprietário.

Na primeira página da narrativa, com a nota *Ao leitor*, na qual nos é solicitado uma “atençãozinha” (p. 21), percebemos a preocupação do autor em relação à recepção do texto pelo público, além disso, revela sua intenção consciente sobre a concepção da narrativa. O tom dramático desse romance revela uma aproximação com o sentido de idealismo, muito caro ao Romantismo, que corresponde ao período histórico-literário vivenciado pelo autor, assim como também traduz com maior constância os sentimentos de quem conta uma história que transcorre em sua terra natal.

Obra tipicamente romântica, a *divina pastora* apresenta três estágios em sua estrutura narrativa: a harmonia inicial, o conflito e a harmonia final. Nas primeiras páginas deparamo-nos com a protagonista, Edélia de Souza Miranda, convivendo feliz e quase idilicamente ao lado de sua família, um grupo de açorianos radicados em Porto Alegre em meados de 1830:

Bela como a aurora rósea da Primavera encantadora do sul do Brasil, era a paz que reinava entre os membros da mais entrelaçada família, que os vermelhos tetos das suntuosas e claras habitações que compõem a altiva e soberba cidade de Porto Alegre têm coberto (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 23).

A narrativa se encaminha para a situação de conflito com a entrada da personagem Francisco de A. Soares, um vilão que já havia levado muitas donzelas inocentes à perdição, destruindo a felicidade das famílias com promessas falsas de matrimônio, pelo qual nossa divina pastora passa a dedicar uma violenta paixão:

[...] jovem sem recomendação moral alguma na sociedade; amado, porém, por suas belezas físicas, ele pavoneia-se alegremente nos salões brilhantes onde, com profusão, gastando os imensos cabedais que lhe vieram de uma rica herança, é admirado do casquilho papalvo, rodeado do refinado tratante peralvilho, convidado dos pais corruptos e arruinados da fortuna, obsequiado pelo magistrado venal e considerado pelas jovens levianas que as aparências tomam pelas realidades (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 62).

Nesse romance é muito forte a premissa que o mal deva ser combatido. Para que isso aconteça são apresentados vilões que consagram a figura do “sem honra”, que não respeitam nem as leis dos homens, nem os mandamentos cristãos. Esse tipo comete desvios de toda ordem, sendo a maior ameaça que representa para a sociedade o desvirtuamento de donzelas. Utilizam meios diversos e subterfúgios para adquirirem a confiança, alcançam os prazeres do pecado e, em seguida, abandonam a moça desonrada.

O primo de Edélia, Almênio, por quem ela se enamoraria posteriormente, salva-a da vilania do galanteador, amparado por Ávila e mais um amigo, “o beato”, legítimos heróis românticos que lutam em nome da moral e dos desamparados:

la travar-se um combate desigual; mas a vantagem do número não foi prevista pelos três jovens, porque lhes assistia a coragem que vem da virtude, a força que nasce da justiça e, por último, o heroísmo que se contém no desespero (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 140).

Após esse episódio, a protagonista passa a admirar cada vez mais o primo e é com pesar que recebe a notícia de que este já está comprometido com Clarinda, filha de imigrantes alemães estabelecidos em São Leopoldo:

Edélia consumou resignada o seu sacrifício e para sempre viu cortada a flor que, abrindo-se de um mimoso botão, primeira lhe sorrira e a embalsamara de um odor mágico que lhe havia embriagado os sentidos; murcha agora, sem cheiro, deixara cair em seu seio todas as folhas empalidecidas: era como o fim de sua vida ardente de moça, tornada em manhãs de gelos, em tardes de ventos e frios e em noites compridas de inverno sem sociedade de amigos nem parentes (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 189).

Conformada com esse amor impossível, a jovem recusa “bons casamentos” e decide fundar nas terras de seu pai uma aldeia de assistência aos desamparados, o que reestabelece a situação de harmonia, fechando a narrativa. Por sua dedicação e trabalho voluntário em benefícios dos desfavorecidos, recebe a antonomásia de Divina Pastora:

“Não posso, meu pai, lembrar-me disto sem uma comoção que me confunde. Deus os fez para a virtude, um para o outro; e a mim para o retiro e para o seu serviço: conformando-nos à sua vontade, seremos todos felizes!” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 232).

O trabalho nesse romance é condição de valor, a partir do qual se pode julgar o mérito pessoal. Nos personagens masculinos, a distinção está no fato de um deles ter adquirido fortuna por meio de herança, em oposição às personagens que se dedicam aos estudos e à vida reta. Nesse contexto, Francisco não é merecedor dos bens materiais que possui, pois estes foram conseguidos com os esforços de outrem. Logo, o esforço pessoal sobrepuja as riquezas materiais em níveis valorativos.

Esse romance de Caldre e Fião prega a religião e o casamento como fonte de felicidade terrena, mas não abdica do tema de amor à Pátria, pois todos os fatos correm em consonância com os episódios da Revolução Farroupilha, tendo como cenários as cidades de Porto Alegre, São Leopoldo, Viamão e arredores. Esses episódios históricos e cenários típicos da região favorecem o clima de veracidade, embora se trate de uma obra de ficção.

Em relação à linguagem, predominam trechos descritivos e com a preponderância de adjetivos, mas não a ponto de tornar-se piegas. Concomitantemente às passagens descritivas, ocorrem narrações e vários diálogos que nos auxiliam na caracterização dos personagens. Além disso, algumas vezes o autor cessa a narrativa e dialoga com o leitor, expondo sua opinião em relação ao assunto ou problema narrado.

O apego ao cavalo é reafirmado ao longo da narrativa como um traço característico do habitante do Rio Grande do Sul. Os deslocamentos de Almênio nunca são a pé ou em uma carruagem mas, sim, sobre a sela de um equino, que por sua vez, se assemelha ao feitio do dono:

No horror dos combates ele tinha seguido o impulso de seu dono, de seu dono intrépido que jamais freara sua velocidade; igual a seus irmãos, alimentados pela saborosa grama dos campos do sul, se exercitara nas bélicas lides; e manso nos prazeres tinha-se tornado por seu gênio uma necessidade de seu dono (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 29).

Já nesse período, ainda embrionário da personagem ícone das tradições do Rio Grande do Sul, Almênio aparece como um *monarca das coxilhas*, dominador do

meio em que habita e sinônimo de elegância e coragem. Sobre esse atributo de soberano da natureza, o autor elucida com a seguinte passagem: “Medonho estava o sítio. Todavia, Almênio apeou-se, desencilhou o cavalo e dos arreios fez uma mole cama sobre a areia; e, cobrindo-se com a enxerga, entregou-se ao sono” (Ibid., p. 30-31). Essa personagem também evidencia a militarização da região sul, pois durante toda a obra ele aparece pertencente a um exército, primeiramente farroupilha e posteriormente legalista. Logo, Caldre e Fião coloca o rio-grandense como um “guerreiro invencível”.

Nesse estado, “a ênfase das peculiaridades e a simultânea afirmação de pertencimento ao Brasil constitui um dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha que é constantemente evocada, atualizada e repostada” (OLIVEN, 1989, p. 3). Essa ênfase deve ser tomada como o aspecto mais decisivo e original do regionalismo de inserção nacional, sem ser contraditória e, sim, uma maneira de distinguir-se do nacionalismo.

Pozenato (2003) ressalta que, no período republicano, por estar o País já constituído com um território definido e com um centro de poder consideravelmente forte, este embate entre nacionalidade e regionalidade esteve bastante presente. Confirmando tal ideia, Ruben Oliven (1989) explica que o pertencimento à nação deu-se, inicialmente, pela afirmação do sentimento regional:

A afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar as diferenças culturais. Esta redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da federação numa época em que o país se encontrava bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional (OLIVEN, 1989, p. 43).

Para discutirmos a formação da regionalidade no Rio Grande do Sul, é necessário compreendermos que a forma de ocupação desse território e sua formação social são, de várias maneiras, responsáveis pela intensa regionalização cultural existente no estado. Desta construção é possível destacar dois elementos para a existência de tais características: a gênese guerreira e a vida pastoril. Em certo ponto da narrativa, como que para esclarecer a gente e os costumes do Sul, o romancista se insere no texto e manifesta suas opiniões sobre a formação e o caráter desses indivíduos:

Alguns historiadores tem querido que o clima só por si forme o Rio-Grandense tão austero em costumes, tão forte e constante nos combates, tão bom e fiel amigo na sociedade e tão vingativo e implacável inimigo quando é ofendido, como ele é atualmente descrito por todos os estrangeiros que têm observado seus hábitos e seus usos e que têm atravessado as plagas que ele habita; mas, quanto a mim, que já me considero com algumas propriedades e quesitos necessários ao historiador, suponho dever atribuir-se muitas dessas coisas à sua alimentação e educação moral. O Rio-Grandense aprende, desde os seus primeiros passos, a respeitar os velhos, a ser amigo, a desprezar o covarde e a vingar-se do inimigo; guarda fiel os usos que lhe foram transmitidos por seus pais e julgar-se-ia desonrado se um dia deixasse de cumprir os preceitos de seu evangelho. O evangelho moral Rio-Grandense não é escrito, é tradicional, mas, apesar disso, ainda não foi alterado em um só de seus artigos: para sabe-lo *in totum*, é necessário ser Rio-Grandense e viver muitos anos naquela divisão política do Império que chamamos – Província do Rio Grande do Sul. E, demais, a alimentação frugal e sã, e uma higiene regular, e a atividade em que ele vive o resguarda dos vícios físicos e morais e o torna forte e acessível aos bons sentimentos da alma. O Rio-Grandense é o homem da natureza e conseqüentemente rico e desprezador das riquezas [...] Despido de todo o luxo que enerva os membros de um Estado, o Rio-Grandense acha recursos imensos em sua frugalidade e costumes simples; desprezando essas fúteis grandezas representantes das misérias reunidas de muitas famílias, ele goza inalterável o fruto de uma consciência enobrecida por ações generosas e bens conformes ao direito natural dos homens (OLIVEN, 1989, p. 80-81).

Esse trecho é esclarecedor e, logo, muito relevante, pois sintetiza toda a figuração que o romancista emprega na personagem de Almênio, um tipo simples e, ao mesmo tempo, grandioso. Além disso, revela a opinião do autor sobre porque os habitantes do Rio Grande do Sul possuem todas essas qualidades, em que rejeita teorias correntes no século XIX, que afirmavam ser o clima o formador de tal temperamento. Caldre e Fião sente-se capacitado para ponderar como um historiador, graças a sua elaborada argumentação e pelo fato de que para descrever esse tipo social é preciso ser um. Assim, se intitula como fonte privilegiada para revelar a identidade “gaúcha”.

Trazendo o conceito de estranhamento de Carlo Ginzburg (2001), no qual nada pode ser tomado como óbvio, tudo deve ser questionado, nos interrogamos sobre o porquê de Caldre e Fião não utilizar o termo “gaúcho”, mas, sim, “Rio-Grandense”, para denominar o povo do sul? Responderemos a essa interrogação com duas passagens da narrativa: “Clarinda contemplou o rosto do jovem; essa expressão unida ao traje de *monarca*” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 31) referente ao modo como trajava Almênio e, “trajava à gaúcha, tendo nos pés grandes chilenas de prata, e armado com uma enorme faca cuja bainha reluzia os raios dourados do planeta que há pouco aparecera adornado de galas na parte oriental” (Ibid., p. 38),

referindo-se a Colomim, soldado e servo de Almênio. Portanto, no período em que a obra foi escrita, a denominação “gaúcho” ainda possuía caráter depreciativo, designando um homem de baixa classe social, um peão de estância. Já “monarca” trazia um sentido de positividade e valorização, uma vez que enquanto aquele carrega um facão, este possui uma espada.

Ainda que não utilize a denominação “gaúcho”, que aparecerá totalmente vinculada ao mundo rural somente na obra *O Gaúcho* (1870), de José de Alencar, a obra *A divina pastora* já retratava qualidades e costumes posteriormente consagrados, como as habilidades bélicas e o apressado por chimarrão e churrasco, como podemos constatar no seguinte trecho:

E eles entraram e Almênio descansou enquanto Clarinda, com a mais verdadeira satisfação, punha o almoço sobre a mesa, que compunha-se de churrasco, de um frango ensopado, de algumas ervas, de abóbora com leite e do indispensável mate (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 80).

Aqui o Rio-Grandense aparece em um ambiente urbano, pois o enredo transcorre majoritariamente na cidade, mas os costumes e a sinceridade inabalável do meio campesino não evadiram da moralidade da maioria das personagens, exceto de Francisco, que aparece como um produto corrompido pelos prazeres frívolos da cidade: “Vive-se com frugalidade, com costumes simples, com hábitos regulares lá nos campos, longe do hábito pestífero das Cortes que condenam a virtude ao exílio e afagam em seus seios a danada inveja e a mercenária adulação” (Ibid., p. 70). O “gaúcho” de Caldre e Fião aparece deslocado do lugar aonde ele futuramente habitará: o campo. Dessa maneira, Almênio, por exemplo, possui estereótipos da “gente da cidade”, não é rude e tão impetuoso como seu sucessor. Para Gomes (2006):

[...] estes “Rio-Grandenses” se constituem numa antítese do “gaúcho” – ser social “incivilizado” e ignorante do campo –, embora componham, junto ao metafórico “monarca das coxilhas”, um tipo de paradigma sociocultural do sul, seja pelo vestuário ou pelos adornos prateados dos arreios, seja pela destreza na montaria, seja pelo domínio da região, sem embargo da constatação, de que ambos – “Rio-Grandenses” e “monarcas” – constituirão a essência da representação do “gaúcho” do porvir (GOMES, 2006, p. 142).

O gaúcho é o tipo social idealizado, é o soldado-campeiro, que, por sua vez, representa todos os habitantes do Rio Grande do Sul; entretanto, n’*A divina pastora* é o soldado-urbano com pensamento campeiro, isto é, ele vive na cidade, mas não

perdeu os costumes do campo, vivendo, pois, sob o “evangelho moral” Rio-Grandense.

#### 4.3 O VAQUEANO

Já nas décadas finais do século XIX, a utilização do gaúcho como figura antropológica marcante do extremo-sul do Brasil havia se instituído como um tema de literatura, assim como despertava interesses nos estudos sociais e na historiografia, não só em nível regional, mas também no contexto nacional. O interesse em mapear e registrar nas letras as peculiaridades desse tipo social surgia como uma possibilidade de compreender sua formação social e descrever sua cultura e mentalidade, determinando, dessa forma, sua função na formação da nação brasileira. Oliveira Viana (1952), um dos maiores pensadores sobre o autoritarismo brasileiro e influente teórico de sua época, refutando o pressuposto da uniformidade do povo brasileiro, adota o princípio organicista a fim de comprovar que condições espaciais diferentes conduziriam à constituição de sociedades distintas, uma vez que a existência do ser humano é compreendida como parte do processo genético de evolução natural. Segundo este autor, o *habitat*, somado aos fatores civilizatórios e étnicos, seria um determinante potencial no processo histórico do Brasil, culminando na formação de três grandes regiões e seus respectivos tipos sociais: o sertanejo do Norte, o matuto do Centro-sul e o Gaúcho do extremo Sul. Além disso, o estudioso afirma que a figura representativa dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo seria a única puramente nacional, pois desde os primórdios esta região foi preponderante na história da nação.

Em insinuante ensaio, Augusto Meyer (1960) analisa o vagaroso processo histórico de transformação do sentido da palavra *gaúcho*. Do século XVIII até o início do XIX, tal expressão denominava a figura aventureira que sobrevivia do furto, do contrabando ou do coureamento, que por vezes se agregava às tropas dos generais em missões breves relacionados às disputas de fronteira, ou prestava serviços esporádicos aos grandes proprietários de terras. Dessa forma, num contexto de extrema concentração de terras e de constantes disputas comerciais, os mestiços nômades da região sulina estavam condenados a uma posição marginal, o que intensificou a conotação depreciativa do termo *gaúcho*. Em meados do século XIX, porém, as mudanças sociais interligadas com a intensificação e a organização das

atividades produtivas e da mobilização em defesa do território conduziam uma gradativa posituação do lexema. Na medida em que supria as demandas sociais mais urgentes e recorrentes, a figura do gaúcho começou a ser valorizada justamente por atributos relacionados a sua vida marginal, mas então comunitariamente convenientes. Luciana Murari (2015) faz uma síntese dessa transformação, afirmando que “a palavra ‘gaúcho’ se vê nobilitada a ponto de se tornar um gentílico definidor da população sul-rio-grandense, revertidos seus aspectos degradantes em encomiásticos: o ócio em liberdade, a violência em bravura, a rebeldia em altivez” (p. 3).

Assim sendo, a literatura rio-grandense desde os primórdios esteve relacionada com a história regional, dialogando com o passado e dele sendo testemunho. Na obra em análise, Avençal reúne todas as qualidades bélicas que consagraram a figura do gaúcho nas letras provincianas, contudo, suas virtudes de herói romântico alcançaram também o público urbano. Apolinário, ao estender as qualidades de seu protagonista a todos os habitantes do Estado, conclama o gaúcho como sinônimo de rio-grandense e acena para o caráter democrático dessa sociedade em formação, em que as diferenças espaciais e sociais transcendiam para um modelo de causas e destinos comuns.

Diferente de outras figuras regionais marcantes, como, por exemplo, o sertanejo, a construção da figura do gaúcho não possibilita dubiedade, todos os predicados atribuídos a ele são de teor positivo. Além disso, o meio natural por onde circula corrobora para a expressão de harmonia e domínio, possibilitando liberdade e suporte. Ele não carrega o fardo de degeneração racial ou da sobrevivência peserosa em um espaço rude e hostil, como é caracterizada a maioria da população rural brasileira do século XIX, relegada ao espírito melancólico e exaurido. Pelo contrário, sua identidade regional estaria forjada no influxo do ciclo marcial da campanha, com integridade resistente a variações históricas.

A peculiar geografia do Estado, sem barreiras naturais e com vasta extensão territorial, a tornou suscetível a constantes invasões. O esforço de guerra necessário à defesa das propriedades passou a ser, com o tempo, um elemento de organização da sociedade, conferindo às diferentes classes uma direção conjunta. Com isso, desde cedo sujeitos comuns adquiriram consciência de suas escolhas políticas. De acordo com Murari (2015), as batalhas ensinaram esse povo a exercer liderança, a impor disciplina e a respeitar limites:

Na obra de Apolinário Porto Alegre, este mito da democracia gaúcha havia já se estabelecido como um dos pilares do gauchismo. A 'tradição de igualdade e familiaridade entre patrões e servidores' seria produto da natureza do trabalho no campo, que conferiria um aspecto democrático a esta sociedade, uma vez que a elegância, a destreza e o vigor exigidos pelos afazeres da estância dariam ao trabalho uma feição enobrecedora, capaz de congregar as diversas classes sociais (MURARI, 2015, p. 7).

Como vimos, a utilização ficcional do homem do campo, mais especificamente do gaúcho, remete às primeiras tentativas de formação de um sistema literário no Rio Grande do Sul e abarca um período relativamente extenso, que compreende praticamente todo o século XIX. Durante o movimento romântico tardio<sup>7</sup>, Apolinário Porto Alegre, um dos principais intelectuais rio-grandense da época, inicia a publicação do romance *O vaqueano*, narrativa de vinte e quatro capítulos, que foram divididos em seis números, ao longo do ano de 1872, na *Revista do Partenon Literário*. As obras desse escritor, na sua maioria, resultam de duas linhagens temáticas: por um lado se percebem temas que abarcam conteúdos como infância, amor e morte; por outro se atesta a utilização de pretextos regionais, tanto no emprego de uma figura modelar rio-grandense, quanto na utilização da memória local de um passado glorioso. No romance em questão é verificável a utilização desses dois modelos, pois o herói do título representa o indivíduo livre dos pampas, que se envolve na Guerra dos Farrapos, mas, que por outro lado, vive intensas emoções na infância, é acometido por um amor impossível e se depara inúmeras vezes com a morte.

O livro conta a história de José, filho de um estancieiro de descendência portuguesa, que é salvo por uma escrava do atentado que exterminou toda a sua família. Sob os cuidados do cavaleiro Amaral, um português de origem nobre, ele cresce e é educado com os melhores recursos disponíveis. Entretanto, apesar do carinho que recebe não desfaz a intenção de vingar a morte de seu pai. Adulto, o vaqueano abandona o lar que o acolheu, e com a proteção do mulato Moisés, parte para retomar as rédeas da estância de sua família. Em uma festa, o protagonista conhece Rosita, filha de José Caprichos, capataz das terras de seu falecido pai e principal acusado do terrível assassinato. Esse encontro supre as exigências da

---

<sup>7</sup> Cabe aqui ressaltar que o marco do início do movimento romântico brasileiro é a data de 1836, com a publicação de *Suspiros Poéticos de Saudade*, do escritor Gonçalves Magalhães.

criação romântica do texto, ao mesmo tempo em que possibilita a introdução da mulher habitante do Rio Grande do Sul.

Apesar do envolvimento amoroso, o prosseguimento da aventura heroica não é interrompido. Depois que as suspeitas foram comprovadas, José arma uma emboscada para matar seu carrasco, mas abdica da ação e quem acaba por consumir o fato é seu meio irmão, Moisés. Nesse ponto ocorre uma reviravolta no rumo da história, José passa a ser o objeto de vingança de André Caprichos. Rosita, ao visitar seu amado no agrupamento do exército farroupilha, percebe a impossibilidade de realizar essa união. A feição nitidamente romântica da narrativa atinge seu clímax e produz a culminância da história do casal. Morta a donzela, sua cabeça é endereçada ao enamorado, que a recebe como forma de punição. No último capítulo Avençal morre em uma explosão provocada por ele, durante um evento da revolução e André arroja-se ao mar, caindo sobre um rochedo.

Predomina entre as críticas literárias verificadas nessa pesquisa a afirmação de que essa obra seria um revide ou uma adequação d'*O Gaúcho*, de José de Alencar, apesar de Porto Alegre assinalar, na última página de sua escrita, a data de 1869, o que impediria o julgamento de réplica. As obras em questão se assemelham em diversos aspectos, como na temática, na construção romântica, no pano de fundo, ou seja, a Revolução Farroupilha, na utilização de heróis históricos como personagens do romance, dentre outros. Entretanto, distanciam-se ao descrever o Rio Grande do Sul e seus habitantes, fato que já está pré-estabelecido no título das narrativas, pois Apolinário utiliza a denominação "vaqueano" em respeito a sua província, uma vez que na época de produção do romance o termo gaúcho ainda mantinha o teor pejorativo que carregava desde o seu surgimento, usado para designar os ladrões e contrabandistas. Além disso, o escritor rio-grandense insere personagens negros e indígenas, que são etnias formadoras desse Estado e que estão ocultas na obra do escritor cearense, ao passo que também não diferencia brasileiros e castelhanos para reforçar uma identidade nacional, como fez Alencar. Apolinário tem a cultura de seu povo muito presente e, por isso, não carece de evidenciá-la a cada página.

Mesmo não tendo reconhecimento significativo em nível nacional, Apolinário adquiriu grande aceitação na sua província, em parte pela originalidade do tema, mas principalmente pela carinhosa lealdade do escritor ao descrever o aspecto moral do povo rio-grandense, personificado no protagonista, uma figura

praticamente desconhecida dos demais autores, um tipo rústico de rastreador, fiel, destemido e forte. Dentro da história do Rio Grande do Sul, Apolinário Porto Alegre influenciou muitos escritores, colaborando na construção de uma figura representativa, pois é ele que “desterra às letras rio-grandenses uma fase salutar de inquietações e pesquisas, não ultrapassada, quanto à repercussão no terreno da cultura, por nenhum outro movimento de iniciativa pessoal” (CESAR, 2006, p. 215).

Em relação às modas e escolas, podemos afirmar que Apolinário não seguiu nada a rigor. Sua escrita possui marcas da escola romântica, mas não cumpre uma das exigências primordiais, pois, como aponta Cesar (2006), ele não explorou o indivíduo, isto é, o sujeito em luta consigo mesmo. Ao contrário, valorizou o gaúcho, uma figura singular característica de uma região específica. Assim, apesar do tratamento romântico exterior, sua criação aproxima-se, ao mesmo tempo, do naturalismo pela substância documental empregada, que posiciona o ser humano como produto resultante do meio ao qual pertence. Nesse sentido, foi com a verificação e análise do vocabulário que Apolinário se aproximou da cultura rio-grandense, utilizando essas peculiaridades dialetais para imprimir peculiaridade linguística à ficção.

Seguindo a estrutura narrativa em evidência, esse romance apresenta como tema a vingança, como protagonista o vaqueano José de Avençal, uma cena localizada nos campos da Vacaria e uma época, nesse caso os anos intermediários da Revolução Farroupilha. Apesar de não se caracterizar como um romance histórico, uma vez que os fatos surgem como pano-de-fundo para o incremento da trama, o texto de Apolinário insinua uma inclinação por essa modalidade narrativa. João Pinto da Silva, em *História literária do Rio Grande do Sul*, chega a sua caracterização do regionalismo literário, denunciando suas marcas principais:

O nosso regionalismo é fértil em conteurs e paisagistas. Seus refletores focam os assuntos, parceladamente, por zonas, em episódios avulsos e fragmentários. Há situações e tipos que se repetem, com frequência. Pouco diferem, de um livro a outro livro, os cenários, a mise-en-scène. É indisfarçável, por isso, mesmo, a monotonia, que, às vezes, de muitas de suas melhores páginas se evolva (SILVA, 2013, p. 107).

Respaldadas as devidas diferenças de tempo e de instrumentos teóricos, as considerações do historiador sobre esse período literário em muito se aproximam das conclusões obtidas por pesquisas contemporâneas, pois Apolinário Porto Alegre segue aparecendo como um precursor de um estilo literário que faz uso da matéria

local. O romance inicia com uma descrição melancólica da Província, no capítulo *Paisagem morta*, como o título sugere, o cenário abre um quadro hibernal, onde o frio e a solidão dos grandes espaços vazios compõem uma paisagem triste e desfalecida:

Caía neve em flocos. O frio, intenso. O mistério daquela natureza recolhida e inânime, profundo e terrível. Não tinha só a melancolia do deserto, o vago e indefinido, que coam na alma as savanas e matas americanas, tinha mais o tom baço, a desoladora taciturnidade, a paralisia, a inércia, a aparência de cadáver, que ressaltam da quadra hibernal. Só quem viajou por noites assim através do ermo selvagem pode compreender a expressão aziaga que lhe é própria, os sentimentos inefáveis que ele desperta, expressão e sentimentos que jamais a linguagem conseguiria reproduzir, são tão indescritíveis! Então cada folha, cada filamento de relva, cada seixo parece ter um segredo medonho a contar um cochicho de torva ameaça! Tudo se anima, tudo fala (PORTO ALEGRE, 1973, p. 25).

Esse cenário dificulta a identificação do espaço narrativo pela omissão de particularidades. Dessa maneira, os movimentos de ação iniciais da obra evidenciam o pressuposto romântico da presença da natureza, que se dá tanto com descrições de paisagens quanto pela variedade geográfica, exposta através dos deslocamentos do protagonista. Deixa, portanto, de ser um mero pano de fundo para tornar-se motivo de fascínio, estabelecendo contato e refletindo sentimentos interiores do seu observador. Cabe-nos aqui já mencionar que a elaboração do cenário interfere e complementa na construção da personagem. Essa região “perigosa e taciturna” era a morada de *Avençal*, que por sua vez também era uma figura contida e misteriosa, com segredos guardados em cada folha e em cada rochedo.

O tempo presente da narrativa remonta para o ano 1838, que é fixado nas páginas iniciais do texto. Nesse período o exército farroupilha aprontava-se para conquistar o continente de Santa Catarina, o que reforça a tendência histórica da obra. Na passagem a seguir a narrativa nos revela o contexto e o destino da tropa:

Os republicanos com grandes vitórias adquiridas em 1838, mormente a do rio Pardo, em 30 de abril, onde reunidas as forças de Neto, Canabarro, João Antônio da Silveira e Bento Manuel fizeram retirar o exército imperial comandado pelo general Sebastião Barreto Pereira Pinto, quiseram estender a área dos combates, e para tal intuito determinaram tomar a Província de Santa Catarina. Aí vão eles, agora que os encontramos, executar o plano concebido (PORTO ALEGRE, 1973, p. 30).

Na obra em questão, é visível a admiração do autor pelo período da Revolução Farroupilha, uma vez que relaciona a luta daqueles sujeitos aos elevados

ideais republicanos e devota mesura aos líderes da guerra. Dessa forma, a trama da narrativa tem seu início durante a fase revolucionária, com José de Avençal conduzindo uma tropa farroupilha, sob o comando de Canabarro, “de contornos amplos e estatura regular tinha a fisionomia franca, jovial e insinuativa do campeiro rio-grandense”, e de Garibaldi que “exuberava irradiações deslumbrantes de toda a fisionomia. Era como a personificação, a apoteose viva do gênio da liberdade” (PORTO ALEGRE, 1973, p. 27, 28).

Segundo Maria Eunice Moreira (1989), o elenco de personagens da narrativa organiza-se em dois blocos: o estrangeiro e o nativo.

Na primeira condição, encontra-se o cavalheiro Amaral, cujos atos e valores obedecem às normas da cultura europeia; ao segundo, pertencem os índios da tribo dos Guaiacanãs. Estabelecendo o liame entre eles, situa-se José de Avençal, rio-grandense sujeito às regras de seu preceptor, e o mulato Moisés, marco entre a civilização e a barbárie (MOREIRA, 1989, p. 68).

A primeira menção ao vaqueano parte de um desses capitães, uma vez que a utilização desses heróis farroupilhas em contato direto com personagens fictícios tem a função de acentuar as características que lhe são atribuídas: “– Aí vem você com suas retas! Não conhece o Vaqueano! Guia guapo como ele, não o há em toda a redondeza” (PORTO ALEGRE, 1973, p. 28). O protagonista, José de Avençal, é por um lado o herói da tradição romântica, mas por outro, um modelo desse singular homem que a ficção busca representar. Possuía como atributos uma inteligência e memória inigualável, que lhe permitiam reconhecer todos os pedaços de terra da Província; nas lides campeiras assim como na guerra ninguém o superava, tinha “músculos de ferro”, apenas conseguiam o igualar; e para os amigos ou companheiros de luta era “querido e admirado”, por sua bondade e grandeza de caráter. Entretanto, era julgado por ser um sujeito introspectivo, ao contrário da gabolice dos demais, que não bebia, fumava ou jogava por distração nos momentos de descanso. Assim, o narrador nos apresenta o protagonista e, por fim, acrescenta:

O leitor pode pôr em dúvida o que levamos dito, julgando fantástica criação que esfrola o cérebro ardente do poeta. Engana-se. Os principais traços característicos de fisionomia que esboçamos de leve são tão reais, que os encontramos a cada passo em nossa província, desde o posteiro até o senhor da estância, desde a existência errante do tropeiro até a existência sedentária do guasqueiro ou trançador de lonca (PORTO ALEGRE, 1973, p. 33).

É nessa interlocução com o leitor que percebemos a criação da figura do rio-grandense, posteriormente consagrado sob o epíteto gaúcho, em Apolinário. O narrador une a história da Província, de singular organização militar e econômica, com a aptidão campeira e transfere-as para todo o seu povo. Dessa forma, é construído um elo, fator essencial para a construção de uma cultura regional, assim como para a criação ideológica de um ser representativo. O *vaqueano* pode ser considerado um herói, porque reuniu em si todas as qualidades necessárias para a formulação de uma personalidade marcante, que se intensificou até ser atribuída a todos os habitantes desse estado.

No capítulo *Vaqueania*, o narrador do romance relata o ofício do vaqueano e explana algumas qualidades dessa figura, como seu espírito nobre e sua postura desprendida em relação a bens materiais. Além disso, marca nessas linhas dois aspectos geralmente encontrados na Província, isto é, a existência modesta e a hospitalidade:

A profissão que escolhera ainda mais aumentava a celebridade. O que é a vaqueania senão a variedade de conhecimentos e relações a cada instante, nas viagens e trajetos? O que é o guia, o cicerone de estradas, páramos e desertos, senão o homem de todo o mundo, a quem procuram para as peregrinações e mudanças, a quem confiam vida e tesouros por ermos campos e bravios sertões? E a ele podiam entregar-se em corpo e alma. De mais fiel e seguro condutor não se sabia. [...] Dinheiro?! Não o recusava, no entanto, o vaqueano. Era uma propriedade adquirida pelo trabalho; aceitava-o do rico e ia de passagem com ele enxugar a lágrima do pobre. Para si não carecia. Viajor da fatalidade tinha bastante no cavalo, fido companheiro das lidas, e nos arreios, camilha da noite. O mais encontrava em qualquer choupana hospedeira (PORTO ALEGRE, 1973, p. 117).

Assim era o homem que guiava as tropas rio-grandenses até a província de Santa Catarina, que depois de uma vida inteira cheia de atropelos tomou para si uma incumbência penosa na batalha da tomada de Laguna pelos imperiais, terminando com sua vida e com o romance. Entretanto, fica estabelecida nas entrelinhas a figura do gaúcho como um tipo de ideologia marcante, que luta por ela até a morte, como ocorre com o protagonista:

Avençal, só, ali se conservava. Por minutos desaparecera na casamata. Quando voltou, trazia na mão um morrão aceso. As feições, há tanto contraídas pelos sofrimentos, difundiam-se numa alegria íntima e inefável. Volveu os olhos para o céu e pronunciou:  
 – Rosita, espera... é um instante.  
 Os imperiais aproximavam-se. Ele espalhou um rastilho de pólvora através do terraplano, da casamata até o mastro em que desfraldava o pavilhão. E sentou-se junto dele num cômodo de ruínas. Os legalistas galgaram a

posição, julgando-a abandonada, com tanta rapidez que nem viera a lembrança de retirar a bandeira. Vinham desprevenidos, porém mal o viram as armas procuraram pontaria. Não tiveram tempo. Avençal bradou: – Viva a República! – e seu braço abaixou o murrão; o rastilho incendiou e... uma detonação horrenda, nuvens de fumo, espanadas de fogo! Quando o ar desanuviou, viu-se que o pavilhão da República não costumava render-se, ardia com seus inimigos (PORTO ALEGRE, 1973, p. 145-146).

Desse aspecto de valentia, também decorre a presença da pretensão mítica dos textos, que se completa graças ao tempo recorrido, isto é, à época da Revolução Farroupilha. Essa guerra é o pano de fundo histórico, que possibilita o avanço da intriga romanesca, circunscrevendo a saga de José de Avençal, uma vez que o tema da vingança não se sustentaria por si só, pois pode existir em qualquer espaço ou tempo. Em relação ao manejo desses subsídios narratológicos, Maria Eunice Moreira (1989) afirma:

Utilizando-se desses recursos, Apolinário particulariza, por mais esse dado, a região brasileira tematizada. De outra parte, o envolvimento de personagens históricos e a referência a particularidades espaciais do movimento substituem as descrições sobre o mundo regional gaúcho (MOREIRA, 1989, p. 47).

Como homem de letras, Apolinário Porto Alegre rejeita qualquer atitude vingativa, entretanto, reconhece nas linhas do romance que era um ato comumente praticado na Província, sendo esta a grande “falha de caráter”. Apartado brutalmente da fazenda, Avençal cresce cultivando em si o anseio por vingança, aqui justificada como um ato de reparação moral aos danos cometidos contra sua família. No capítulo *Volta aos pagos* encontramos a seguinte divagação:

Vingança?! Vertigem do ultraje, ebrez de sangue, desforço da honra e simultaneamente justiça fora dos códigos. Vingança?! Mancenilha - pomo de ouro no galho, no lábio fel e veneno! Vingança?! Abraço da alma sorridente num sonho e da alma esmoída ecúleo de angústia! Vingança! És tu também uma das sombras a embruscar os traços magistras do caráter rio-grandense, falha que ninguém pode, nem deve ocultar. Que importa no entanto? Talvez seja o quinhão ou partilha dos povos cavalheirescos, a quem a hospitalidade, a lhaneza, a honra e a lealdade parecem antes virtudes inatas do que obediência às leis do dever ou o resultado de obrigações morais. Lá no fundo de seu deserto envolto no largo cafta, como o árabe se assemelha contigo! Como a própria generosidade, que tanto o distingue, parece arrancar-lhe do imo do peito o grito de ódio e morte, quando foi cruelmente ofendido. [...] Fora forçoso obedecer aos próprios pensamentos pessoais, e aos ditames de uma educação recebida e conforme às leis que todas as idades tem chamado de honra (PORTO ALEGRE, 1973, p. 91-92).

Dessa forma, confere a essa obra o tema da vingança, o qual já utilizara em *Lampírio*, e que também encorpou a obra *O gaúcho*, de José de Alencar. Essa atitude segue três passos: o primeiro é a partida forçada, o segundo é o reconhecimento do algoz e o último é a própria realização do ato de rancor. Esta atitude, como podemos observar na citação anterior, era sagrada para o protagonista e sua existência dependia dela, pois jurou que lavaria a nódoa dessa perfídia com o sangue do algoz. Contudo, ao contrário de *Caprichos*, que apunhalou seu pai pelas costas durante uma caçada, matando também sua inocente mãe e irmãos, Avençal duela com o ex-posteiro e no momento do golpe final esmorece em nome de Rosita, sua amada. Cabendo, então, a seu meio-irmão, não reconhecido até o momento como tal, a efetivação do ato de vingança.

Assim, no intuito de retratar uma natureza mais exuberante, constituída por outros elementos, além dos campos abertos e infundáveis, surge na narrativa de Apolinário a figura de Moisés, um escravo alforriado, que desfrutava de grande liberdade na tribo dos índios Guaiacanãs. Dessa forma, ele é ao mesmo tempo um representante do passado mítico dos caçadores africanos, que habitavam as selvas e delas tiravam seu sustento na mais pura inocência e alvedrio, mas, por outro lado, também é um símbolo da luta abolicionista e republicana dos integrantes da *Sociedade do Partenon Literário*.

Casado com uma índia, Moisés age em uma posição intermediária, ou seja, está entre a civilização e a barbárie. O movimento de selvageria para a humanização é sempre mediado por valores, como honradez e lealdade, demonstradas reiteradas vezes durante a trama. Envolto em uma aura de louvor, o filho oculto do estancieiro Gil de Avençal caracteriza-se ao longo da trama como um grande herói. Liberto na ocasião do seu nascimento, em que sua mãe por um infortúnio do destino falece, o mulato é criado na casa grande, junto com os demais familiares. Ainda pequeno foge para as matas, pois era o suspeito do assassinato dos Avençal. Cresce em meio aos guaiacanãs e deles torna-se o chefe ao se destacar como habilidoso caçador. Mais tarde, se une com uma índia da tribo, intensificando ainda mais os laços que já existiam. O narrador afirma que “não havia na província mais perito e experimentado caçador” (PORTO ALEGRE, 1973, p. 43), entretanto, seu poder sobre os demais guerreiros provinha “menos do extremo valor e inteligência superior que incutiam respeito aos índios, que da gratidão pelo amor e simpatia que lhes tributava” (Ibid., p. 43).

Grande apoiador da liberdade, Apolinário deixa explícito seu ideal na passagem em que os capitães farroupilhas oferecem gratificações para que Moisés prossiga com eles, a fim de auxiliar nas batalhas vindouras. O “mulato” refuta as juras, pois teme sofrer preconceito racial nos campos de batalha, apesar de ser alforriado. E assim rejeita a oferta dos militares:

– Liberdade?! Quem é mais livre do que Moisés na serrania, onde não há ódio de raças? Onde o homem domina a terra, onde o amigo não mente ao amigo e a mulher não mente ao marido? Não quero mais liberdade do que tenho. Vede. Desde o cerro ali dependurado até o fundo dos taimbés, isto me pertence. Piso a pedra que traz o ouro e a atiro longe. E é isto que vindes oferecer-me? Parti, adeus. O mulato vive bem nas brenhas (PORTO ALEGRE, 1973, p. 44).

O “mulato” de Apolinário sobrevive sem a interferência da economia do branco, é livre e vive do que a natureza fornece. Entretanto, o autor não concentra apenas na figura de Moisés seu discurso abolicionista. A obra possui várias cenas que abrangem escravos e, em todas as passagens, eles são caracterizados como sujeitos de boa índole. Um exemplo disso é encontrado no trecho em que a mucama de Avençal narra uma lenda africana ao menino “que estimava como filho”, na noite da chacina de sua família. Contudo, antes de a história começar, o narrador interfere para colocar sua posição em relação à escravidão:

A história, vamos reproduzi-la pelo caráter peculiar de pertencer à Província e mais certo ao Brasil inteiro. É uma lenda que suaviza o cálice amargo da escravidão, grinalda de odorosas flores entrelaçadas às algemas, bálsamo anódino sobre a úlcera que sangra no peito do cativo. Aí vai (PORTO ALEGRE, 1973, p. 75).

Esse conto popular narra a experiência póstuma de um escravo, em que a morte é a libertação do sofrimento terreno para o descanso eterno no paraíso, “morre aqui para viver na África” (p. 76). A adoração concedida a Moisés também estende-se à mucama, guardiã que salva a vida de Avençal durante a chacina de sua família, acentuando na cena da fuga os sentimentos nobres que lhes são depositados:

Quando podiam quebrar os grilhões da servidão, faziam timbre em mantê-los, guardando a infância do único senhor com todo desvelo, todo o amor capaz de conter o coração humano para um filho, todo o culto, que se derrama nas aras divinas! Não digam que era a fidelidade do cão! Não, por Deus! Onde há uma alma livre, uma consciência, só pode haver sacrifício e abnegação, nunca o rastejar do animal que é servil, submisso, feliz atido ao

jugo, porque não concebe a liberdade e muito menos pode aspirá-la. (PORTO ALEGRE, 1973, p. 82).

Nessa citação é evidente a tentativa do narrador em reforçar a ideia de relação amigável entre patrões e escravos, em que o cativo trabalharia por consideração e não por obrigação. Logo, esse trecho é apenas mais um que apoia a ideologia da democracia racial nos pampas do Rio Grande do Sul, onde a escravidão teria sido “branda”.

A utilização de adornos em prata representam um ponto de contato entre os sujeitos dessa terra, um elo de fraternidade, indiferente às hierarquias, “e a razão é óbvia: este metal na província não é a insígnia distintiva de certas classes, tanto se o depara na cabeça do lombilho do estancieiro como na do último da peonada” (Ibid., p. 27). Neste ponto, é interessante ressaltar que no texto regionalista existe a separação de classes, contudo isso não implica um conflito ou uma desigualdade. Em relação a isso, Regina Zilberman (1992) afirma que:

Em decorrência, as narrativas apresentam sintonia ideológica acima da divisão social, bem como parceria com a natureza e valorização do passado. Estes aspectos caracterizam a ambiência dos heróis e destacam o perfil totalizador do universo criado, à semelhança das “civilizações fechadas” descritas por G. Lukács a propósito da Antiguidade helênica (ZILBERMAN, 1992, p. 51).

Assim, os ideais comuns fortalecem a unidade desse conjunto, em que se destacam valores como coragem, anseio de liberdade e vontade para a luta. O desejo de livre-arbítrio era o principal elemento representativo da formulação da figura do gaúcho, que através da idealização rememorava um período edílico do passado histórico dos habitantes do Rio Grande do Sul. Em *O vaqueano*, o autor faz uma síntese da concepção e do exercício literário da geração de escritores românticos rio-grandenses. Costumes típicos deste ser regional também são representados, como o apreço por um bom chimarrão e por um gostoso churrasco:

– Chimarrão sem churrasco é laço sem argola ou relho sem açoiteira – ponderou sentenciosamente Manduca Pereira, célebre domador de Caçapava. Os outros aprovaram com vivos sinais de assentimento e reflexão do companheiro (PORTO ALEGRE, 1973, p. 35).

Outra distinção é marcada pelo apego aos cavalos, o que aproxima o gaúcho aos cavaleiros medievais. O exemplo da perfeita sintonia entre homem e animal é expresso na seguinte passagem:

Na quarta vez, cerraram pernas e saíram. Os animais dilataram as narinas, distenderam o talhe esguio. Assemelhavam dois dardos num arremesso violento à flor da terra. Os dois homens, inclinados sobre as crinas dos briosos ginetes, com a respiração difícil na vertigem do galope a toda a rédea, devoraram o lançante do cerro com a velocidade do corisco... (PORTO ALEGRE, 1973, p. 132).

A narrativa *O vaqueano* revela uma forte tendência nacionalista, abrigando-se em um mecanismo de transferência em que a figura sulina substitui outros tipos nacionais já trabalhados pela literatura como, por exemplo, o índio. Assim, podemos afirmar que conduzindo a obra *O vaqueano* através de uma ficção de matriz romântica, Apolinário desenvolve o romance em um espaço delimitado do estado do Rio Grande do Sul, no caso, os campos de Vacaria, manejando, também, um ponto histórico muito característico, ou seja, a Revolução Farroupilha. E, dessa forma, move a intriga até o seu final trágico, mobilizado pelo intuito de vingança.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfoque dessa dissertação consistiu na temática da formação de uma identidade para os habitantes do Rio Grande do Sul na figura do gaúcho. Utilizando duas fontes, *A divina pastora* e *O vaqueano*, buscamos traçar as suas características nas primeiras representações da cultura local, obtendo, pois, o “rascunho” do gaúcho. Analisamos, assim, representações que capturam elementos desse imaginário social, no período de construção da nação, em que nossos autores esforçam-se em definir uma identidade para sua terra. Essa “figura” demonstra algumas peculiaridades que vão persistir até seu sucessor, o gaúcho soldado/campeiro, enquanto outras se perdem no tempo.

No intuito de formular uma memória e uma identidade para os sujeitos desconexos dos grandes centros, surge no século XIX a figura do gaúcho, como ícone representativo das regiões platinas. Assim, paulatinamente cria-se uma valorização da sua atividade como peão nas estâncias e da sua trajetória como guerreiro de lutas intensas. Em uma época em que se buscava formular uma nação, os literatos voltaram-se para o que havia de original, diagnosticando características peculiares. É em meio a esse caldeamento de ideias que surge Caldre e Fião e a primeira novela rio-grandense, *A divina pastora*. Buscando formular um imaginário popular, com a intenção de nele fixar bases de legitimação, a análise desse texto mostrou-se imprescindível haja vista a relevância desse autor nesse período.

A estética desse romancista é característica das primeiras representações da figura regional brasileira, em especial do sul-rio-grandense, desabrochadas nos primeiros escritos do período romântico do Brasil. Assim, o estudo da produção deste intelectual, além de observarmos sua admissão nas letras rio-grandenses, almejou desvendar os processos que alcançam tanto os padrões de identidade, como as transformações ideológicas registrados de maneira indelével no curso do século XIX.

*A divina pastora* foi publicada na década de 1840, período em que discussões sobre o que viria a ser uma literatura autenticamente nacional eram intensas. Havia, então, muitos escritores e artistas debatendo sobre o tema, especialmente em páginas de periódicos. Motivada pelos estudiosos e viajantes estrangeiros das décadas anteriores, emerge a primeira geração de críticos, simultaneamente ao surgimento do Romantismo nacional.

O romance de Caldre e Fião apresenta-se como um contraponto “periférico” ao que se tratava na Corte. Isso porque o autor, mesmo residindo no Rio de Janeiro no período em que escreve e lança o romance, assenta-se como um original e intenso escritor do Sul, ou seja, não é apenas um nativo da província, se não que, sua perspectiva advém daí. A representação do espaço no texto ilustra como a ideologia interfere entre os olhos do escritor e o mundo por ele representado, promovendo sopros épicos. Além disso, convém notar, tanto pela descrição do espaço, como pelo epíteto “pastora”, que o romance apresenta um forte teor pastoral.

O tempo histórico é o da Revolução Farroupilha. No cotejo desse fato, há uma visão sobre o modo de ser da sociedade da Província, incluindo os recém-chegados imigrantes germânicos, um desenho das peripécias peculiares à região, bem como uma exaltação às virtudes dos habitantes da Província. Havendo passado apenas dois anos entre o término da guerra (1845) e a publicação do romance (1847), a reconciliação exigida pelo governo imperial ainda não transcorrera suficientemente de modo a amenizar os ressentimentos guardados pelos revoltosos, de maneira que manifestar simpatia instituíra conteúdo de risco.

Em *A divina pastora*, Caldre e Fião conseguiu fixar a imagem de soldado-urbano com raízes rurais no imaginário social de sua época, ou seja, nossa personagem símbolo sofreu nessa fase uma nova ressemantização. Entretanto, é inegável que o antecessor do gaúcho, em sua primeira construção em um romance, surge com um caráter muito distinto, que vem a ser apagado em suas representações vindouras: uma figura forte, porém, de rudeza moderada.

Se no início desse processo, o lexema *gaúcho* apresenta significado depreciativo, vindo a ganhar sentido honroso em obras literárias a partir de 1870, n’*A divina pastora*, escrita em meados do século XIX, em nenhum momento Caldre e Fião utiliza a palavra para designar o morador do Sul, utilizando, sim, a palavra *rio-grandense*, sinônimo da expressão *monarca das coxilhas*. Logo, circulamos nesta dissertação por caminhos de criação e afirmação de uma identidade que sintetizasse esse povo. Em *A divina pastora* o ser social rio-grandense não havia evoluído para o ser cultural gaúcho, contudo, nosso escritor trabalhou com afinco para apresentar uma figura cheia de virtudes, trazendo às linhas do romance a representação de uma tradição baseada na valorização do trabalhador do campo, que leva uma vida rigorosa e cristã.

Nessa cancha, a figura do gaúcho sofreu diversas modificações, a fim de atender às definições ideológicas de uma sociedade que, inicialmente, apresentava um sistema literário à mercê de iniciativas individuais de escritores, mas que, posteriormente, com a fundação do *Partenon*, adquiriu um caráter sistemático e de continuidade. Apolinário Porto Alegre merece destaque ao reforçar a construção de uma figura representativa de usos e costumes próprios da tradição agrária da região, prosseguindo o movimento que a poesia rio-grandense havia inaugurado. Sua narrativa gerou várias imagens históricas e revigorou o caráter do habitante do Rio Grande do Sul, através de atributos como coragem, honra, lealdade, valentia, liberdade, habilidades militares e campeiras, entre outras características.

Para Apolinário, a tarefa que havia sido imposta a sua geração era a de promover a literatura local e isso significava, no momento, engajar-se às propostas românticas vindas do centro do país, unindo o Rio Grande do Sul ao compromisso de exploração da literatura nacional. As sugestões são rapidamente assimiladas, sendo incorporados, a partir de então, os elementos peculiares do local onde eles se manifestam. As representações, por sua vez, suscitaram uma figura ideológica mitificada, que serviu como um dos alicerces para a elaboração da identidade campeira, símbolo da aliança cultural do povo gaúcho e motivo para inserção no contexto nacional.

Descrito com uma boa dose de adjetivos, a obra *O vaqueano* gerou imagens que fortaleceram a base dessa cultura regional. Essas imagens, ainda que fossem inspiradas pela real vida campeira, receberam grandes doses de significados heroicos, produzindo, assim, figuras mitificadas. Por meio dessa prática e desfrutando do *status* de “meio de comunicação” da literatura, o escritor pode concretizar seus objetivos e defender sua ideologia no texto literário, legando aos gaúchos a construção de uma personagem épica.

Caso se considere que em literatura as representações feitas da realidade a substituem, logo as figurações sobre determinada identidade se fixam como uma “identidade real”. As representações que almejam capturar os elementos de um grupo social, por serem abstrações e, conseqüentemente, não serem réplicas do mundo material, revelam discrepâncias com o factual. Isso pode ser explicado pelo fato de que a criação de uma identidade tem por intuito homogeneizar diferentes grupos, unindo-os em uma figura simbólica. Assim, a representação coletiva elabora um imaginário social, que, por sua vez, toma como verdade uma identidade

modificada, criando o mundo simbólico em que a sociedade se sustenta, sem questionar a existência desta alteração. A análise destes dois romances, sob a perspectiva de observação e entendimento de suas representações, permitiu a descoberta de certas facetas do mundo no qual estava inserida a figura sulina. Finalmente, gostaríamos de crer que essa experiência de pesquisa possa ser apenas mais uma leitura possível, algo como um exercício sobre as infinitas possibilidades da reflexão.

## 6 REFERÊNCIAS

- ALBECHE, Daysi Lange. **Imagens do gaúcho: história e mitificação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- ARENDRT, João Cláudio. **O mito do gaúcho-herói e o imaginário social em Contos gauchescos e Lendas do sul**. 1995. 177 f. Tese (Doutorado em Letras) – Unisinos, São Leopoldo, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Do nacionalismo romântico à literatura regional: a região como pátria**. Revista da ANPOLL, v.1, n. 28, p. 174-194, 2010. Disponível em: <<https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/164/177>>. Acesso em 3 mai. 2017.
- ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Ars poética, 1993.
- BARCIA, Pedro Luis. **Literatura de las regiones argentinas**. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2004.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **Literatura e crítica na imprensa do Rio Grande do Sul (1868-1880)**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982.
- BERNARDI, Francisco. **As bases da literatura rio-grandense**. Porto Alegre: AGE, 1997.
- BERUMEN, Humberto Félix. **La frontera em el centro**. Ensayos de literatura. México, Baja Califórnia: Universidad Autónoma de Baja Califórnia, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. **A divina pastora**. Porto Alegre: RBS, 1992.
- CALLAGE, Roque. **Quero-quero: cenas crioulas**. Porto Alegre: Globo, 1927.
- CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. São Paulo: Martins, s/d.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CHAVES, Flávio Loureiro. **Matéria e Invenção: ensaios de Literatura**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CÉSAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Notícia do Rio Grande: literatura**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_; BATTISTI, Elisa (Orgs). **Cultura regional 2: língua, história, literatura.** Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

CHIAPPINI, Lígia. Regionalismo(s) e regionalidade(s): trajetória de uma pesquisadora brasileira no diálogo com pesquisadores europeus e convite a novas aventuras. In: \_\_\_\_\_. AREND, João Claudio; NEUMANN, Gerson Roberto (Orgs.). **Regionalismus – regionalismos.** Caxias do Sul: EducS, 2013.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum.** Belo Horizonte: UFMG, 2012.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

\_\_\_\_\_. **Caminhos do pensamento crítico.** Rio de Janeiro: Pallas, 1980.

DeNIPOTI, Cláudio; GRUNER, Clóvis. **Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura.** Curitiba: Ateliê Editorial, 2009.

DREYES, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.** Porto Alegre: Instituto Nacional do Livro, 1961.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma Introdução.** Tradução Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Rio Grande do Sul: Terra e Povo.** Globo, 1969.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Sobre o Regionalismo. In: \_\_\_\_\_. **Mínima mímica: ensaios sobre Guimarães Rosa.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

GUAZELLI, César Augusto. Matrero, guerreiro e peão campeiro. In: \_\_\_\_\_. MARTINS, Maria Helena (Orgs.). **Fronteiras Culturais: Brasil, Uruguai, Argentina.** Cotia: Ateliê Cultural, 2002.

GENETTE, Gérard. **Métalepse: de la figure à la fiction.** Paris: Seuil, 2004.

GINZBUR, Carlo. **Olhos de Madeira: novas reflexões sobre a distância.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De Rio-Grandense a Gaúcho: o Triunfo do Aveso: um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877).** 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, UFRGS, 2006.

INGARDEN, Roman. **A Obra de Arte Literária.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

ISER, Wolfgang. **O ato de leitura.** São Paulo: Editora 34, 1996.

J. B. HAFKEMEYER S. J. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Ano II, II e III trimestres.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? In: \_\_\_\_\_. FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LOPES, Cicero Galeno. Gaúcho: nome e formação. **La Salle: Revista de Educação Ciência e Cultura**, v. 5, n. 1, p. 7, out. 2000.

LOPES NETO, Simões. **Cancioneiro Guasca**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

LUKÁCS, Georg. A teoria do romance. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

MEYER, Augusto. Gaúcho, história de uma palavra. In: \_\_\_\_\_. **Prosa dos pagos 1941-1959**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

\_\_\_\_\_. **Cancioneiro gaúcho**. 2. ed. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1959. (Coleção Província, v. 2).

MOREIRA, Maria Eunice. **Apolinário Porto-Alegre**. Porto Alegre: IEL, 1989a.

\_\_\_\_\_. Um Vaqueano sem identidade. **Letras Hoje**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 65-76, 1989b. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/16266>>. Acesso em 13 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo literário e crítica romântica**. Porto Alegre: IEL, 1991.

MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu: 1800-1900**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MURARI, Luciana. Um eugênico, enfim: o gaúcho como tipo antropológico na literatura e no discurso social brasileiro. *Topoi* (Rio J.) [online]. 2015, vol.16, n.31, pp.596-615. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237101X2015000200596](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237101X2015000200596)>. Acesso em: 12 mar. 2017.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta. Lukács: Mimese e implicações de leitura. In: \_\_\_\_\_. BORDIN, Maria da Glória. **Lukács e a Literatura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Vértice, ANPOCS, v. 6, n. 9, 1989.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Prosa e ficção: 1870-1920**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PORTO ALEGRE, Apolinário José Gomes. **O vaqueano**. São Paulo: Três, 1973.

\_\_\_\_\_. **Cancioneiro da revolução de 1835**. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1981.

PORTO ALEGRE, Álvaro. **Partenon Literário**. Ensaio lítero-histórico. Porto Alegre: Thurmman, 1962.

POZENATO, José Clemente. **Processos Culturais**: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.

REIS, Carlos. Pessoas de livro: Figuração e sobrevida da personagem. **Revista de Estudos Literários**, Revista do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 43-68, 2014a.

\_\_\_\_\_. **A Sobrevida das Personagens**. Figuras da Ficção. Acesso em: 26 ago. 2014b.

REIS, Ana Lúcia S. R. de Andrade; Braga, Claudia. O Romance de Folhetim no Brasil do século XIX – modelos e inovações. **Anais do X Congresso Internacional da ABRALIC**, Rio de Janeiro, 2006.

REVERBEL, Carlos. **O gaúcho**: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Conselho editorial do Senado Federal, 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1064>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

SILVA, João Pinto da. **História literária do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Organização Carlos Alexandre Baumgarten. Porto Alegre: IEL: CORAG, 2013. [1924/30].

SCHIMIDT-WELLE, Friedhelm. Regionalismo abstracto e representación simbólica de la nación em la literatura latino-americana de la región. **Relaciones – Estudios de História y Sociedad**. Zamora, Michoacán, México, n. 130, out. 2012.

LIMA, A. G. **Cronologia da História Rio-Grandense**. Porto Alegre: Globo, 1936.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Populações rurais do centro-sul. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. v. 1.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1992.

\_\_\_\_\_. **Literatura gaúcha:** temas e figuras da ficção e da poesia do Rio grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1985.